



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Alice de Carvalho Nogueira

**Corpos Marcados e Crimes Silenciados: a violência sexual no conflito
armado colombiano**

Rio de Janeiro

2025

Alice de Carvalho Nogueira

**Corpos Marcados e Crimes Silenciados: a violência sexual no conflito armado
colombiano**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política Internacional.

Orientadora: Prof.^a Dra. Jana Tabak Chor

Rio de Janeiro

2025

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

N778 Nogueira, Alice de Carvalho.
Corpos Marcados e Crimes Silenciados: a violência sexual no conflito armado
colombiano / Alice de Carvalho Nogueira. – 2025.
100 f.

Orientadora: Jana Tabak Chor.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Crime sexual - Colômbia - Teses. 2. Militarismo - Colômbia - Teses. 3. Feminismo - Colômbia - Teses. 4. Colômbia - Política e governo - 1974- - Teses. I. Chor, Jana Tabak. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 343.541:329.733(861)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Alice de Carvalho Nogueira

Corpos Marcados e Crimes Silenciados: a violência sexual no conflito armado colombiano

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política Internacional.

Aprovada em 23 de setembro de 2025.

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Jana Tabak Chor (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Profª. Dra. Alana Camoça Gonçalves de Oliveira
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Profª. Dra. Paula Drumond Rangel Campos
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2025

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Rosângela e Alceli, e ao meu irmão, Gustavo, pelo amor, apoio e confiança incondicionais que sempre depositaram em mim e na minha formação, tanto acadêmica quanto pessoal. À minha mãe, em especial, minha gratidão pelos incentivos diários, pelo exemplo de resiliência e por estar ao meu lado em todos os momentos — nas angústias e nas alegrias.

Às minhas amadas sobrinhas, Liz e Giovanna, que iluminam meus dias e me ensinam, com doçura e curiosidade, novas formas de ver o mundo.

Aos amigos que a vida me presenteou durante o mestrado, em especial Ana Paula Reis e Letícia Ferro, cujo apoio generoso e contribuições essenciais tornaram minha pesquisa mais rica e significativa. Com vocês, a jornada acadêmica se fez mais leve, mais bonita e mais acolhedora.

Às minhas queridas Viviam Ajala, Isabela Fernandes e Isabela Oliveira, amigas de tantos anos, que me acompanharam com carinho, incentivo e partilha até que eu chegasse aqui.

À minha orientadora, professora Jana Tabak Chor, por sua dedicação, paciência e olhar atento em cada etapa deste processo. Sua orientação cuidadosa e seus ensinamentos foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Às professoras Alana Camoça e Paula Drumond, pela presença generosa na banca de qualificação e pelas valiosas contribuições que aprimoraram esta pesquisa. Agradeço especialmente à professora Alana Camoça pelas inspiradoras aulas na disciplina Estudos Regionais de Segurança e Defesa, que abriram novos horizontes e ampliaram minhas perspectivas. À professora Paula Drumond, cuja produção acadêmica me acompanhava desde antes do ingresso na pós-graduação, agradeço pelas reflexões que tanto influenciaram minha formação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ), pelo suporte e acolhimento ao longo desta trajetória.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

RESUMO

NOGUEIRA, Alice. *Corpos Marcados e Crimes Silenciados: a violência sexual no conflito armado colombiano*. 2025. 100 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Esta dissertação busca investigar como as condições estruturais de gênero na sociedade colombiana produzem e legitimam o uso da violência sexual durante o conflito armado, com foco na atuação do grupo paramilitar Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) entre 1997 e 2002. A pesquisa parte do argumento de que masculinidades militarizadas, marcadas pela agressividade e controle sobre corpos feminilizados, utilizam a violência sexual como instrumento de poder, controle social e humilhação do inimigo, contribuindo para ganhos econômicos e fortalecimento das hierarquias internas do grupo. A metodologia adotada baseia-se na Economia Política Feminista, que analisa as interseções entre desigualdades político-econômicas, militarização e identidades de gênero, em níveis local, nacional e global. A dissertação articula abordagens feministas pós-estruturais e decoloniais para compreender o gênero como estrutura discursiva produtora de violência e segurança no contexto da guerra. O trabalho se desenvolve em três capítulos: inicialmente, discute-se a construção de masculinidades hegemônicas e discursos militaristas que associam virilidade ao uso da força, consolidando papéis de gênero hierárquicos. Em seguida, examinam-se as dinâmicas do conflito colombiano, destacando a convergência de interesses entre elites agrárias, agentes estatais e o capital extrativista, que utilizam a violência sexual como ferramenta de expropriação territorial e controle social. Por fim, analisa-se a violência sexual praticada pelas AUC como e seus fins militares e econômicos, evidenciando seu papel na reprodução de uma ordem social marcada por gênero, raça e classe. Os resultados demonstram que a violência sexual é uma prática institucionalizada e instrumentalizada, sustentada por arranjos de poder que atravessam a colonialidade, o racismo e o patriarcado militarizado. A pesquisa contribui para ampliar os debates ao situar a América Latina no centro das análises sobre violência sexual em guerra, enfatizando a necessidade de abordagens interseccionais que considerem sexualidade, raça e classe como dimensões co-constitutivas da economia bélica.

Palavras-chave: violência sexual; militarismo; conflito armado; Colômbia.

ABSTRACT

NOGUEIRA, Alice. *Marked Bodies and Silenced Crimes: Sexual Violence in the Colombian Armed Conflict*. 2025. 100 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

This dissertation seeks to investigate how the structural gender conditions in Colombian society produce and legitimize the use of sexual violence during the armed conflict, focusing on the actions of the paramilitary group Autodefensas Unidas de Colombia (AUC) between 1997 and 2002. The research starts from the argument that militarized masculinities, marked by aggressiveness and control over feminized bodies, use sexual violence as an instrument of power, social control, and humiliation of the enemy, contributing to economic gains and the strengthening of the group's internal hierarchies. The adopted methodology is based on Feminist Political Economy, which analyzes the intersections between political-economic inequalities, militarization, and gender identities at local, national, and global levels. The dissertation articulates post-structuralist and decolonial feminist approaches to understand gender as a discursive structure that produces violence and security in the context of war. The work unfolds in three chapters: initially, it discusses the construction of hegemonic masculinities and militarist discourses that associate virility with the use of force, consolidating hierarchical gender roles. Next, it examines the dynamics of the Colombian conflict, highlighting the convergence of interests among agrarian elites, state agents, and extractive capital, who use sexual violence as a tool for territorial expropriation and social control. Finally, it analyzes the sexual violence perpetrated by the AUC and its military and economic purposes, evidencing its role in reproducing a social order marked by gender, race, and class. The results demonstrate that sexual violence is an institutionalized and instrumentalized practice, sustained by power arrangements that traverse coloniality, racism, and militarized patriarchy. The research contributes to expanding the debates by placing Latin America at the center of analyses on sexual violence in war, emphasizing the need for intersectional approaches that consider sexuality, race, and class as co-constitutive dimensions of the war economy.

Keywords: sexual violence; militarism; armed conflict; Colombia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Resoluções do CSNU para Violência Sexual	39
Gráfico 1 – Expansão Paramilitar e Recursos do Narcotráfico	56
Gráfico 2 – Evolução do número de vítimas de violência sexual no conflito armado colombiano (1985-2012)	75
Quadro 2 – Riscos de violência de gênero no conflito armado segundo o Auto 092/08	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AUC	Autodefesas Unidas da Colômbia
AMPS	Agenda Mulheres Paz e Segurança
CS	Conselho de Segurança
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	9
1	GÊNERO E MILITARIZAÇÃO: A VIOLÊNCIA SEXUAL EM CONFLITOS ARMADOS.....	18
1.1	Feminismo e Relações Internacionais.....	19
1.2	Gênero, Militarismo e Estudos de Segurança.....	24
1.2.1	<u>Feminilidades e Masculinidades Militarizadas.....</u>	26
1.3	Violências de Gênero e Conflitos Armados: a Violência Sexual.....	30
1.4	Teorizando a Violência Sexual em Conflitos Armados.....	34
1.5	A Violência Sexual como Pauta de Segurança Internacional.....	37
2	CONFLITO ARMADO COLOMBIANO, MILITARIZAÇÃO E ESTRUTURAS DE GÊNERO.....	44
2.1	Conflito Colombiano: antecedentes históricos e desdobramentos.....	44
2.2	As Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC): <i>paracos</i> em guerra.....	53
2.2.1	<u>Inserção dos Membros na AUC.....</u>	56
2.3	Masculinidades Colombianas e seus Impactos no Conflito.....	60
3	AUTODEFESAS UNIDAS DA COLÔMBIA: VIOLÊNCIA SEXUAL NO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO.....	66
3.1	Masculinidades e Violências de Gênero no Conflito Armado Colombiano.....	67
3.2	Repertórios violentos das AUC: a violência sexual.....	76
3.2.1	<u>A violência sexual e a economia da guerra.....</u>	81
3.3	Desafios no Pós-Conflito.....	87
	CONCLUSÃO.....	90
	REFERÊNCIAS.....	93

INTRODUÇÃO

Mulheres e meninas têm seus corpos como extensão do campo de batalha em relatos que perpassam toda a história de guerras e conflitos da humanidade. Desde os tempos antigos, entre gregos e romanos, até os conflitos contemporâneos no pós-Guerra Fria, as violências de gênero se alinham e se intensificam perante as dinâmicas armadas (Odio, 2001; Marques, 2017; Coelho, 2021). A proliferação de pesquisas e movimentos pautados no feminismo dentro da disciplina de Relações Internacionais traz à tona tais questões, e evidencia a violência sexual relacionada aos conflitos como um ponto de grande atenção dentro desta literatura. O fenômeno apresenta marcas profundas que vão além da morte, e deixam cicatrizes nas vítimas, suas famílias e em toda a comunidade.

O debate em torno da violência sexual relacionada aos conflitos emerge no cenário acadêmico das Relações Internacionais em paralelo à expansão dos debates feministas e dos estudos sobre a inserção da guerra na sociedade civil¹, especialmente no pós-Guerra Fria. Inicialmente o tema foi teorizado como um terrível e inevitável efeito colateral da guerra relacionado à masculinidade (Brownmiller, 1993, Seifert, 1996), denotando certa passividade ao inserir o papel da mulher como vítima indefesa e uma universalização das estruturas violentas envolvidas. Dois conflitos são paradigmáticos para a ampliação do debate à época: a guerra na antiga Iugoslávia (1991) e o genocídio em Ruanda (1994). Em ambos os casos, as violações foram usadas com intenção de destruir os inimigos e suas identidades, trazendo luz à sistematicidade envolvida e revelando como esses atos fazem parte de um conjunto de práticas que constroem e reforçam posições de poder díspares entre os gêneros (Copelon, 2000).

Este primeiro período de teorização sobre o tema lançou bases importantes para diferentes formas de compreender a violência sexual na guerra. Na época, os estudos foram liderados por acadêmicas jurídicas feministas (MacKinnon, 1989), as quais apresentaram fortes argumentos normativos sobre por qual razão a violência sexual deveria ser levada a sério, tanto na academia, como nos processos judiciais (Nordas, Cohen, 2021). A partir dessas contribuições, novos debates emergiram, contestando a noção de que a violência sexual seria uma característica inerente aos conflitos armados. Pesquisadoras passaram a questionar essa perspectiva universalizante, argumentando que ela obscurece diferenças contextuais

¹Destaque para o livro “New and Old Wars” (Kaldor, 2012), em que a autora traz à tona os efeitos da guerra na sociedade civil a partir do conceito de “novas guerras”. O argumento central da teoria é que um novo tipo de violência organizada se desenvolveu nas últimas décadas do século XX, no qual a violência contra a população civil ocorre de forma intensificada em contraposição as “guerras antigas”.

importantes e limita a compreensão sobre as dinâmicas que levam à ocorrência — ou não — desse tipo de crime (Wood, 2006; Baaz & Stern, 2009; Cohen, 2013; Kirby, 2013). Com isso, o foco desloca-se para explicações causais que considerem os padrões específicos em que a violência sexual é praticada durante conflitos.

O desenvolvimento da literatura especializada é traçado junto com a inserção da pauta dentro dos órgãos das Nações Unidas. A partir dos anos 2000, o Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou uma série de Resoluções que compõem a Agenda Mulheres, Paz e Segurança (AMPS). Cinco destas nove² são destinadas a tratar a violência sexual relacionada aos conflitos, decretando medidas e instaurando o Gabinete da Representante Especial da Secretária Geral para Violência Sexual (RESG-VSC) e o Time de *Experts* para atuar no combate ao fenômeno. Cabe ressaltar que a definição da violência sexual relacionada aos conflitos para as Nações Unidas envolve diversos atos, como: “[...] estupro, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, aborto forçado, esterilização forçada, casamento forçado”, incluindo também outras formas de violências sexuais perpetradas contra mulheres ou homens, que estejam diretas ou indiretamente ligadas ao conflito (S/2022/272, p. 4).

No âmbito da AMPS, as Resoluções para a violência sexual ganham destaque e apresentam avanços significativos no reconhecimento e na responsabilização pelo crime através dos mecanismos criados, além de atuarem como uma ferramenta de alavancagem para a participação das mulheres nos processos de paz. No entanto, avaliações feministas apontam como os discursos de segurança dentro dos documentos reforçam os estereótipos de gênero e podem atuar em prol do aumento do militarismo (Shepherd, 2008; Otto, 2014). A atenção desproporcional que a pauta recebeu dentro da AMPS contribui para a (re)produção de mulheres como vítimas — ao invés de mulheres como agentes — e “fornece às potências ocidentais um pretexto ‘feminista’ para responder militarmente às realidades políticas atuais” (Otto, 2014, p. 161).

Dessa forma, observa-se que o processo de inserção da violência sexual como uma pauta de segurança no âmbito internacional retira o fenômeno da análise mais vasta de poder e violências com base em gênero, deixando de lado as intersecções necessárias para o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa mais inclusiva. Transcender o paradigma de vítimas femininas e perpetuadores masculinos é relevante para expor os padrões heteronormativos constituídos e reafirmados nas estruturas militarizadas. Shepherd (2008)

²Resoluções 1820 (2008), 1888 (2009), 1960 (2010), 2106 (2013) e 2467 (2019)

corroborar ao argumentar que ao desconstruirmos os conceitos de gênero, poder como eles são mantidos por meio de atos violentos, promovemos uma política que centraliza a agência das mulheres e produz uma análise do ambiente masculinizado que permite a “reprodução violenta e contínua de gênero”.

Esta pesquisa atua nessa direção ao propor uma análise que busca desvelar as estruturas violentas que não só (re)produzem a violência sexual dentro dos conflitos, mas também conferem e legitimam seu poder sobre a comunidade atingida. O cenário estudado é o conflito armado colombiano e a atuação do grupo paramilitar Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) entre os anos definidos pelo Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013; 2017) como de intensificação do embate, 1997 e 2002. A análise parte da compreensão de que entender por que determinada instituição ordenaria ou permitiria a ocorrência dos crimes de violência sexual requer uma compreensão das relações de poder de gênero em determinada sociedade (Davies, True, 2015, p. 497).

Fundadas em 1994 como um movimento de organização nacional dos grupos paramilitares, as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) surgem no âmbito do conflito armado colombiano e marcam um período de escalada das disputas. O projeto do grupo era conservador, autoritário e contra insurgente, apresentando em seu discurso o objetivo de suprir as debilidades do Estado na luta contra as guerrilhas. Como assinalado por Quintero et al., (2009, p. 17) os grupos paramilitares surgiram como “estruturas militares de extrema direita que tradicionalmente agiam em cumplicidade, conivência ou com a omissão e aquiescência da força pública de segurança”. Vale ressaltar que as ações do grupo iam além da luta contra insurgente, atuando no controle do comércio das drogas, e no roubo de terras. Em 2003, o grupo se dissolveu formalmente perante as negociações com o governo vigente, deixando um legado de massacres e deslocamentos de milhões de pessoas (CNMH, 2014).

A violência contra a população civil é parte marcante do conflito armado colombiano durante toda a sua duração (CNMH, 2014). O embate apresentou uma dinâmica definida em torno dos interesses que os atores armados tinham frente à dominação territorial e populacional, em busca de apoio e controle de recursos. Os ganhos econômicos, sociais e políticos se relacionavam com as atividades extrativistas e de produção agrícola em grande escala, além da luta política por demonstração de poder entre o Estado e as forças insurgentes. Apesar dos diferentes impactos em cada região do país, o ponto comum era a busca pela desconexão das populações de suas terras, empurrando-os para o deslocamento e também minando a possibilidade de retorno (CNMH, 2017). Em outras palavras, um projeto que buscou destruir as bases comunitárias e abrir espaço para a exploração.

Dentro do cenário complexo de violência na Colômbia, Maria Vigoya (2013) aponta a existência de um processo de consolidação gradual de uma masculinidade hegemônica a partir da racialização e da feminização dos grupos subalternos que compõem a região, enquanto reconhece a lacuna de pesquisas sobre o tema. Kimberly Theidon (2009) argumenta que a construção de certas formas de masculinidades não é um incidente dentro do ambiente militarizado, mas sim é essencial para sua manutenção. Formas violentas de masculinidades são forjadas e sustentadas dentro da sociedade colombiana e vistas a partir da fusão de certas práticas e imagens de masculinidade com o uso de armas, o exercício da violência e o desempenho de uma masculinidade agressiva (Theidon, 2009, p. 5).

Como observa Tickner (2001), os discursos militaristas envoltos a este conceito não surgem de forma isolada, mas dependem de retóricas misóginas que permeiam a formação militar, criando um imaginário em que ser homem está intrinsecamente ligado ao uso da força e à subordinação de traços associados ao "feminino". Essa construção não apenas atrai recrutas, mas sustenta a própria identidade das instituições militares, que operam com base em valores de obediência e poder. Whitworth (1994) e outras autoras, como Enloe (1987), destacam que a relação entre militarismo e representações hierárquicas de gênero é uma escolha política que leva em consideração suas implicações cotidianas. Dessa forma, a manipulação das representações de gênero atende a interesses específicos, como a imposição de papéis sociais distintos para homens e mulheres em tempos de guerra, além da necessidade de uniformizar a identidade de gênero militar frente às diferenças de classe, etnia e status militar (Enloe, 1987; Whitworth, 1994).

Neste cenário, essa dissertação é orientada pela seguinte pergunta de pesquisa: como as condições estruturais de gênero (re)produzem o uso da violência sexual dentro do conflito armado colombiano como mecanismo de controle social e humilhação do inimigo? Para respondê-la, a pesquisa parte do argumento de que as condições estruturais de gênero na sociedade colombiana, durante o conflito armado, produzem e reproduzem formas de masculinidades militarizadas que levam à violência sexual dentro do cenário de guerra. Essas masculinidades, marcadas pela agressividade e pelo controle sobre os corpos feminilizados, utilizam a violência sexual como instrumento de controle social e humilhação do inimigo. A atuação das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) ilustra como essa violência se relaciona com ganhos econômicos, desestabilizando comunidades, reforçando lealdades internas e consolidando o poder militar em prol do seu projeto expansionista. Longe de ser um ato isolado, essa prática se institucionaliza, gerando consequências profundas para o tecido social e para os processos de paz no pós-conflito.

Essa pesquisa, portanto, buscou contribuir na expansão dos estudos sobre violência de gênero na América Latina dentro das Relações Internacionais. Dados produzidos no último relatório do Observatório de Igualdade de Gênero para América Latina e Caribe (2022), evidenciam que ao menos 12 mulheres são mortas por dia por razões de gênero e que as violações sexuais são uma das manifestações mais evidentes da desigualdade de gênero. Apesar de a região já ter sido reconhecida como uma “zona de paz” (Kacowicz, 1998, CELAC, 2014), os altos índices de homicídios nos países tornam claro que a paz interestatal não se traduz em paz para a população civil.

Na região, a Colômbia é um caso emblemático por ter vivenciado o conflito mais destrutivo da história contemporânea da América Latina, com marcas que perduram até os dias atuais (CNMH, 2017). A violência de gênero no país é um problema persistente que enfrenta grandes obstáculos no que se refere à justiça e à proteção adequadas. Embora a violência sexual relacionada ao conflito no país seja denunciada há décadas por organizações e coletivos feministas, o último Relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas para o tema destaca que 453 casos foram notificados em 2022, um número ainda expressivo e que denota a relevância do assunto (S/2023/413).

Apesar da extensa literatura acadêmica existente sobre a violência sexual na guerra, Baaz e Stern (2013) argumentam que a maior parte da produção acadêmica se concentra em casos no continente africano, e como este foco é problemático por enquadrar o tema como um problema particular dessa realidade. Davies e True (2015, p. 497), por sua vez, apontam o predomínio de análises causais e a lacuna na produção de abordagens que aprofundem a “compreensão da relação entre a discriminação estrutural de gênero e a SGBV [violência sexual baseada em gênero] em massa”. A dissertação aqui desenvolvida explora as limitações citadas nos dois trabalhos, tanto por trazer um país sul-americano para o estudo, quanto por prover uma análise que tem como eixo a compreensão das condições estruturais que produzem e reproduzem tal violência. Busca-se analisar “não por que um determinado resultado foi obtido, mas sim como os sujeitos, objetos e disposições interpretativas foram socialmente construídos de modo que determinadas práticas se tornaram possíveis” (Doty, p. 302).

No que se refere ao grupo armado, Cohen et al. (2013) defendem que o estudo a partir das organizações armadas dentro do conflito é adequado para mapear as trajetórias da violência sexual na guerra, pois permite explorar realidades complexas sem a reprodução de uma narrativa universalizante. Dentro do conflito colombiano, a compreensão da AUC lança luz ao fenômeno paramilitar e suas estratégias, enquanto chama atenção para a pertinência do tema dentro do processo de militarização da sociedade vivenciado nos dias atuais e, principalmente,

suas possíveis ramificações de gênero. O grupo é evidenciado pelo Centro Nacional de Memória Histórica da Colômbia (2013) como o principal responsável pelo agravamento da violência dentro conflito - por exemplo, o índice de massacres cometidos contra a população civil entre os anos de 1980 e 2012 indica que os paramilitares perpetraram quase 60% e os guerrilheiros cerca de 17%.

Neste sentido, o objetivo geral da dissertação é compreender como as estruturas de gênero da sociedade colombiana (re)produzem o uso da violência sexual como um meio de poder, perpetuado pelo grupo Autodefesas Unidas das Colômbias (AUC) dentro do conflito armado vivenciado no país. Os objetivos específicos se listam em: (i) investigar como masculinidades e feminilidades são construídas e reforçadas a partir do aporte teórico crítico sobre militarização, analisando o papel dessas identidades de gênero na legitimação de práticas violentas e a relação com as hierarquias de poder em contextos de conflito armado; (ii) discutir os aspectos que compõem a violência sexual como uma pauta de segurança e seu uso dentro da guerra, indicando questões ligadas ao binário de gênero e ao papel do corpo como cenário de guerra; (iii) analisar as dinâmicas do conflito armado colombiano, explorando como as condições estruturais de gênero foram constituídas em relação às dinâmicas militarizadas de gênero na trajetória do conflito; (iv) investigar o papel do grupo armado Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) na produção e reprodução dessas estruturas, observando como a organização atuou na perpetuação da violência sexual relacionada ao conflito armado; por fim, (v) analisar como a violência sexual propagada pelo grupo estudado se relaciona com os ganhos econômicos envolvidos ao conflito.

Para tanto, os aportes teóricos feministas pós-estruturais e decoloniais nas Relações Internacionais são os eixos centrais, por contribuírem para a análise das relações de poder subjacentes às dinâmicas de gênero, tanto no contexto internacional quanto na realidade colombiana. Essas abordagens permitem compreender como o gênero opera como uma estrutura discursiva que produz e é produzido por práticas de violência e segurança. Laura Shepherd (2008, p. 3) define gênero como “um substantivo, um verbo e uma lógica que é produto/produtivo das performances de violência e segurança”, argumentando que, na política internacional, a violência de gênero não apenas reflete desigualdades, mas também constitui sujeitos. Em sua análise, a “reprodução violenta de gênero” se manifesta quando vítimas de violência sexual são automaticamente feminizadas, e os perpetradores são compreendidos como masculinos — independentemente de seu sexo ou identidade de gênero — revelando como tais categorias são moldadas por discursos hegemônicos e estruturas militarizadas.

Entendendo que a violência que atinge os corpos das mulheres colombianas se relaciona com a condição de subalternidade da América Latina, a análise também assenta bases na antropóloga argentina Rita Segato (2018). A autora argumenta que a imposição do gênero como princípio organizativo aos colonizados destruiu os vínculos de solidariedade entre as vítimas da dominação, e a relativa complementaridade existente entre o feminino e o masculino. Em sua abordagem, a violência sexual é enfatizada como um crime de ordem pública, que atua em prol da privatização da vida, do domínio dos territórios e da expansão de economias extrativistas. O crime assume uma função dupla por permitir acesso a ganhos econômicos e políticos, enquanto reafirma a dominação baseada em uma hierarquia sexual. O olhar decolonial de gênero da autora permite a compreensão das construções sociais dentro da Colômbia e do grupo armado analisado, revelando questões relacionadas à colonização da sociedade.

A perspectiva feminista decolonial voltada para as Relações Internacionais ressalta a importância de considerar as várias opressões que atravessam “historicamente nossa região desde o colonialismo até a colonialidade contemporânea e como essas têm se expressado em certos sujeitos que não tiveram privilégios de raça, classe, sexo e sexualidade, como são as mulheres negras, indígenas e camponesas”, dentro da análise (Curiel, 2016, p. 80). As violências contra as mulheres na América Latina são marcadas por um histórico de colonização e de exploração dos territórios e dos corpos indígenas e afrodescendentes. A corrente problematiza a construção e as dinâmicas do sistema-mundo-moderno colonial ocidental ao lançar luz para os demarcadores de raça, etnia e gênero que o estruturam (Curiel, 2016).

Para o desenvolvimento da dissertação, propõe-se uma análise de gênero entendida como “uma forma multifacetada de explicação focada em estruturas, instituições e identidades, em vez de fatores isolados” (Davies, True, 2015, p. 501). Para tal, a pesquisa irá ser orientada pelo método denominado Economia Política Feminista, proposto por True (2010). A autora propõe três níveis de análise para compreender os casos de violência contra as mulheres em situações de conflito armado: (i) o da divisão do trabalho baseado em gênero que há na esfera familiar e privada; (ii) o da “macroeconomia global contemporânea, na qual a competição capitalista alimenta a busca por fontes baratas de trabalho, muitas vezes feminina, e por condições de investimento desreguladas”; e (iii) o das “identidades do masculino protetor e do feminino protegido associadas à guerra e ao militarismo” (True, 2010, p. 41).

O método busca conectar as desigualdades estruturais político-econômicas locais, domésticas e globais, que comumente são deixadas de lado, ou obscurecidas, na abordagem de segurança internacional. Embora nesta pesquisa não se proponha uma análise profunda das relações no âmbito privado e doméstico, alguns elementos levam à compreensão do contexto

socioeconômico que intensifica as vulnerabilidades locais referidas no primeiro nível, como na escassez de recursos e para a compreensão do *continuum* de violências. Com relação ao segundo nível, serão observadas questões relacionadas às causas do conflito e aos ganhos econômicos envolvidos na dominação territorial do grupo armado estudado, com a influência de grandes empresas extrativistas. Já o terceiro nível se conecta às dicotomias violentas de gênero existentes na Colômbia e no âmbito internacional, que produzem sujeitos de gênero diametralmente opostos e que se intensificam no cenário armado. Os três níveis se entrelaçam na análise das violências sexuais dentro conflito armado colombiano, possibilitando uma compreensão ampla e multifacetada do objeto estudado.

Para a análise dos três níveis dentro da Colômbia, as fontes bibliográficas majoritárias de pesquisa serão relatórios e livros produzidos pelo Centro Nacional de Memória Histórica da Colômbia e pela Comissão da Verdade instaurada no pós-conflito, além de trabalhos elaborados a partir de pesquisas locais sobre o desenvolvimento da sociedade colombiana – como Castro-Gómez (2003), Sanín Santamaría (2010), Maria Vigoya (2013; 2018; 2023). No mais, a violência sexual relacionada ao conflito colombiano será compreendida como uma violência política, definida como “qualquer forma de violência organizada realizada por atores políticos, que incluem governos, grupos rebeldes, insurgentes ou organizações terroristas” (Valentino, 2014, p. 91).

Além da introdução e das considerações finais, esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta a discussão teórica sobre militarização, articulando os estudos feministas críticos com os estudos críticos militares. O foco recai na mobilização da categoria gênero e na análise da violência sexual na guerra, situada a partir da inserção do tema no debate acadêmico como uma pauta de Segurança Internacional. A literatura será abordada por meio de uma perspectiva crítica, calcada na base teórica apresentada, lançando luz sobre questões relacionadas à construção das dicotomias de gênero (feminilidades e masculinidades) e ao papel do corpo como cenário de guerra.

O segundo capítulo examinará o conflito colombiano, em um esforço para tecer os nós históricos-estruturais que permeiam as dinâmicas armadas no país. Serão observadas as estruturas de gênero e como elas foram historicamente constituídas a partir da influência das práticas militarizadas ao longo do conflito. O eixo para compreensão será o papel das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) na consolidação dessas estruturas por meio da reprodução de práticas violentas vinculadas às desigualdades de gênero.

O terceiro capítulo investigará a violência sexual empregada pelo grupo analisado. Serão exploradas as consequências sociais e políticas dessa prática, destacando o impacto das

dinâmicas militarizadas de poder e gênero nas estruturas do conflito. O enfoque será na compreensão dos fatores estruturais que permitem essa transformação da violência sexual em uma ferramenta relacionada a ganhos econômicos, evidenciando seu papel na manutenção e intensificação do conflito armado.

1 GÊNERO E MILITARIZAÇÃO: A VIOLÊNCIA SEXUAL EM CONFLITOS ARMADOS

Quando pensamos em ambientes de guerra e conflitos armados, é fácil nos concentrarmos nos momentos vistos como extraordinários — os grandes episódios, as causas históricas e os impactos imediatos e visíveis. Swati Parashar (2013) identifica que a disciplina das Relações Internacionais (RI) não pensa a guerra desde a perspectiva dos corpos que estão vivenciando o dia a dia do conflito armado. As RI geralmente se preocupam com estes momentos extraordinários da guerra, a causalidade e o impacto. No entanto, há uma realidade intermediária e posterior que pode ser útil não apenas para desconstruir as condições sob as quais a guerra se torna inevitável e até mesmo uma necessidade, mas também para os esforços pós-guerra (Parashar, 2013).

Este é um dos pontos centrais em que a literatura feminista para as RI surge ao oferecer uma ferramenta analítica capaz de examinar como as dinâmicas de gênero e as relações de poder moldam as condições de vida e as experiências cotidianas antes, durante e após o conflito. A perspectiva citada desempenha um papel fundamental ao destacar a conexão entre as questões de gênero e o militarismo, mostrando como as lógicas militares e as visões de mundo associadas a elas fortalecem o domínio de uma masculinidade hegemônica em diferentes áreas da vida social, política e econômica (Tickner, 2022). Os impactos dos discursos militaristas são constituídos a partir de retóricas misóginas sobre o(s) “feminino(s)”, que reafirmam estruturas de gênero para consolidar sua posição de poder e, assim, geram formatos de violência.

A pesquisa aqui exposta tem como eixo as dicotomias de gênero — feminilidades e masculinidades — presentes no discurso promovido no ambiente internacional, as quais se relacionam com as hierarquias de poder e legitimam diversas práticas de violência. A crítica é apresentada como base para compreensão de como os sujeitos, objetos e disposições interpretativas foram socialmente construídos (Doty, 1993) para que a violência sexual ocorra no cenário de conflito armado que será analisado. Para sustentar essa análise, alguns conceitos centrais serão explorados nas três seções aqui desenvolvidas, como: militarismo e militarização, masculinidade hegemônica e masculinidade militarizada, violência de gênero e violência sexual relacionada a conflitos armados. Entre esses, a militarização e o gênero se destacam como categorias analíticas centrais, permitindo investigar como as dinâmicas estruturais de gênero moldam e legitimam o uso da violência sexual no contexto do conflito armado colombiano.

1.1 Feminismo e Relações Internacionais

A aproximação entre Feminismo e Relações Internacionais ocorre a partir do final da década de 1980, em um momento de alargamento das abordagens e temáticas promovido no terceiro debate e nas correntes pós-positivistas. O pós-positivismo se refere a diversas perspectivas, que incluem a teoria crítica, algumas formas de construtivismo, pós-estruturalismos e pós-modernismos, os quais questionam as crenças positivistas das metodologias tradicionais (realistas/liberais) sobre a possibilidade de se criar um conhecimento universal e objetivo (Tickner, 2006). A corrente rejeita metodologias racionalistas e explicações causais, além de defender métodos mais interpretativos, ideacionais e sociológicos para compreender as relações entre os Estados (Tickner, Sjoberg, 2021).

Dentro desse espectro de debate, as feministas compartilham o compromisso da vertente ao adotar a teoria como elemento constitutivo da realidade e desafiar os pressupostos metodológicos que dominavam o campo. Tickner e Sjoberg (2021) destacam que os teóricos pós-positivistas foram tão lentos quanto os positivistas em incorporar a análise de gênero em suas pesquisas, contudo, suas críticas epistemológicas abriram novos espaços dentro da academia. A maior parte da pesquisa empírica feminista que foi desenvolvida principalmente na década de 1990 não seguiu o caminho comum traçado pelas Ciências Sociais, formulando hipóteses e fornecendo evidências passíveis de serem testadas, falsificadas ou validadas. Salvo algumas exceções, trabalhos feministas nas RI fizeram uso de uma série de métodos enquadrados em estruturas “pós-positivistas”, incluindo, por exemplo, a etnografia, a pesquisa transcultural, a argumentação filosófica e a análise de discurso (Tickner, 2006).

Apesar de sua afinidade com o pós-positivismo, a corrente trouxe contribuições próprias à disciplina ao destacar que o processo de construção do conhecimento muitas vezes é permeado por um viés androcêntrico. A suposta neutralidade de gênero nas teorias e agendas do *mainstream* teórico das RI, pressupõem que a separação entre pesquisador e realidade é possível e descomplicada, em prol da construção de um conhecimento “neutro” e “objetivo”. Entretanto, os esforços feministas para reinterpretar as dinâmicas de poder sugerem que as abordagens canônicas das RI subestimaram a abrangência e exatamente o que é necessário, em todos os níveis e todos os dias, para reproduzir uma ordem internacional extremamente desigual e hierárquica (Enloe, 2014).

Podemos ver as contraposições entre o *mainstream* das RI e as teóricas feministas a partir de seus focos. Enquanto as visões tradicionais se baseiam em explicações racionalistas generalizadas sobre o comportamento dos Estados em um sistema internacional visto como

anárquico, as feministas se concentram nas relações sociais de gênero, compreendendo que o sistema internacional é formado por hierarquias que produzem e reproduzem diversas formas de subordinação (Tickner, Sjoberg, 2021). Como afirma J. Ann Tickner (2006, p. 21), uma das precursoras do feminismo nas RI, a investigação feminista é um processo dialético, em que “ouvir as mulheres e entender como os significados subjetivos que elas atribuem às suas experiências vividas muitas vezes estão em desacordo com os significados internalizados pela sociedade em geral”. Tais vozes e subjetividades lançam luz sobre as hierarquias de poder que subjazem a disciplina, mas não apenas ela: o mundo em si opera a partir de exercícios de poder baseados em gênero, nas palavras de Cynthia Enloe (2014, p. 1), “o gênero faz o mundo girar”.

Para revelar essas posições e as formas de poder envolvidas, as feministas geralmente começam suas análises no nível micro, tentando entender como a vida dos indivíduos ou da comunidade afeta e é afetada pela política global. Cynthia Enloe (2014, p. 1) traz essa perspectiva à tona ao questionar de forma simples, mas também muito elucidativa, “onde estão as mulheres [na política internacional]?”. A autora defende o ato analítico de exercer uma “curiosidade feminista”, evidenciando como partir das experiências cotidianas das mulheres, sejam elas esposas de diplomatas, prostitutas ou trabalhadoras de plantações, pode fornecer novas percepções sobre questões de paz, guerra e violência. Parashar (2013) corrobora ao argumentar que a análise a nível sistêmico e concentrada em “realidades abstratas”, apresenta uma compreensão limitada sobre o que de fato ocorre no cenário internacional, e, especialmente, na guerra.

Esta área de pesquisa confronta o conhecimento “consolidado” que se pretende universal e objetivo, mas que é na realidade um conhecimento construído a partir das vidas de homens privilegiados e que fazem perguntas que refletem seus próprios interesses. Em diálogo com Harding (1987), Tickner (2006) mostra como a ciência moderna ocidental, julga o progresso não pelo mérito das perguntas que são feitas, mas sim pela forma como elas são respondidas. A ênfase não reside apenas na origem dos problemas ou na hipótese científica, mas também na metodologia empregada para testar tais hipóteses, ou na “lógica da investigação científica” (Harding, 1987, p. 7). Para as feministas, entretanto, as perguntas formuladas — ou, mais crucialmente, aquelas que são deixadas de lado — são tão fundamentais para a validade do empreendimento quanto as respostas eventualmente obtidas.

Ao expor a natureza epistemológica da elaboração de teorias na área, as feministas buscaram simultaneamente desestabilizar conceitos essenciais, como segurança, soberania, Estado e poder; questionar as implicações das teorias que supostamente são desenvolvidas com um princípio de neutralidade; integrar as epistemologias feministas na área; e realocar as

mulheres nos estudos internacionais, garantindo sua centralidade nas investigações (Lenine, 2024, p. 7). Dessa forma, a construção desta agenda é ampla e inclui o compromisso com a constante revisão e desconstrução dos conceitos-chave que compõem o arcabouço teórico, revelando que as ferramentas de análise não são isentas e impessoais. Muitas acadêmicas optam por usar o termo “perspectiva epistemológica” no local de “metodologia”, para indicar que a pesquisa é um projeto vivo, coletivo, que busca desafiar e repensar o que é o “conhecimento válido”, por meio das vivências das mulheres (Tickner, 2006, p. 21).

O caráter reflexivo permeia as diferentes epistemologias que buscam cientificar esta pesquisa que é transdisciplinar e declaradamente política. Neste aspecto, em uma busca por construir uma estratégia epistemológica que melhor fundamente e instrumentalize a produção de um saber feminista, Sandra Harding (2021) aborda a existência de um paradoxo epistemológico. Nas suas palavras:

Para o feminismo, o problema epistemológico é explicar uma situação aparentemente paradoxal. **O feminismo é um movimento político de mudança social.** No entanto, muitas afirmações, sem dúvida motivadas por preocupações feministas, feitas por pesquisadores e teóricos das ciências sociais, biologia e estudos sociais sobre as ciências naturais parecem mais aceitáveis - com maior probabilidade de serem confirmadas por evidências - do que as crenças que pretendem substituir. Como essa investigação politizada pode aumentar a objetividade da pesquisa? Com base em que essas afirmações feministas poderiam ser justificadas? (Harding, 2016, p. 23, ênfases da autora)

Como possíveis soluções para suas perguntas, a autora desenvolveu uma divisão epistemológica como formas complementares amplamente utilizadas nas discussões originárias do campo: a epistemologia empírica, a ponto de vista e a pós-moderna.

O empirismo epistemológico sustenta que o sexismo e o androcentrismo são vieses sociais corrigíveis utilizando as normas metodológicas da ciência positivistas. Em outros termos, a vertente parte dos princípios do realismo científico ao aceitar que a existência do mundo independe do agente humano que o investiga, e das suposições empiristas sobre a primazia dos sentidos como fonte de todo o conhecimento sobre o mundo (Hawkesworth, 1989; Harding, 2016). Ao assentar o conhecimento nessas bases filosóficas, a vertente usa dos modelos de observação, mensuração e teste dos fenômenos sociais, no qual a subjetividade do observador é controlada pela adesão de procedimentos neutros. Harding (2016) argumenta que essa solução é atraente por manter intactas as normas metodológicas existentes na ciência, mas também contraditória por subverter a própria empiria ao pressupor que a identidade feminista do pesquisador (sejam mulheres ou homens) teria maior probabilidade de obter resultados imparciais e objetivos.

Em contraste, a epistemologia “ponto de vista” “ênfatiza o papel fundamental das mulheres e de suas experiências como analistas e como objetos de análise e afirma que as mulheres precisam identificar a natureza patriarcal da produção científica”, para em seguida “criar uma nova maneira de conduzir a pesquisa e produzir novos (...) conceitos, teorias e conhecimentos” (Mazur, 2018, p. 538). A vertente argumenta que a compreensão da realidade é sempre mediada por fatores relacionados à posição do indivíduo (como classe, raça e gênero), interferindo na produção de conhecimento. No caso das mulheres, suas experiências e vivências são consideradas uma fonte legítima para entender o mundo e produzir conhecimento, proporcionando um “ponto de vista” próprio em relação às opressões que enfrentam (Lenine, 2024, p. 8).

Apesar de algumas similaridades, a revisão dos conceitos propostos nesta visão é feita na epistemologia pós-moderna, a qual propõe o desenvolvimento de um compromisso com a pluralidade e a diferença (Hawkesworth, 1989). Elas discordam das ideias essencialistas das feministas do ponto de vista ao rejeitarem a noção de que há um "ponto de vista" feminino: há tantos pontos de vista quanto mulheres (Grecco, 2020). Dentro da vertente, a possibilidade de uma verdade absoluta sobre a realidade é rejeitada, ela é fragmentada, múltipla e elusiva. De acordo com Flax (apud Harding, 2016, p. 26) as feministas dessa linha "compartilham um profundo ceticismo com respeito aos enunciados universais (ou universalizantes) sobre a existência, a natureza, as forças da razão, o progresso, a ciência, a linguagem e o 'sujeito/eu'."

Parte-se do princípio que o sistema internacional é estruturado em torno de significados patriarcais, os quais determinam os conceitos sobre mulheres e homens, seus papéis estabelecidos, as quais geram formas de violência de gênero decorrentes da classificação. Para uma transformação/emancipação, tais categorias vistas como universais devem ser desconstruídas e questionadas, incluindo a própria ideia da existência de um sujeito feminino (e também masculino) universal e a-histórico. Por este motivo, atribuem grande importância à dimensão de gênero, visto que através dela é possível examinar a diversidade de experiências e identidades dos indivíduos na esfera política global, considerando suas diferentes posições no contexto do poder, que engloba aspectos como classe, raça, sexualidade, entre outros (Grecco, 2020; Mazur, 2018). Como Julia Kristeva (1980, p. 166 apud Manzur, 2018, p.) afirma, "se as mulheres têm um papel a desempenhar, é apenas assumindo uma função negativa: rejeitar tudo o que é finito, definitivo, estrutural, carregado de significado, no estado existente da sociedade".

Apesar das três abordagens compartilharem o núcleo feminista, há diferenças essenciais que distinguem cada epistemologia e, às vezes, as colocam em desacordo umas com as outras em termos do melhor caminho para o desenvolvimento da pesquisa e para a produção do

conhecimento (Mazur, 2018). Entretanto, Weber (1994) argumenta que a separação não tem a finalidade de privilegiar uma perspectiva em detrimento da outra, mas demonstrar como há maior diversidade dentro da teoria feminista do que nas abordagens canônicas das Relações Internacionais. Seguindo a afirmação de Harding (2016) não existe uma epistemologia ou um método único, inclusive muitas das formulações transbordam essas três distinções se entrelaçando dentro de uma mesma pesquisa – especialmente a vertente pós-moderna e a ponto de vista.

As contribuições da autora buscam pensar epistemologias e metodologias feministas que questionem a lógica masculina da ciência, seus aportes sobre a reflexividade e, também, nos convida a explicitar o gênero, a raça, a classe e os traços culturais da pesquisadora como posicionamento. Cabe destacar que por trás de qualquer análise, reside os desafios de revelar as diferentes formas pelas quais as desigualdades afetam cada indivíduo. A reflexão não deve se restringir apenas à análise de gênero, é necessário explorar também as interseções com outras categorias analíticas. Ao buscar uma abordagem crítica em relação ao paradigma dominante das Relações Internacionais, é importante questionar suas próprias limitações, reconhecendo que qualquer perspectiva epistemológica predominantemente do Norte Global pode perpetuar desigualdades em níveis sistêmicos e individuais.

Como Tickner (2006) afirma, se as feministas advogam por uma teoria praxiológica, normativa, sociológica e transformadora, um dos desafios é não homogeneizar e essencializar as identidades e experiências femininas. A interseccionalidade entre raça, gênero, classe, sexualidade, e demais marcadores de identidade, traz à tona esta pluralidade de experiências e contextos que o indivíduo pode estar inserido, recuperando suas particularidades locais, e também, sua agência. As epistemologias desenvolvidas no Sul Global utilizam esta chave analítica para problematizar análises centradas somente no gênero e para situar as variadas epistemologias, agendas e perspectivas locais que podem ser mobilizadas (Lenine, 2024). Tais teorias produzidas fora dos centros hegemônicos desafiam tanto as teorias clássicas, quanto o sistema de gênero ocidental por esconder um projeto etnocêntrico que omite as diversas hierarquias de poder e marginaliza mulheres fora do “centro” (Grecco, 2020). Nesse contexto, as análises sobre violência de gênero adquirem relevância, especialmente ao explorar como essa violência funciona como uma ferramenta de subordinação e reforço de hierarquias sociais.

1.2 Gênero, Militarismo e Estudos de Segurança

A eclosão dos estudos no campo de Gênero e da Segurança Internacional ocorreu em paralelo à expansão feminista no final da década de 1980. O olhar de gênero proposto pelas autoras³ buscou revisar uma série de conceitos tradicionalmente explorados em torno das abordagens tradicionais de segurança, tensionando a maneira convencional de se olhar para a guerra (Elshtain, 1987; Enloe, 1989; Tickner, 1992). Dentre alguns pontos em comum propostos na agenda estão: (i) a compreensão da existência das hierarquias de gênero que regem o âmbito da segurança internacional, a qual opõe os aspectos ligados à feminilidade e à masculinidade, (ii) o papel amplo e diverso que as acadêmicas feministas observam que o gênero desempenha na teoria e na prática da segurança internacional; e, principalmente, (iii) a compreensão ampla do que é considerado segurança – para além da guerra interestatal e a violência internacional – e a quem o conceito deve ou não ser aplicado (Sjoberg, 2009).

Dessa forma, a perspectiva crítica promovida dentro da agenda feminista amplia o entendimento sobre a guerra, além de expor as conexões entre segurança e alguns dos seus conceitos relacionados, como militarismo e militarização. Conforme discutem Stavrianakis e Stern (2018), embora os teóricos críticos de segurança tenham avançado em temas relacionados à segurança humana, apenas as feministas mantêm uma atenção constante ao militarismo. Uma das razões para isso é que uma análise direta sobre guerras e militarismo implica um posicionamento intensamente político, exigindo a problematização do papel do Estado e da violência organizada como forças estruturantes da sociedade. A lente feminista vai de encontro a estes critérios ao compreender a guerra a partir das estruturas de poder que a produzem e a mantêm, revelando como o militarismo se relaciona intimamente com a insegurança global e com a reprodução de desigualdades econômicas e sociais. Essa análise é frequentemente marginalizada em outras vertentes sobre segurança, que tendem a minimizar o impacto do termo em prol da centralização das análises no Estado (ibid).

O conceito “militarismo”, para Enloe (2004, p. 219), representa uma ideia, um pacote de valores e crenças que sobrepõem o elemento militar nas sociedades, atuando sobre como o mundo “funciona” e como o mundo deveria funcionar. Ao adotar o militarismo, indivíduos, instituições ou comunidades passam a compartilhar valores específicos sobre o que é

³ Destacam-se algumas obras pioneiras no período, como: *Women and War*, de Jean Elshtain (1987), *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Relations*, de Cynthia Enloe (1989), *Gender and International Relations: feminist perspectives on achieving global security*, de Judith Ann Tickner (1992), entre outras.

considerado bom ou ruim, certo ou errado, e apropriado ou inadequado. Entre essas crenças, destacam-se: a ideia de uma propensão humana natural para o conflito e para ter inimigos; a convicção de que hierarquias são necessárias para a eficácia das ações; a premissa de que um Estado sem exército não é plenamente um Estado; e a noção de que, em momentos de crise, atores feminizados necessitam de proteção, enquanto qualquer homem que recuse a violência compromete seu status masculino (ibid).

Como resultado, o militarismo desencadeia um processo no qual a guerra e sua preparação passam a ser vistas como uma atividade social normal e até desejável (Tickner, 2022). Shaw (2013) o define como um fenômeno representacional que intensifica a influência militar na estruturação das organizações políticas e sociais, visando manter o indivíduo, a sociedade e o Estado em um nível constante de prontidão para a guerra. Em diálogo com Enloe (2004), Sandra Via e Laura Sjoberg (2010) destacam como, embora a guerra seja experiência culminante do militarismo, ele é muito mais amplo do que o conflito em si, englobando um conjunto de instituições, práticas, valores e culturas subjacentes. Em vez de entender o termo como a simples transferência das práticas militares para o contexto civil, ele pode ser visto como a dissolução ou apagamento das fronteiras entre guerra e paz, e entre o militar e o civil (Sjoberg, Via, 2010, p. 7).

Embora relacionados, Meger e Saschder (2020, p. 956) observam que o militarismo e a militarização não são sempre correlacionados: “o militarismo pode existir, e muitas vezes existe, sem uma militarização evidente”. Além disso, o militarismo, assim como o sexismo e o racismo, integra e reforça sistemas de violência estrutural, funcionando como uma força social que perpetua desigualdades e molda relações de poder. Nesse sentido, o conceito é mais do que uma ideologia; ele se configura também como uma estrutura social que pode se adaptar a diferentes contextos, interagindo com outros fatores, como gênero, raça e classe, para consolidar uma ordem que valoriza a militarização como resposta "racional" a ameaças internas e externas. Ao vincular-se aos interesses do capital e às ações do Estado, o militarismo perpetua sua influência mesmo em tempos de paz, limitando as possibilidades de uma paz duradoura ao consolidar-se como um pilar de controle e manutenção econômica (ibid).

O termo “militarização”, segundo Cynthia Enloe (2000, p. 3), representa um processo complexo em que ideias, valores e práticas vão, de forma sutil, moldando indivíduos, instituições e comunidades para que passem a apoiar ou aceitar como naturais atividades ligadas à guerra e a lógica militar. Esse fenômeno também ultrapassa o âmbito das instituições militares e se manifesta quando normas sociais, discursos, definições, atitudes, pensamentos e expectativas são moldados e remoldados a partir deste processo. Dessa forma, quando as

instituições, os valores, as ações (em sua maioria violentas) ou os fundamentos militares são aceitos ou normalizados em uma sociedade e/ou entre grupos de pessoas dessa sociedade, a militarização está sendo bem-sucedida. Para a autora, este processo requer a aquiescência tanto de mulheres quanto de homens, mas privilegia aspectos relacionados a masculinidade.

Por conseguinte, Enloe (2000, p. 3) descreve essas estratégias de militarização a partir da sutilidade e do cotidiano, como danças suaves, e não como confrontos nas quais pessoas e objetos são gradualmente influenciados por ideias militaristas ou passam a acreditar que seu bem-estar depende delas. Esse fenômeno reflete-se em mudanças ideológicas, culturais, institucionais e econômicas que, por seu caráter rotineiro, tornam-se quase invisíveis. O avanço da militarização em várias sociedades está fundamentado em construções binárias de gênero — femininas e masculinas —, de categorias raciais e de classe, bem como de decisões políticas que reforçam o militarismo. Portanto, uma “curiosidade feminista” (Enloe, 2004, p. 222) exige uma investigação crítica sobre o que o militarismo e a militarização produzem, os significados generificados que sustentam esses processos e a interconexão entre eles.

1.2.1 Feminilidades e Masculinidades Militarizadas

A crítica feminista ao masculinismo fundamenta-se na exposição e desconstrução das dicotomias de gênero amplamente difundidas. Argumenta-se que os opostos masculino e feminino formam um simbolismo binário que opera em uma epistemologia de dualismos no centro da filosofia e da cultura ocidental moderna (Hooper, 2001). Nessa relação, o primeiro é construído como termo dominante e valorizado em relação ao segundo, a feminilidade. Esses conceitos são definidos em relação mútua, formando um sistema de significados que, ao ser utilizado para interpretar o mundo, acaba se naturalizando e assumindo a aparência de verdades absolutas. Pares como racional/irracional, forte/fraco, dominante/submisso, dentro/fora, público/privado, guerra/paz, são alguns dos exemplos dicotômicos que se conectam a este dualismo de gênero para privilegiar o primeiro em detrimento do segundo. Hooper (2001, p. 48) argumenta ainda que o que é considerado ativo e, portanto, masculino, é uma questão de semântica, por exemplo, “enquanto a passividade é uma característica feminina desvalorizada, a contenção é uma característica masculina valorizada”.

Dentro das Relações Internacionais, essa dicotomia de gênero se manifesta na política e na condução do Estado, como observado por Tickner (1992). A autora destaca como características associadas ao "ser homem", como resistência, coragem, força física e até o uso

de violência no cenário internacional, são amplamente valorizadas. Além disso, os atributos vistos como desejáveis para o comportamento do Estado — como poder, autonomia e racionalidade — que busca sobreviver e prosperar em um “perigoso” sistema internacional anárquico, são associados a um tipo ideal de masculinidade socialmente construído (Tickner, 2004). Tais processos culminaram no desenvolvimento da área de tal modo que a hierarquia entre os gêneros se perpetuou, sendo tudo aquilo que é considerado “masculino” como superior. Nas palavras da autora:

Nós raramente percebemos que pensamos nesses termos, no entanto; na maioria das áreas do conhecimento que temos nos acostumamos a equacionar o que é humano com o que é masculino. Em nenhum lugar isso é mais verdadeiro do que em *Relações Internacionais*, uma disciplina que, enquanto a maior parte resistiu à introdução de gênero em seu discurso, baseia os seus pressupostos e explicações quase inteiramente sobre as atividades e experiências de homens. (Tickner, 1992, p. 8)

Charlotte Hooper (2001) argumenta que a masculinidade aceita e legítima tais hierarquias ao não as questionar, fazendo com que os traços atribuídos à feminilidade e masculinidade sejam avaliados de maneira desigual. A autora afirma que não podemos entender as relações internacionais a menos que entendamos as implicações do fato de que elas são conduzidas principalmente por homens. A política de gênero permeia a política mundial e o gênero é uma construção social que resulta de práticas que conectam argumentos em todos os níveis da política e da sociedade, incluindo o internacional. Em sua perspectiva, os processos sociais selecionam valores e comportamentos que podem ser associados a uma masculinidade idealizada, identificada por Connel e Messerschmidt (2005) a partir do conceito de “masculinidade hegemônica”. O termo é utilizado para se referir a certas normas e valores masculinos que se tornaram dominantes em instituições de controle social e permanecem nessas instituições para manter as ordens sociais e políticas patriarcais (Via, 2010).

A construção e afirmação do conceito se baseia na oposição e competição com identidades consideradas subordinadas. Hooper (2001, p. 43) explica que “como a masculinidade é o termo valorizado, pode-se argumentar que a feminilidade é apenas uma categoria residual, um contraste ou Outro para a masculinidade se definir”. Neste sentido, a reivindicação de masculinidade de um homem (ou de qualquer pessoa que a busque), portanto, é uma reivindicação de posição em oposição a um outro feminino que a sociedade construiu para ser o menor dos dois binários (Via, 2010). Isto é, sem a existência de um indivíduo ou grupo que possa ser rotulado como a parte mais fraca, as normas sociais masculinas não teriam conteúdo (Hooper, 2001).

Em diálogo com estes conceitos, a perspectiva decolonial proposta por Rita Segato (2018) aprofunda a compreensão ao destacar como a colonialidade impôs uma estrutura binária sobre sociedades que, anteriormente, eram caracterizadas pela dualidade. No mundo dual, os gêneros ocupavam espaços distintos na vida social, mas ontologicamente plenos e completos. As relações eram baseadas na complementaridade, no sentido em que espaço público, com suas tarefas políticas e de intermediação, não se sobrepunha ao espaço doméstico e suas diversas atividades compartilhadas. Essa estrutura é capturada pela colonialidade e seus binarismos, que se afirma reduzindo o “outro” à função de alter do “um”, do “sujeito universal”, extraindo sua plenitude ontológica (Segato, 2018, p. 99). Dessa forma, este “outro” (feminino, não branco, subdesenvolvido) se torna condição para existência deste “Um” (masculino, branco, desenvolvido).

Cabe destacar algumas considerações sobre raça no debate sobre masculinidades. De um lado, há a valorização de homens brancos como corajosos protetores, dispostos a se sacrificarem por uma causa justa. Por outro, por exemplo, quando o foco é a violência sexual em contextos de conflito, há uma construção distinta que associa homens não ocidentais a comportamentos selvagens, rotulando-os como "masculinidades bárbaras" e representantes de um "patriarcado irracional" dos "homens de pele escura" (Pratt, 2013, p. 775). Neste sentido, Karov (2018, p. 24) argumenta que "a guerra e a violência geram formas específicas de identidades de gênero que são racializadas e sexualizadas, em vez de serem apenas consequências de impulsos (naturais ou desenvolvidos) dos homens".

As identidades de gênero são reconhecidas como construídas por processos abertos, múltiplos e multidimensionais, em vez de serem vistas como construções fixas. Dessa forma, a política da masculinidade pode ser vista como um campo contestado de movimentos e resistências de poder, em vez de ser interpretada como um conjunto fixo de relações de poder (Hooper, 2001). Connel e Messerschmidt (2005, p. 836) corroboram ao afirmar que a masculinidade “não é uma identidade fixa”, mas “configurações de práticas que se realizam na ação social e, portanto, podem diferir de acordo com as relações de gênero em um determinado contexto social”. Essa abordagem permite captar como os indivíduos praticam uma política incorporada de masculinidade que se baseia em um repertório cultural diversificado de comportamento masculino, que, por sua vez, é informado pela classe, etnia, raça, religião e outras identidades (Theidon, 2007).

É importante abordar como essas construções se manifestam com particular intensidade em instituições ligadas ao uso da força, especialmente no ambiente militar, onde as identidades de gênero se entrelaçam com ideais de poder e dominação. É nas Forças Armadas, mais

precisamente, que a masculinidade é reforçada por meio da promoção de padrões tradicionalmente associados aos homens, como “força física superior, vínculo incomparável, disposição heroica de correr riscos, violência extrema e disposição para sacrificar a vida pela causa” (Peterson, 2010, p. 23). A mesma lógica de construção por oposição permeia tanto a instituição militar quanto os discursos de segurança dos Estados, por exemplo, as mulheres (o “feminino”) são estereotipicamente associadas a questões ligadas à paz, à doação de vida e necessidade de proteção. Essas associações surgem como contrapartida necessária a uma suposta masculinidade de proteger, guerrear e matar (Baaz, Stern, 2009, p. 500)

Enloe (2000) propõe que o conceito de masculinidade, quando ligado à militarização, se desenvolve a partir de uma análise das instituições militares como espaços de produção cultural e de construção de gênero. Ela sugere que nesses ambientes os papéis de gênero encontram oportunidades e condições para serem performados, permitindo, sobretudo, a criação e o reforço de seus aspectos mais extremos. Em encontro com a perspectiva da autora, Kimberly Theidon (2009, p. 5) define a masculinidade militarizada como “a fusão de certas práticas e imagens de masculinidade com o uso de armas, o exercício da violência e o desempenho de uma masculinidade agressiva e frequentemente misógina. Para a autora a construção de certa forma de masculinidade não é incidental ao militarismo; pelo contrário, é essencial para sua manutenção. Em suas palavras, “o militarismo precisa de uma ideologia de gênero que o sustente tanto quanto precisa de armas e balas” (Theidon, 2009, p. 3).

Sob essa ótica, as masculinidades militarizadas são construídas em diversos contextos e não se limitam apenas às forças armadas públicas. Higate (2003) destaca como os homens se tornam guerreiros “viris” através de processos interligados de gênero e socialização militar. O autor sugere que não é simples somar exército e masculinidade como se fossem elementos independentes; em vez disso, eles se moldam mutuamente. Como Eichler aborda (2014, p. 85) “as políticas da masculinidade militarizada são tanto pessoais e locais quanto públicas, nacionais e globais”. Essas masculinidades são moldadas em múltiplos níveis: (i) no plano individual, por meio das crenças e comportamentos de homens e mulheres; (ii) no plano institucional, pelas políticas de Estados, forças armadas públicas, missões de manutenção da paz, empresas militares e de segurança privadas e organizações internacionais; (iii) e no plano ideológico e cultural, através de normas sociais, do complexo militar-industrial e da mídia (Eichler, 2014). A militarização se estende assim ao discurso e à cultura, influenciando normas sociais e práticas cotidianas.

A partir dessa perspectiva, a militarização passa a ser vista como algo indissociável das questões de gênero, seja em seus “objetivos (competição pelo poder), seus meios (o complexo

industrial militar), sua linguagem (de força e dominação) e seus impactos (que afetam as mulheres de forma desproporcional e negativa)” (Sjoberg; Via, 2010, p.8). Spike Peterson (2010) aborda que no processo de gênero da militarização, os homens estão sob constante pressão para provar sua masculinidade sendo durões, adversários e agressivos. Em uma instituição altamente legitimada e organizada na maioria das sociedades, “os homens não apenas podem, mas também devem provar sua masculinidade”. Indo além, Enloe (1983, p. 212) argumenta que o funcionamento do complexo militar-civil depende desta lógica. Os homens devem estar dispostos a matar e morrer em nome do Estado para provar sua masculinidade, e as mulheres dispostas a se comportar como o gênero feminino.

Esse cenário armado, moldado pela militarização e pela valorização de comportamentos masculinos agressivos, torna o ambiente um terreno fértil para a manifestação das diversas formas de violências de gênero. Como Baaz e Stern (2009, p. 500) argumentam a masculinidade militarizada leva a performances de uma heterossexualidade violenta, em que “tudo o que está associado à feminilidade é visto como corrosivo”. A virilidade dos soldados vem acompanhada por táticas de subordinação dos oponentes, sejam eles homens ou mulheres, de modo que, por meio da feminização dos inimigos, a violência se manifesta e se reitera como masculinidade hegemônica (Shepherd, 2008). Em alguns casos, muitos dos combatentes justificam suas práticas criminosas justamente devido à falha em exercer tal masculinidade, isto é, seu papel enquanto “homem” (Baaz, Stern, 2009).

Em relação a violência sexual, Segato (2016) aborda que é um formato de violência que vai além das vítimas diretamente atingidas e subjugadas, funcionando também como um mecanismo de categorização de masculinidades. De um lado, os agressores violentam determinados corpos em busca de reafirmar um tipo ideal de masculinidade valorizada no contexto de conflito. Enquanto por outro, os sujeitos masculinos que deveriam proteger as mulheres violentadas (maridos, pais ou outros homens da comunidade) são rotulados como detentores de uma masculinidade considerada inferior e incompleta. Nesse sentido, o crime é compreendido como uma tática que visa atacar a masculinidade do homem, seja na sua incapacidade de proteger mulheres e meninas, ou por objetificar e colocar ele no lugar de vítima — um espaço “feminino”.

1.3 Violências de Gênero e Conflitos Armados: a Violência Sexual

As violências de gênero ocupam a agenda política internacional desde a década de 1970, quando surgiram em espaços de discussão das Nações Unidas e outros organismos

internacionais (True, 2021). Desde então, uma vasta produção acadêmica com diferentes enfoques e estratégias de análise tem surgido, com ênfase em como a violência opera como uma ferramenta de subordinação que reforça a lógica binária entre os gêneros. Destaca-se que a violência sexual relacionada aos conflitos segue sendo a mais pesquisada e teorizada dentro dos estudos de gênero nas Relações Internacionais (Lenine, Gonçalves, 2023). Muitas das teorias produzidas em tais estudos resultam de estudos de caso, o que faz com que sua extrapolação para outros contextos exija que suas premissas sejam ajustadas às realidades sociais, políticas e econômicas específicas de cada espaço.

Davies e True (2015) destacam que uma crítica comum a certas abordagens sobre a violência sexual em conflitos é a tendência de se basear em variáveis isoladas ou em nível individual, o que acaba limitando a compreensão mais ampla das desigualdades de gênero e suas discriminações. Muitos estudos causais pressupõem que, por ser a desigualdade de gênero uma característica presente em todos os contextos, ela não pode ser isolada como uma explicação definitiva para a violência. Nesse sentido, a literatura sobre violência de gênero aponta que o foco tem recaído, de maneira excessiva, sobre os atos concretos de violência, enquanto os elementos simbólicos subjacentes a essas práticas são frequentemente negligenciados (Otto, 2014; Davies, True, 2015; Lenine, Gonçalves, 2023).

Em conversa com Brown (2003), Shepherd (2008) aborda a importância de pensar não apenas nos crimes cometidos contra as mulheres, mas também na capacidade socialmente produzida das mulheres serem vítimas. Por esse motivo, a autora argumenta que a conceituação da violência de gênero não pode limitar-se a compreendê-la apenas como atos produzidos pelo gênero, mas também como aqueles que o reproduzem, a fim de revelar as narrativas e os discursos por trás da materialidade do crime. Ela sugere o conceito “reprodução violenta de gênero”, considerando que os entendimentos sociais de gênero nunca são fixos, o que significa que ele precisa ser reproduzido por diversos meios, inclusive violentos.

Para chegar neste conceito, Shepherd (2008) expõe as limitações de se pensar em “violência de gênero” ou “violência contra as mulheres”. No que se refere ao primeiro, a autora aborda como a pesquisa sobre "violência contra a mulher" sustenta uma epistemologia empirista, isto é, voltada para reivindicação de uma verdade baseada na experiência das mulheres e seus relatos. Esse é um projeto contínuo, um esforço para superar o “silêncio” das experiências de violência das mulheres, e uma busca para tirar o tema das margens e inserir no centro da agenda política. No entanto, assim como as "mulheres" existem como sujeitos, o conhecimento que elas possuem a respeito de suas experiências vividas é concebido como refletindo uma realidade objetiva que pode ser comunicada sem prestar atenção analítica às

maneiras pelas quais a "recuperação" desse conhecimento depende de sua interpretação (Shepherd, 2008, p. 42).

A crítica de Shepherd (2008) questiona a possibilidade da existência de uma realidade objetiva, e afirma que esta é uma agenda que prioriza a prática em relação à teoria e o ativismo em relação à academia. Ela argumenta que reivindicar uma verdade baseada na experiência, torna a pesquisa insensível às maneiras pelas quais essas reivindicações apelam para a existência de uma realidade objetiva que dificilmente é sustentada. Além disso, ao situar a mulher como vítima e negá-la o potencial de ser protagonista em situações violentas, essas construções servem para definir a violência como algo reservado à masculinidade, que "naturalmente" é mapeada para os corpos masculinos. Isto é, uma abordagem que pode cair em essencialismos de gênero, atrelando o homem à imagem da violência e a mulher ao papel de vítima.

Como exemplo, em diálogo com a autora, Ayiera (2010) expõe a utilização de binários no discurso internacional levam a feminização das violências de gênero, especialmente no que tange a violência sexual. Homem versus mulher, heterossexual versus homossexual, branco versus negro, são alguns exemplos de oposições que permeiam os discursos que moldam os processos conceituais das relações sociais. A estrutura resultante afirma uma ordem social patriarcal que normaliza o comportamento agressivo, heterossexual e dominante associado à masculinidade e à subjugação das mulheres. Neste cenário, a violência contra as mulheres torna-se parte integrante do exercício do poder sobre elas e da manutenção de um sistema de hegemonia masculina.

Sob esta ótica, Sara Meger (2016, p. 154) aborda que as práticas de violência de gênero perpetradas durante os momentos de guerra e de conflito não são eventos isolados, mas estão vinculados com “construções de gênero e hierarquias de gênero dentro de uma sociedade”. Ato violentos isolados não são possíveis, “em vez disso, os níveis social, comunitário, interpessoal e individual funcionam juntos para produzir violências, que regulam e são reguladas pelas normas e práticas sociais existentes” (Shepherd, 2008, p. 45). Ao negar às mulheres o potencial de serem protagonistas em situações violentas, essas construções são inerentemente políticas e servem para definir a violência como algo reservado à masculinidade, que "naturalmente" é mapeada para os corpos masculinos.

Como violência política, a violência de gênero contém linguagens específicas que (re)produzem a subordinação das mulheres e dos sujeitos feminizados sob uma ordem de gênero masculinizada. A violência política é definida como “qualquer forma de violência organizada realizada por atores políticos, que incluem governos, grupos rebeldes, insurgentes ou

organizações terroristas” (Valentino, 2014, p. 91). Dessa forma, enquadrar a violência de gênero como um ato de violência política, leva a compreensão de que a violência sexual não é um crime oportunista ou aleatório, mas sim um que sempre busca produzir e reforçar uma determinada ordem de gênero.

Neste sentido, os atos de violência podem ser compreendidos como produtores e reprodutores de gênero devido ao seu caráter discursivo (Shepherd, 2008). Segato (2016) reforça essa ideia, argumentando que a violência de gênero na guerra atua como um gesto discursivo, dirigido a interlocutores que podem estar fisicamente presentes ou habitarem a paisagem mental do perpetrador. Em suas palavras:

“Se o ato violento é entendido como uma mensagem e os crimes são percebidos como orquestrados em um claro estilo responsorial, nos deparamos com uma cena em que os atos de violência se comportam como uma linguagem capaz de funcionar efetivamente para aqueles que a entendem, para aqueles que estão cientes dela, para aqueles que a falam, mesmo que não participem diretamente da ação.” (Segato, 2016, p. 45)

Essa dimensão comunicativa, analisada por Segato, revela que o agressor não só emite um discurso punitivo e moralizador à vítima direta, mas também afirma sua masculinidade diante de seus pares.

Este formato de violência é informado por normas sociais discriminatórias em relação ao gênero, incluindo códigos familiares que perpetuam a dominação dos homens sobre as mulheres e as crianças; restrições severas às liberdades civis das mulheres e ao acesso a recursos e direitos; além das violações cotidianas e normalizadas da integridade física e corporal das mulheres. Essa discriminação e opressão endêmica de gênero faz com que o uso da violência sexual relacionada aos conflitos se torne uma forma eficaz de envergonhar, desestabilizar e deslocar grupos inteiros em distúrbios civis, antes, durante e depois do conflito (Davies, True, 2015, p. 507).

Por conseguinte, não há como combater a violência em geral nos conflitos armados “sem questionar o papel das construções sociais de gênero na sua reprodução” (Roque, 2018, p. 175). É preciso considerar, para além das soluções técnicas e científicas para a resolução de conflitos, as relações de poder que residem nas desigualdades de gênero e as práticas que estas legitimam com base nas masculinidades e nas feminilidades. O ponto é ir além das motivações que levaram ou não ao crime, mas sim compreender as condições estruturais de gênero que o tornaram possível em primeiro lugar — “ou seja, os papéis de gênero na sociedade e as desigualdades de poder nas instituições da família, do Estado e do mercado” (Davies e True, 2015, p. 496).

1.4 Teorizando a Violência Sexual em Conflitos Armados

A produção sobre a violência sexual dentro das Relações Internacionais emerge em um cenário de transformações moldadas pelo fim da Guerra Fria, com a propagação da globalização, e a ampliação de novos padrões de cooperação e conflito entre atores estatais e não-estatais, o qual possibilitou a expansão dos debates relacionados à segurança. A introdução de diferentes tópicos de pesquisa e a difusão de novas perguntas foram reflexos da crescente onda de mulheres na disciplina, do aumento da visibilidade e, principalmente, do impacto das provocações envoltas aos seus trabalhos. Em relação a violência sexual, este momento é caracterizado pela forte influência do conflito na antiga Iugoslávia, que serviu aos olhos dos acadêmicos ocidentais e das comunidades políticas para colocar um rosto europeu – logo, familiar – na questão e apresentá-la como um problema no cenário internacional (Crawford, 2017; Cohen, Nordas, 2022).

A atenção acadêmica do período estabeleceu as bases conceituais para as maneiras de se compreender as dimensões do crime na guerra, seja como parte de uma análise de gênero, como um problema relacionado a questões identitárias, ou como uma forma de violência repleta de significados simbólicos políticos e sociais (Cohen, Nordas, 2022). Susan Brownmiller (1993) abriu o caminho para tais perspectivas com seu trabalho pioneiro sobre estupro na guerra, em que o crime é visto como um fenômeno trans histórico e universal. Segundo a autora, a violação sexual é um instrumento de intimidação através do qual todos os homens mantêm todas as mulheres em um estado constante de ansiedade. Ela também postula que a capacidade de cometer é suficiente para explicar a existência do fenômeno e o desenvolvimento de ideologias masculinas relativas ao crime. A aptidão biológica dos homens para perpetrar tal ato é vista como uma justificativa suficiente para que empreguem o estupro como uma forma de manifestação de seu poder social.

Neste contexto, uma linha comum na teorização inicial do tema é a sua compreensão como um terrível efeito colateral da guerra relacionado a masculinidade (Brownmiller, 1993; Mackinnon, 1994), denotando certa passividade ao inserir o papel da mulher como vítima indefesa e uma universalização das estruturas violentas envolvidas. Em diálogo com Brownmiller (1993), Seifert (1996) parte do conflito na antiga Iugoslávia e expõe a compreensão do estupro não como um ato sexual, mas sim como um ato de violência. Para a autora, os crimes de natureza sexual cometidos contra as mulheres são atos de destruição cultural que apresentam um propósito e cumprem funções incorporadas em “nossos sistemas

simbólicos” (1996, p. 12). Sua pesquisa vai além ao trazer a ideia que a violência de gênero apresenta uma linguagem com sentido específico em contextos culturais específicos.

Cynthia Enloe (2000), em especial, é enfática ao afirmar que o estupro evoca o pesadelo da guerra, mas que se torna parte inevitável das inúmeras formas de violência empregadas — “lootpillageandrape”. Para a autora, a violência sexual dentro dos conflitos tem um forte teor político e surge como produto das relações em comunidade, das instituições e como resultado de decisões específicas. Em seus estudos ela propõe uma tipologia para sintetizar as ocorrências em três distinções: (i) a violação recreativa, sob o pretexto de necessidades biológicas masculinas e relacionada a prostituição militarizada; (ii) a violação praticada com a justificativa de “segurança nacional”, como os atos de tortura praticados nas ditaduras latino-americanas ou pelo exército norte-americano na prisão de Abu Ghraib; e (iii) as violações que ocorrem “em massa de forma sistemática”, com o objetivo de humilhar o inimigo e afetar o tecido social, potencialmente constituindo uma forma de genocídio (Enloe, 2000, p. 111).

Apesar dos avanços na compreensão e visibilidade do tema na agenda internacional, nos últimos anos surgiram correntes que questionam as teorizações desenvolvidas nesse período, propondo novos significados para os papéis que o crime pode desempenhar, suas especificidades e motivações no contexto dos conflitos. Argumenta-se, em geral, que muitas análises se basearam em suposições frágeis, resultando em interpretações superficiais que projetam uma incidência de violência sexual maior do que a observada na realidade (Cohen, 2013; Wood, 2006, 2009).

Esta literatura busca entender causas e funções da violência sexual generalizada durante conflitos civis, desafiando a antiga suposição de que o estupro é uma consequência inevitável dentro da guerra. Elizabeth Wood (2009) apresenta este argumento e aponta que existem variações significativas na ocorrência desse crime entre países e grupos, e até mesmo dentro de um só conflito. Explicações anteriores, que se concentram em tensões étnicas e fatores quase constantes como o patriarcado, não conseguem explicar tais diferenças. Seu trabalho tensionou a área ao buscar compreender a ausência do crime em prol de formas de contenção e acusação. Em suas palavras: “se alguns grupos não se envolvem em violência sexual, então o estupro não é inevitável na guerra, como às vezes se afirma, e há motivos mais fortes para responsabilizar os grupos que se envolvem em violência sexual” (Wood, 2009, p. 132).

Ao invés de localizar sua pesquisa no conflito, ou no Estado, Elizabeth Wood (2009) coloca o foco nas organizações armadas, iluminando possíveis padrões de perpetuação e contenção do crime. Um caso emblemático para esta análise se situa no conflito armado colombiano. O foco nos grupos armados não estatais envolvidos nas disputas (guerrilheiros e

paramilitares) expõe como o território atingido, os padrões organizacionais e as ideologias, surgem como variáveis na perpetuação da violência sexual que assola os territórios em disputa no país (Quintero et al., 2008). A ideia da variação teorizada por Wood (2009) evidencia a relativa ausência da violência sexual dentro de alguns cenários estudados, implicando que o crime não é inevitável em todos os conflitos e, logo, pode ser prevenido.

A aparição do crime em conflitos armados pode seguir diversos padrões de violência, Wood (2012) os classifica como: contornos estratégicos, oportunistas ou como prática. Como violência estratégica, a violência sexual é entendida como um padrão adotado intencionalmente pelos comandantes militares para alcançar os objetivos do grupo; como oportunista, é perpetrada por razões privadas e não objetivos grupais; e a prática é a tolerada pelos comandantes, muitas vezes como forma de compensação aos soldados e ocorre independentemente de trazer ou não benefícios estratégicos. Apesar da difícil comprovação empírica da adoção intencional de um padrão de violência – atos sexuais dificilmente são explicitamente ordenados – no padrão estratégico, a autora entende que estratégia é “qualquer violência cujo padrão indique, empiricamente, que o grupo armado controle sua prática”, isto é, esse tipo de violência ocorre quando é de benefício estratégico ao grupo e não tende a ocorrer quando não é (Wood, 2012, p. 26).

Em diálogo com a autora, Sara Meger explora a relação entre as condições políticas e econômicas dentro dos conflitos armados e o uso da violência sexual dentro da guerra. Meger (2016, p. 98) classifica como arma de guerra as formas de violência sexual perpetradas sistematicamente, publicamente e em grande escala, quando essa violência pode ser vinculada aos objetivos do grupo armado. Para a autora, o crime se mostra particularmente eficaz quando relacionado com ambições políticas e econômicas dentro do conflito, devido à sua exploração das relações hierárquicas e normas sociais de gênero. Nestes contextos, o objetivo é comunicar a um público muito mais amplo do que as vítimas diretas da violência sexual que elas não estão seguras, e que a resistência às exigências ou aos desejos do grupo agressor será inútil. Em última instância, essas ações visam “limpar” fisicamente terras economicamente significativas, permitindo ao grupo agressor o controle e a exploração dessas regiões. Em suas palavras:

(...) funciona como uma arma efetiva por ser uma tática pela qual o perpetrador pode dispersar uma população civil, forçar sua submissão ou impedir a oposição, criando as condições necessárias para acessar recursos economicamente significativos, extrair riqueza e acumular capital para ganhos privados. (Meger, 2016, p. 110)

Dessa forma, a violência sexual no contexto dos conflitos, segundo esses argumentos, atua para espalhar o medo entre a população civil, incentivar a colaboração ou submissão, desmoralizar e humilhar o inimigo, além de provocar o deslocamento de comunidades dos territórios disputados que um grupo armado busca controlar. Nesse contexto, é importante destacar que os conceitos de “arma” ou “estratégia” de guerra aplicados pelas autoras à violência sexual fazem sentido apenas dentro de uma estrutura que lhes atribua este poder e legitimidade. Isto é, para que a violência sexual atue como uma estratégia de guerra, é necessário que existam certos significados subjacentes, tipos específicos de atores sociais e relações de poder já estabelecidas no contexto do conflito. Essa configuração social e simbólica é o que permite à violência sexual alcançar objetivos militares definidos.

Considerando as dinâmicas que possibilitam essa violência, é essencial observar as relações sociais, políticas e econômicas que levam indivíduos ou grupos a direcionar suas ações a vítimas específicas para esse tipo de crime (True, 2012). Davies e True (2015) destacam como as desigualdades estruturais de gênero existentes em cada contexto podem nos ajudar a entender por que os atores armados praticam a violência sexual em vez de outro tipo de violência. Este movimento permite compreender o fenômeno como um problema social mais abrangente e não o reduzir a um crime de guerra desvinculado de suas bases estruturais. Cabe destacar que a concepção de violência sexual como arma ou estratégia e as críticas a essa visão se desenvolveram paralelamente à inclusão do tema como questão de segurança no cenário internacional, como será abordado a seguir.

1.5 A Violência Sexual como Pauta de Segurança Internacional

Um dos principais símbolos do impacto da ampliação teórica na prática da segurança internacional é o engajamento com as organizações internacionais, em que o estabelecimento da Agenda Mulheres, Paz e Segurança (AMPS) é o grande marco (Melancon, 2023). A estrutura surgiu após a adoção da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a qual se baseia no reconhecimento de que os conflitos armados apresentam um impacto desproporcional sobre as mulheres, assim como ressalta o papel das mesmas nos processos de construção (ou reconstrução) da paz. A partir desta resolução, buscou-se ampliar o papel atribuído às mulheres para além da compreensão apenas como vítimas dos conflitos e reconhecer o seu papel enquanto agentes da paz e da segurança internacionais. Rehn e Sirleaf (2002 p. 3) abordam sua relevância:

A Resolução 1325 é um marco político decisivo que torna as mulheres - e uma perspectiva de gênero - relevantes para a negociação de acordos de paz, o planejamento de campos de refugiados e operações de manutenção da paz e a reconstrução de sociedades devastadas pela guerra. Ela torna a busca pela igualdade de gênero relevante para cada ação do Conselho, desde a remoção de minas até as eleições e a reforma do setor de segurança.

A adoção da AMPS surge como resposta a uma série de preocupações de organizações e movimentos de ativistas e acadêmicas feministas, especialmente no âmbito das políticas e estudos sobre paz e segurança. Em sua essência, ela busca dar visibilidade aos sujeitos tradicionalmente marginalizados na política internacional, abordando questões de guerra, paz e segurança a partir das experiências concretas de grupos que foram historicamente invisibilizados e silenciados (Roque, 2016). Sua adoção confirma que “o pessoal é político e internacional”, ou seja, as vidas cotidianas de mulheres e homens, assim como as construções de masculinidade e feminilidade, influenciam e são influenciadas pela esfera internacional (Enloe, 2000). No entanto, é necessário reconhecer que ao limitar essa agenda aos contextos de guerra, às concepções de gênero subjacentes e aos significados atribuídos à segurança, está se revelando uma agenda limitada ou reciclada, e não complexa e emancipatória (Roque, 2016; Shepherd, 2008)

Sandra Withworth (2008) aborda como grande parte do desenvolvimento de pesquisas sobre o impacto dos conflitos armados para as mulheres se concentra nas formas pelas quais meninas e mulheres são submetidas a níveis elevados de violência sexual na guerra. Essa atenção da literatura se reflete na AMPS, que dentre suas nove Resoluções cinco são destinadas para o tema – 1820 (2008), 1888 (2009), 1960 (2010), 2106 (2013) e 2467 (2019). Juntos, os documentos apresentam avanços significativos no reconhecimento e na responsabilização para o crime através dos mecanismos criados, além de atuarem como uma ferramenta de alavancagem para a participação das mulheres nos processos de paz. Entretanto, o desenvolvimento reflete a adoção de uma visão restrita das formas de insegurança baseadas em gênero dentro da agenda (Meger, 2016).

Quadro 1 — Resoluções do CSNU para Violência Sexual

1820 (2008)	1888 (2009)	1960 (2010)	2106 (2013)	2467 (2019)
Reconhece a violência sexual como uma tática de guerra e como uma questão de paz e segurança internacional que exige uma resposta de segurança.	Fortalece os esforços para o fim do crime, estabelecendo um Representante do Secretário Geral e uma equipe de especialistas sobre estado de direito e violência sexual relacionada a conflitos.	Estabelece o mecanismo de monitoramento e relatório sobre a violência sexual em conflitos.	Destaca a responsabilização dos perpetradores de violência sexual em conflitos e enfatiza o empoderamento econômico e político das mulheres.	Salienta a necessidade de uma abordagem centrada na sobrevivente; solicita apoio e proteção às organizações de mulheres da sociedade civil; e demanda atenção para a questão das crianças nascidas de estupro.

Fonte: A autora, 2024.

A primeira resolução, 1820 (2008), reconhece a violência sexual como uma “tática de guerra” e um “impedimento ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais” (UNSCR 1820, 2008, ponto 1). Em outras palavras, a resolução identifica a violência sexual como uma ameaça à paz e a segurança internacional, extravasando o âmbito das lutas e reivindicações feministas de longa data, e abrindo precedentes para respostas militares. O documento surge como resultado de vários marcos decisivos para a visibilidade e tentativa de punição da violência sexual na guerra, como a Declaração de Beijing (1995) e o Tribunal Penal Internacional (TPI). Destacam-se os tribunais penais internacionais para Ruanda e para ex-Iugoslávia, os quais contribuíram significativamente para as leis e estruturas internacionais, traçando o caminho para a tipificação dos crimes sexuais no Estatuto de Roma, que regula o TPI.

A guerra na antiga Iugoslávia (1991) e o genocídio em Ruanda (1994) são dois conflitos paradigmáticos para a ampliação do debate à época, tanto na literatura, quanto dentro dos órgãos internacionais. Em ambos os casos, as violações sexuais foram usadas com intenção de destruir os inimigos e suas identidades, trazendo luz à ideia de “estratégia de guerra” e a sistematicidade envolvida. Na guerra da ex-Iugoslávia (1992), a violação foi vista como a principal arma estratégica: existiam campos de estupro com a intenção de promover a limpeza étnica ao engravidar as mulheres e proporcionar a destruição de seu povo (Peres, 2011), levando a caracterização do ato como tortura e crime contra a humanidade no TPI para o conflito. De

modo similar, o uso com intenção de extermínio étnico ocorreu em Ruanda (1994), no qual o TPI reconheceu o estupro como arma de genocídio (Copelon, 2000).

A compreensão proposta na Resolução 1820 das formas de violência sexual como um possível "crime de guerra, crime contra a humanidade ou um ato constitutivo de genocídio" (CSNU, 2008, par. 4) é um passo importante para garantir que os perpetradores sejam processados e que o estupro e outras formas de violência sexual não sejam considerados um subproduto inevitável da guerra. Entretanto, Otto (2014) argumenta que o entusiasmo feminista pelo reconhecimento do gênero como relevante para “fazer segurança” dentro do CSNU obscureceu as implicações políticas e históricas mais amplas desta inclusão. Ao mesmo tempo em que é fundamental reconhecer a importância do debate da violência sexual em âmbito global, é crucial também questionar quais são seus custos, visto que pode resultar em uma considerável despolitização das discussões até então travadas sobre tal forma de violência.

Silvia Roque (2016, p. 171) argumenta que o passo realmente transformador seria questionar a ideia de tática de guerra subjacente ao documento, no sentido em que “se a violência sexual pode ser militarizada, associada a grupos, ideologias e práticas militaristas, os seus objetivos e os espaços em que esta associação se expressa são mais vastos do que aqueles que a Resolução imagina e representa”. Outro ponto expresso no documento é o acionar militar, em: “apela para os Estados-membros que cumpram com a sua obrigação de processar os indivíduos responsáveis por esses atos”, considerando a utilização de sanções contra as partes que utilizem da violência sexual (CSNU, 2008, 3, ponto 4).

Otto (2014, p. 161) afirma que o desenvolvimento da AMPS pode “fornecer às potências ocidentais um pretexto ‘feminista’ para responder militarmente às realidades políticas atuais”. Um caso emblemático é o relatório produzido em 2012 pelo Secretário Geral e debatido no Conselho de Segurança, no qual a inclusão de incidentes ou padrões do crime “em cenários de conflito ou pós-conflito ou outras situações preocupantes (como conflitos políticos”, estendendo também para as violações que tenham “nexo indireto com o conflito ou luta política”, e incluindo “um vínculo temporal, geográfico e/ou causal” (S/2012/33, par. 3), foi contestada pela China, Colômbia, Paquistão e Rússia. As nações questionaram o alargamento do conceito e a consequente ampliação de poder do órgão. Enquanto a França, o Reino Unido e a Bélgica apoiaram o documento, citando a Síria e o Egito como exemplos de “instabilidade política” em que CSNU deveria ser capaz de agir para combater o “terrível flagelo” da violência sexual (S/PV.6722, p. 29).

Outro ponto que se tornou alvo de críticas na literatura é a ênfase excessiva na vitimização de mulheres e meninas (Engle, 2014) — o documento foca na violência “contra

civis”, citando “mulheres e meninas” como grupos vulneráveis diversas vezes, enquanto “homens e meninos”, ou suas variações, não aparecem nenhuma vez.

Embora a maioria das referências seja a “mulheres e meninas”, o documento às vezes se refere a "mulheres e crianças", expressando uma compreensão de gênero da exploração e violência sexual que equipara o que acontece com as crianças ao que acontece com as mulheres (Engle, 2014). Além deste ponto, o documento argumenta que a participação das mulheres na construção da paz é prejudicada pela "violência, intimidação e discriminação, que corroem a capacidade e a legitimidade das mulheres de participar da vida pública pós-conflito" (CSNU, 2008, preâmbulo). Apesar da AMPS promover o empoderamento da mulher nesta área, essa noção vincularia sua agência ao seu bem-estar sexual, e seu dano implicaria a incapacidade de participar da construção da paz pós-conflito (Madsen, 2022).

As Resoluções seguintes decretaram medidas de prevenção e instauraram o Gabinete da Representante Especial da Secretaria Geral para Violência Sexual (RESG-VSC) e o Time de Experts (CSNU, 1888) para atuar no combate ao fenômeno. Engle (2014) argumenta que desde a Resolução 1820, os documentos se tornaram cada vez mais neutros em termos de gênero, expandindo as preocupações para todas as crianças (não só meninas) e para todos os civis (homens e mulheres), mas sem classificar o crime como uma violência baseada em gênero e suas implicações. Dentro das Resoluções, a referência ao conceito de gênero como um sistema abrangente de práticas e representações, aparece apenas uma vez:

Destaca a importante função que a Comissão de Consolidação da Paz pode desempenhar ao incluir no seu aconselhamento e nas suas recomendações sobre as estratégias de consolidação da paz pós -conflito, sempre que possível, maneiras de abordar a violência sexual perpetrada durante um conflito armado ou posteriormente, e ao assegurar a consulta e a representação efetiva das mulheres da sociedade civil nas suas configurações específicas de cada país, **como parte do seu enfoque mais amplo das questões de gênero.** (CSNU, 2008: 4, ponto 11, destaques da autora)

Observa-se que as Resoluções abordam somente de forma superficial as causas subjacentes da violência sexual dentro dos conflitos e/ou guerras. Elas não questionam o substrato ideológico e normativo que a sustenta, nem as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade de gênero. Além disso, negligenciam dimensões como raça, etnia, orientação sexual e classe social (Roque, 2016). Os documentos se concentram na “aplicação de medidas apropriadas de disciplina militar, [no] cumprimento do princípio da responsabilidade do comando, [na] formação das tropas para a proibição categórica de todas as formas de violência sexual contra civis” (CSNU, 2008: 3, ponto 3), e não na compreensão dos princípios violentos que estruturam a sociedade. Tais medidas refletem a política impulsionada pela ONU após a

primeira resolução sobre o tema na AMPS, em que se buscou enquadrar a violência sexual como uma ameaça ao tema tradicional da segurança: os Estados (Meger, 2016).

Dessa forma, observamos que o tratamento dado ao tema no escopo da segurança o faz ser um assunto restrito a esta área e, dessa maneira, pouco desafia as estruturas (neo)colonial, capitalista, racista e desigual em termos de gênero do sistema internacional. Para Sílvia Roque (2018) existe um “silêncio ensurdecidor” dentro das Resoluções da ONU: a ausência do reconhecimento do imaginário racializado e das práticas de colonização que permeiam grande parte dos debates feministas sobre o fenômeno. Se por um lado, é crucial tornar visíveis as inseguranças e violências de natureza sexual para preveni-las e combatê-las, ou seja, abordá-las sob uma perspectiva de segurança. Por outro, quando bem-sucedida em chamar a atenção dos formuladores de políticas, a inclusão da violência sexual nos órgãos de segurança desencadeia uma série de outros efeitos discursivos, políticos e práticos, alguns deles contraproducentes ou deturpadores dos objetivos de uma agenda de politização e emancipação.

Considerações Finais do Capítulo

Neste capítulo, abordamos a intersecção entre os feminismos e as Relações Internacionais, evidenciando como a construção de conhecimento dentro da disciplina pode ser usada para compreender a violência de gênero e sexual em contextos armados. Ao investigar as relações entre militarismo e militarização, esclarecemos que enquanto o militarismo se constitui como um pacote de ideias que legitima a guerra e a estrutura militar, a militarização representa o processo prático pelo qual a sociedade civil se adapta e incorpora essa ideologia. Essa conceituação é fundamental para compreender como, em diversas sociedades, o avanço da militarização depende das construções de gênero, raça e classe, assim como das decisões políticas que reforçam o militarismo. Dentro do ambiente armado, moldado pela militarização e pela valorização de comportamentos masculinos agressivos, o ambiente se torna um terreno fértil para a manifestação das diversas formas de violências de gênero.

A constituição desse cenário violento exige a análise das particularidades de cada local, o que será abordado no próximo capítulo com foco no conflito armado colombiano. Ao direcionar a atenção para este contexto específico, pretende-se explorar como as dinâmicas de militarização, junto com as estruturas de gênero, raciais e sociais, moldam as práticas de violência, especialmente no que tange a violência sexual. Destaca-se a compreensão elaborada nesta sessão sobre o que (re)produz essa violência dentro do conflito e como esse entendimento

está atrelado a construções sociais e simbólicas específicas. Isto é, para o crime ocorrer deve existir uma estrutura que lhe atribua poder e legitimidade, baseada em significados e relações de poder presentes no contexto do conflito. Essas reflexões serão a base para analisar como a violência sexual é mobilizada dentro do conflito armado colombiano, explorando, no próximo capítulo, as condições estruturais e sociais que possibilitam essa dinâmica.

2 CONFLITO ARMADO COLOMBIANO, MILITARIZAÇÃO E ESTRUTURAS DE GÊNERO

O conflito armado colombiano é marcado por ser heterogêneo ao longo de seus mais de 50 anos de história, apresenta diversas transformações, alianças e dinâmicas sociais complexas no âmbito de seus atores, de sua extensão territorial, das suas vítimas e de seus repertórios violentos. Uma de suas principais características é a longa permanência no tempo, sustentada por desigualdades sociais, como a concentração de riqueza, a monopolização do poder e a precariedade das instituições democráticas. A propriedade da terra, concentrada nas mãos de poucos, intensificou as disputas territoriais e acirrou as disparidades sociais, configurando um cenário propício para a perpetuação do conflito. As dinâmicas das últimas décadas trouxeram novas complexidades às causas estruturais do embate, especialmente com a expansão do narcotráfico e os interesses econômicos de empresas ligadas à exploração agroindustrial e mineradora, que passaram a disputar regiões estratégicas, aprofundando a militarização do território e os mecanismos de controle social.

Neste capítulo, são analisadas as dinâmicas históricas, sociais e armadas do conflito colombiano, destacando-se os processos de militarização e suas implicações nas estruturas de gênero, raciais e sociais. Inicialmente, é apresentada uma contextualização histórica do conflito, ressaltando os principais marcos que configuraram sua expansão territorial e o envolvimento de múltiplos atores armados. Em seguida, a análise se volta para as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), abordando seu surgimento, estratégias de recrutamento e inserção de membros, além de seu papel nas dinâmicas de controle territorial e violência organizada. A partir desse panorama, são exploradas as estruturas de gênero militarizadas presentes na sociedade colombiana e os impactos dessas relações sociais no desenvolvimento e manutenção do conflito, evidenciando como as masculinidades militarizadas contribuem para a reprodução da violência e para a legitimação de práticas opressivas. A compreensão dessas estruturas é fundamental para situar a violência sexual não como um fenômeno isolado, mas como parte de um *continuum* de violências sustentado por relações de poder historicamente construídas.

2.1 O Conflito Colombiano: antecedentes históricos e seus desdobramentos

As raízes do conflito armado colombiano remontam ao período colonial e ao pós-independência. Como colônia da Espanha, o território colombiano se tornou um local de disputa

entre as elites locais e estrangeiras. A luta pelo domínio dos territórios em prol do estabelecimento de uma economia articulada na produção monocultora voltada para a exportação de *commodities* resultou na centralidade da questão agrária dentro do conflito décadas depois. Os reflexos da formação colonial são evidentes na centralidade econômica da produção agrária durante todo o século XX — por exemplo com a exportação do café como principal fator para combater a recessão econômica da década de 1970 — e no fraco desenvolvimento industrial do país (Silva, 2016).

No início do século XX, a elite burguesa e latifundiária da Colômbia viveu um período de crescimento econômico impulsionado pelos investimentos norte-americanos nos setores de mineração e petróleo, além da expansão das exportações de café. Apoiada pelo Estado, utilizou sua influência para promulgar leis que dificultavam o acesso e a manutenção da terra pelos pequenos proprietários, o que resultou no aumento da concentração fundiária e na intensificação da exploração dos trabalhadores (Santos, 2010). As tentativas malsucedidas de reformar a estrutura agrária, por um lado, e a limitada capacidade de influência dos atores que questionaram a ordem vigente são vistos como os fenômenos políticos mais notáveis associados aos meados do século XX (CNMH, 2013).

Esse contexto revelou e aprofundou as fragilidades estruturais do Estado colombiano, que se manifestam ao longo de toda a trajetória do conflito. Santos (2010) destaca duas questões centrais que permeiam as debilidades estatais. O primeiro aspecto diz respeito à dificuldade do Estado em garantir seu funcionamento efetivo e consolidar uma unidade nacional: “a prevalência do localismo e do regionalismo, sem grandes compromissos com a construção da nação, dificultou a constituição de um Estado central forte” (Santos, 2010, p. 17). A ausência de um ideal nacional compartilhado no período pós-independência resultou do predomínio das identidades regionais e partidárias das elites políticas e econômicas, que atuavam em defesa exclusiva de seus interesses.

As disputas ao longo do século XIX eram frequentemente resolvidas por meios violentos, dando origem a sucessivas guerras civis, muitas vezes travadas por exércitos privados. Neste sentido, o segundo ponto trabalhado pelo autor refere-se à persistência da violência no território, estreitamente ligada às disputas políticas e aos constantes processos de ocupação e apropriação de terras. A questão agrária, um dos eixos centrais do conflito, insere-se nesse contexto, pois a agricultura, a pecuária e a extração de recursos naturais desempenham um papel estratégico na economia colombiana. Esse cenário impulsionou contínuos processos de colonização de territórios, intensificando as disputas fundiárias e a instabilidade social (Richani, 2007; Santos, 2010).

Neste cenário de debilidades, a década de 1930 marca o início das contestações populares ao modelo de produção vigente, centrado nas grandes propriedades e, conseqüentemente, de movimentos em busca da democratização do acesso à terra (Silva, 2016). O movimento de organização das ligas camponesas surgiu sob a égide do Partido Comunista da Colômbia, reivindicando principalmente a distribuição de terras nas grandes propriedades e alcançou diversas reformas nesta década. Em 1936, o governo liberal da época atendeu parcialmente às reivindicações com a promulgação da Lei 200 de 1936, apresentando uma proposta de distribuição de terras e um conteúdo social reformista (Silva, 2016). No entanto, o documento se mostrou pouco eficaz por não conter os mecanismos necessários para modificar a estrutura histórica da posse de terra e não oferecer possibilidades reais de ascensão social para os camponeses (Sanabria-Gomez, 2021).

Céspedes-Báez (2010) acrescenta que a regulamentação jurídica sobre a propriedade e os papéis atribuídos ao território no conflito armado colombiano aprofundaram essa instabilidade, acentuando a vulnerabilidade da população civil em relação a esse bem. Esse impacto se torna ainda mais intenso na vida das mulheres, devido à discriminação histórica de gênero no acesso à terra e à propriedade. A autora aborda dois principais obstáculos que as mulheres enfrentam na relação mulher-terra: i) a falta de visibilidade da relação entre mulher e terra, em decorrência das estruturas de gênero que privilegiam a titularização em favor do homem; ii) a centralidade do direito de propriedade na jurisdição colombiana, o que leva a desproteção de outras formas de relação com a terra como a posse e a ocupação – formas estas, que mulheres são mais propensas a estabelecer devido aos altos custos da formalidade, ou apenas por desconhecimento.

Apesar da baixa efetividade, as elites políticas e econômicas logo se opuseram à Lei 200 de 1936. A resposta conservadora veio oito anos depois, em uma coalizão entre o Partido Conservador, a Igreja Católica — fornecendo a justificativa moral e religiosa ao discurso contra o liberalismo — e diversas organizações de direita, ao promoverem junto ao Estado a promulgação da Lei 100 de 1944 (CNMH, 2013). A deliberação revogou as medidas reformistas propostas anteriormente e garantiu a proteção dos interesses ligados à grande propriedade, com a manutenção do latifúndio como principal forma de propriedade na Colômbia (Silva, 2016).

As tensões políticas que já vinham ocorrendo entre a elite — clarificadas na oposição de liberais contra os conservadores — se acirraram e se radicalizaram após a Lei 100 de 1944. O Partido Liberal vinha constantemente ganhando as eleições e se mantendo no poder desde 1930, porém, a promulgação da Lei 100 representou uma vitória dos conservadores e se

transformou em uma evidência clara do crescimento desse setor na política (Silva, 2016). Este ponto, junto ao momento de turbulência dentro do Partido Liberal — devido à disputa entre Gabriel Turbay e Jorge Eliécer Gaitán pela liderança do grupo — consumaram a vitória do candidato do Partido Conservador, Mariano Ospina Pérez, nas eleições presidenciais de 1946.

No período seguinte, o país iniciou uma escalada de violência política, em que as ações violentas entre os partidos Liberal e Conservador atingiram o nível mais crítico, marcada entre os anos de 1946 e 1958 e conhecida na história como “La Violencia”. Um dos pontos-chave para a compreensão desta escalada violenta foi o assassinato do líder liberal Jorge Eliécer Gaitán no ano de 1948. Como principal figura política ligada a ideais reformistas e com grande apoio popular, Gaitán passou a representar uma possível ameaça à permanência do Partido Conservador no poder. Os ideais em torno do “gaitanismo” desencadearam movimentos agrários e populares urbanos, como a Marcha do Silêncio, em fevereiro de 1948, organizada pelo próprio em protesto aos ataques conservadores (Silva, 2010). Logo após este episódio, o candidato foi assassinado no centro de Bogotá, o que levou ao nível máximo de radicalização da violência e desencadeou um processo de insurreição popular.

Por mais de uma década, liberais e conservadores entraram em conflito, até que as elites de ambos os partidos assinaram um pacto político conhecido como Frente Nacional, formado por um acordo de compartilhamento de poder que duraria 15 anos. Os anos seguintes são marcados pelo fim da violência bipartidária e por certo desenvolvimento econômico no país. Os desafios impostos ao governo de reorganizar a vida econômica nacional foram atendidos através de um acordo envolvendo os excedentes agrícolas fornecidos pelos Estados Unidos (Fajardo, 2015). Neste contexto, o país apresentou um crescimento econômico fundamentado na concentração de terra, que se deu através do conflito com a destruição de comunidades inteiras e a expropriação dos sobreviventes (Fajardo, 2015). Richani (2013, p. 66) chama este processo de “colonização interna”, no qual o deslocamento forçado de populações indígenas e afro-colombianas, em grande parte, de regiões rurais do país ocorreu para facilitar o desenvolvimento agrícola e de recursos primários.

Embora as eleições continuassem a ocorrer sob a bandeira da democracia, para grande parte da população colombiana, esse sistema democrático restrito era percebido como elitista, clientelista e corrupto (Meger; Saschder, 2020). A crescente insatisfação popular diante do empobrecimento dos setores mais vulneráveis, em contraste com a concentração de renda nas mãos das elites econômicas, levou diversos grupos a romperem com os partidos tradicionais e a buscarem alternativas para promover mudanças políticas (Santos, 2010). Neste cenário de opções limitadas, no início da década de 1960, surgem os primeiros grupos guerrilheiros

armados de esquerda, com o objetivo de desafiar o monopólio político exercido pelos partidos Liberal e Conservador. Entre esses grupos, destaca-se a Força Armada Revolucionária da Colômbia (FARC), que passou a apoiar a criação de repúblicas camponesas independentes e a promover a organização comunista nas zonas rurais, em resistência aos ataques militares promovidos pelo governo da Frente Nacional (Meger; Saschder, 2020).

Este momento é caracterizado pelo Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013) a partir da transição da violência bipartidária para a subversiva, com a proliferação das guerrilhas e o aumento da mobilização social. No âmbito internacional, a Colômbia manteve-se alinhada aos Estados Unidos, adotando a Doutrina de Segurança Nacional, que orientava suas Forças Armadas a identificar e perseguir segmentos sociais de esquerda, tratados como comunistas (Santos, 2010). Esse alinhamento marcou também o desenvolvimento econômico do país, pautado no compromisso com a “segurança nacional” frente aos movimentos sociais anticapitalistas. No início da década de 1960, influenciado pela ideologia estadunidense, o governo colombiano implementou um plano de segurança nacional para eliminar grupos de influência comunista e populações rurais simpáticas, considerados uma ameaça aos interesses do capital.

Parte deste plano de segurança articulado com os Estados Unidos previa a criação e mobilização de forças paramilitares para executar ações repressivas contra os opositores comunistas. Conforme documentado, o Estado colombiano foi incentivado a legitimar tais grupos para conduzir “atividades terroristas contra os proponentes comunistas conhecidos”, com o respaldo norte-americano (citado em McClintock, 1992, p. 222, apud Meger, Sachsder, 2020, p. 959). Embora inicialmente os grupos paramilitares tenham se justificado por um compromisso ideológico de combate às FARC e outras guerrilhas, sua atuação esteve amplamente vinculada à proteção de interesses particulares, como a defesa de propriedades, negócios e posições políticas. Sua consolidação foi impulsionada pelo receio das elites latifundiárias de que eventuais acordos políticos entre o governo e os insurgentes pudessem ameaçar “seus interesses de classe” (Richani, 2007, p. 407).

Entre as décadas de 1960 e 1980, o conflito foi marcado pela perseguição promovida pelas forças oficiais do governo contra as guerrilhas e os movimentos populares. Até os anos 1970, no entanto, a luta armada teve pouca visibilidade no cenário nacional, em razão do confinamento dos grupos guerrilheiros em regiões periféricas e do caráter ainda incipiente dessas organizações, tanto do ponto de vista militar quanto político (CNMH, 2013). A marginalidade do conflito nesse período também pode ser explicada pelas políticas reformistas adotadas pela Frente Nacional, voltadas mais a manter a aparência de transformação do que a

enfrentar, de fato, as causas estruturais da desigualdade. Como resultado, a miséria persistiu e as perseguições à população rural se intensificaram. Ao mesmo tempo, o avanço da economia extrativista e o enriquecimento dos grandes latifundiários continuaram a comprometer a sobrevivência das comunidades camponesas, que enfrentaram o assassinato de suas lideranças, massacres em diferentes regiões e diversas violações aos direitos humanos (Fajardo, 2015).

A expansão capitalista na Colômbia encontrou forte resistência por parte das FARC. No entanto, em vez de deter o avanço neoliberal e a abertura econômica do país, a violência militarista do grupo acabou por favorecer a consolidação desse processo, impulsionando o crescimento econômico e fortalecendo a inserção colombiana na economia global. Como destaca Maher (2018), a violência exercida pelos principais atores armados do conflito desempenhou um papel funcional na dinamização econômica, ao viabilizar o controle territorial, favorecer investimentos em setores estratégicos e justificar políticas de segurança alinhadas a interesses econômicos transnacionais. Em outras palavras, “o desenvolvimento econômico da Colômbia não deve ser entendido como algo que ocorre apesar da guerra civil; em grande parte, esses processos econômicos foram facilitados pela violência que é parte integrante do conflito” (p. 39).

Sob essa perspectiva, Meger e Sachseder (2020) argumentam que a nova estratégia econômica do país priorizou o investimento estrangeiro direto (IED), estabelecendo uma relação estreita entre militarização e exploração de recursos naturais. Regiões historicamente marginalizadas pelo desenvolvimento capitalista passaram a ocupar um papel central a partir da década de 1970, com a descoberta de reservas de petróleo, carvão e ouro. À medida que essas áreas adquiriram maior relevância econômica e suas terras se valorizaram, intensificou-se a presença militar do Estado e de grupos paramilitares, que, em disputa com as FARC, buscavam restringir a influência política do outro sobre populações camponesas e indígenas.

Entre as décadas de 1980 e 1990 a disseminação do tráfico de drogas e a ascensão da economia ilegal, provocaram o crescimento militar e político das guerrilhas e dos grupos paramilitares. O governo ao início da época, presidido por Belisário Betancur, optou por dialogar e propôs um processo de paz com os grupos guerrilheiros, que foi visto com desconfiança pelas elites locais e regionais. Os grupos guerrilheiros estavam vivendo um momento de intensa militarização e inserção política marcada na consolidação da União Patriótica — mecanismo para inserção dos guerrilheiros no mundo político e jurídico — marcando o percurso do processo de paz, com a alocação de representantes no Senado, no Congresso e, posteriormente, nas prefeituras. A elite opositora do então presidente se viu

desprotegida perante a ameaça de tomada de poder e por estar fora das negociações com os líderes insurgentes, levando a propagação dos grupos paramilitares.

Diversos projetos de descentralização e reforma política ocorreram nos governos da década de 1980, ampliando a democracia, porém, intensificando a violência política. O aprofundamento desta violência tem em um de seus principais marcos o assassinato sistemático dos membros e líderes da União Patriótica pelos paramilitares, com aval de setores das Forças Armadas, narcotraficantes e latifundiários (Santos, 2010). O êxito eleitoral seguido do extermínio da União Patriótica, braço político das FARC, representou para o grupo uma sinalização clara da inviabilidade de disputar institucionalmente pelo poder e influenciou diretamente na ampliação da luta armada.

No início do conflito, as FARC adotaram uma estratégia defensiva, em torno da crítica ao sistema político e com uma posição anti-imperialista, enfrentando dificuldades de crescimento devido à escassez de recursos econômicos. A expansão do grupo ocorreu na década de 1980, por meio de uma série de fatores, entre eles: a) políticos, como o massacre citado; e b) econômicos, com a consolidação de uma forte “economia de guerra” baseada no narcotráfico e na extorsão (Santos, 2010). Em um primeiro momento, o envolvimento do grupo no narcotráfico se deu por meio de tributos às produções em seus territórios, porém, alguns anos após, passaram a comandar toda a cadeia de produção ilícita, fornecendo o sustento fundamental para seus projetos políticos e militares.

O Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013) caracteriza este novo período a partir da disseminação do tráfico de drogas e da ascensão da economia ilegal, provocando o aumento da militarização, acompanhada de diversos atos terroristas e ataques à população civil. A dinâmica do conflito viveu uma forte transformação, na qual as guerrilhas passaram para uma estratégia ofensiva, com a ocupação de territórios ricos em busca de novas rendas. A estratégia implantada foi denominada “Nueva Forma de Operar”, com a implementação de uma guerra de movimentos em busca de anexação de novos territórios, ameaçando a estabilidade institucional, econômica e social do país (Santos, 2010).

A escalada da violência e o agravamento do conflito armado desencadearam protestos em prol de mudanças nas instituições do Estado. Diante desse quadro de tensões e reivindicações, uma nova Constituição foi elaborada e promulgada em 1991, mantendo a dinâmica de ampliação democrática, mas também a de intensificação do conflito. A descentralização promovida ampliou as esferas de poder local e regional, fortalecendo a interferência dos atores armados na política neste ambiente — consequentemente aumentando

o controle sobre a população, a fim de consolidar seus domínios territoriais (CNMH, 2013). Como Santos (2010, p. 41) aborda:

A violência recrudesciu nas disputas políticas locais e regionais, evidenciada em práticas como: o clientelismo armado; o envolvimento do narcotráfico nas eleições, nos partidos e no poder público; a corrupção das instituições públicas locais; a coerção sobre candidatos, eleitores e funcionários públicos; e os massacres e deslocamentos de populações.

Sob essas condições de aumento do paramilitarismo na economia política colombiana, em meados da década de 1990, o deslocamento forçado e os ataques a civis atingiram seus níveis mais altos. Coincidindo com a fusão de várias forças paramilitares nas Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), esse período viu o uso deliberado da violência contra civis em regiões rurais da Colômbia, ricas em recursos, para se apoderar de terras valiosas, expandir as atividades de tráfico de drogas, garantir o desenvolvimento de projetos de infraestrutura e “proteger os interesses dos investidores em projetos de agricultura extensiva e mineração” (Ramírez, 2017, p. 56; Hristov, 2014). Ressalta-se como as regiões periféricas do país se tornaram altamente militarizadas.

A consolidação dos grupos paramilitares em meados da década de 1990 transformou a dinâmica do sistema de guerra dando início a uma nova fase no ciclo de vida do sistema (Richani, 2013). A crise do Estado se intensificou com a expansão das guerrilhas e dos paramilitares simultaneamente, os guerrilheiros vinham impondo reveses militares ao governo e os paramilitares se organizando nacionalmente em torno da AUC (Santos, 2010). A tragédia humanitária se alastrou, a violência adquiriu caráter massivo e o deslocamento forçado assumiu dimensões trágicas. A relação dos atores armados com a população civil se transformou: onde antes a persuasão era característica, instalou-se a intimidação, a agressão e a morte (CNMH, 2013).

A tendência a perpetuação do conflito armado colombiano é abordada por Richani (2013), um sistema de guerra é caracterizado por três condições fundamentais, todas presentes no contexto colombiano. A primeira condição refere-se ao fracasso das instituições, dos canais e dos mecanismos políticos em mediar, julgar ou arbitrar conflitos entre grupos sociais e políticos antagônicos. A segunda diz respeito à capacidade dos atores em adaptação ao conflito, estabelecendo uma "economia política positiva" que possibilita o acúmulo de ativos políticos e econômicos. Essa dinâmica faz da guerra a melhor alternativa disponível, dado o equilíbrio de poder e o elevado custo da paz. A terceira condição envolve um equilíbrio de forças entre os grupos conflitantes, gerando um impasse confortável que prolonga o conflito. Segundo o autor,

a convergência dessas três variáveis sustenta um sistema de guerra com tendência à perpetuação.

O diálogo em prol da paz foi travado por três anos entre o governo do presidente Andrés Pastrana (1998-2002) e o principal grupo guerrilheiro, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP). O governo chegou a ceder territórios ao grupo, mas o processo de paz fracassou. De acordo com o líder guerrilheiro, sucedeu-se desta forma devido à posição intransigente do governo para tratar de temas fundamentais ao grupo (Santos, 2010). No entanto, o que foi visto foi a falta de interesse das FARC-EP em negociar o acordo de paz com o governo, impactando sua credibilidade perante o cenário nacional e internacional. A opinião pública se radicalizou em direção a uma solução militar para o conflito e o combate ao narcotráfico se intensificou no cenário internacional (CNMH, 2013).

O início da década de 2000 é marcada pelo advento do Plano Colômbia e na maior interferência norte-americana no conflito. A aliança apresentou um papel importante para o avanço da guerra contra as drogas e as guerrilhas, com o caráter bélico e repressor no seu eixo central (SANTOS, 2010). O cenário no ambiente norte-americano, em contexto de guerra ao terrorismo promovido pelo presidente George W. Bush após o 11 de setembro, bem como no ambiente colombiano, com a eleição de Álvaro Uribe, com seu discurso negando a existência do conflito, mas sim a de grupos terroristas contra o Estado, potencializou a eficácia do Plano.

O fortalecimento do Estado colombiano ocorreu em grande parte graças à política norte-americana, o que transformou a dinâmica do conflito. Embora não tenha eliminado os atores armados ilegais, o enfraquecimento desses grupos contribuiu para ampliar a legitimidade estatal. Além disso, o Plano Colômbia visava não apenas combater o narcotráfico, mas também assegurar os interesses de grandes petrolíferas instaladas no país e atrair investimentos estrangeiros. Esse processo resultou em reformas políticas impopulares para a população local, impulsionando a expansão da exploração mineradora. Como aponta Oliveira (2020, p. 66):

"(...) o governo tentava negociar com as populações indígenas o uso de suas terras para a mega mineração estrangeira. Uma vez que esses povos não cediam, entrava em curso o modus operandi do conflito, com os deliberados ataques dos paramilitares contra as comunidades, a violação das mulheres, o assassinato dos homens, e a expropriação do território para as mãos dos interessados com tais projetos econômicos."

A expansão extrativista, portanto, esteve diretamente associada à violência sistemática contra comunidades indígenas, evidenciando o vínculo entre interesses econômicos e militarização do conflito.

O Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013) caracteriza o último período do conflito entre 2005 e 2012, em um momento de máxima eficiência do Estado nas ações contra-

insurgentes, principalmente a partir do Plano Patriota implantado em 2004. O enfraquecimento dos atores ilegais fez com que ambos buscassem formas de se adaptar às novas circunstâncias, marcando uma fase de rearranjo do conflito. O fracasso da negociação política com os paramilitares levou a uma violenta reconstituição interna do grupo, em uma estrutura fortemente permeada pelo tráfico de drogas. Enquanto as FARC-EP implantaram o Plano Renascer em 2008 para retomar suas ações militares e reconquistar os territórios perdidos (Santos, 2010). No entanto, as diversas negociações e ataques do Estado aos grupos não permitiram uma grande ascensão como no período anterior.

Em suma, a transição para a paz dentro do país foi marcada por dificuldades institucionais, resistência de setores conservadores e a presença contínua de grupos armados ilegais que ameaçam a estabilidade e a segurança das populações afetadas. Mesmo com o desaparecimento formal das AUC, com a desmobilização de quase 32.000 membros, o fenômeno paramilitar persiste no país, amplamente ligado ao narcotráfico e se valendo, em muitos casos, das antigas estruturas delitivas de poderes econômicos, sociais, militares e políticos criados pelas AUC. Como destacam Meger e Saschder (2020), essa permanência está ligada a um modelo de neoliberalismo militarista, em que a terceirização da violência para grupos paramilitares não apenas perpetua dinâmicas de controle territorial, mas também reforça masculinidades militarizadas que normalizam a violência e dificultam os processos de paz.

2.2 As Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC): *paracos* em guerra

A criação de grupos paramilitares revela a fraqueza do Estado colombiano no exercício do monopólio da força. Incapaz de fornecer soluções para problemas estruturais, sejam eles relacionados à justiça social ou à violência, ele permite a criação de organizações de segurança privada que se expandem gradualmente, criando um exército paralelo que oferece proteção àqueles que podem pagar por ela. (Cardona, 2004, p. 65)

Os grupos paramilitares colombianos surgiram como forças de autodefesa da sociedade civil, formados para proteger interesses locais de grandes latifundiários e setores conservadores diante da expansão das guerrilhas de esquerda. No formato de exércitos privados com o apoio tácito e, por vezes, explícito do governo colombiano, os grupos foram formalmente legalizados e integrados a estratégia estatal de combate aos guerrilheiros em 1965, por meio do Decreto 3398 e da Lei 48. Os dois documentos derivaram das doutrinas de contrainsurgência da Guerra Fria elaboradas pelos Estados Unidos em seus programas de treinamento, como a Doutrina de

Segurança Nacional⁴. O núcleo do programa exigia uma combinação de meios militares, paramilitares, políticos, psicológicos e econômicos para derrotar as insurgências (Richani, 2013).

As medidas foram introduzidas entre os anos de 1965-1968 após o surgimento das FARC (1964) e do ELN (1965) e, desde então, os grupos paramilitares assumiram diversos formatos em diferentes regiões do país. Nas regiões do Magdalena Médio (Autodefensas de Puerto Boyacá) e de Antioquia (Autodefensas Campesinas de Córdoba y Urabá) surgem os primeiros e mais proeminentes grupos dentro do cenário nacional. Suas estruturas costumavam localizar-se nas proximidades de instalações militares, e as forças policiais frequentemente lhes forneciam armamentos, equipamentos, fardamento e apoio logístico. Em relação a outros atores armados não estatais, os paramilitares contavam com maior respaldo e conivência por parte do Estado, além de exercerem influência sobre o poder público por meio de diversos mecanismos de corrupção (Meger, Saschder, 2020).

Embora promovidos inicialmente como “forças de autodefesa” destinadas a proteger as comunidades locais contra as guerrilhas, os grupos paramilitares logo expandiram seu papel, assumindo a responsabilidade por operações de “busca e destruição” organizadas pelo Estado para eliminar as forças insurgentes. Este movimento reflete o que Meger e Sachsder (2020) abordam como a terceirização da violência armada pelo Estado colombiano, associado a incapacidade estatal de resolver os seus conflitos de ordem pública. Com a intensificação do conflito, a inserção dos paramilitares na economia ilegal do tráfico de drogas representou um marco decisivo para sua consolidação como um ator significativo no cenário colombiano.

Na região do Magdalena Medio, por exemplo, os narcotraficantes se tornaram os principais proprietários de terra e, conseqüentemente, os mais afetados pela “vacuna”, o tributo obrigatório imposto pela guerrilha. Insatisfeitos com essa situação, uniram-se a grandes latifundiários e oficiais militares para retomar seus territórios, sustentados por um discurso anticomunista que mascarava os interesses econômicos subjacentes ao conflito. Durante as décadas de 1970 e 1980, o comércio de drogas na Colômbia cresceu exponencialmente, impulsionado inicialmente pela maconha e, em seguida, pela cocaína. Em pouco tempo, os cartéis de Medellín e Cali passaram a controlar uma indústria bilionária, cujos lucros foram amplamente direcionados para a aquisição de terras produtivas, em um processo que ficou

⁴ Doutrina que visou influenciar na política de segurança de países latino-americanos, promovendo a militarização e a repressão a movimentos sociais e políticos considerados subversivos. Instituições como a Escola das Américas desempenharam um papel central nesse processo, treinando militares latino-americanos em técnicas de contrainsurgência e consolidando regimes autoritários alinhados aos interesses norte-americanos (Richani, 2013).

conhecido como "reforma contra-agrária". Nesse contexto, os paramilitares foram mobilizados para limpar áreas estratégicas e promover o deslocamento forçado de centenas de milhares de camponeses (CNMH, 2013).

Para Theidon (2009, p. 8), a fusão das organizações paramilitares com o tráfico de drogas deu origem ao fenômeno conhecido como "paramilitarismo". Esse processo transformou o grupo paramilitar em um ator econômico, social e político que permeou profundamente a sociedade colombiana. Segundo a autora, o grupo se consolidou como uma "instituição corrosiva e perigosa", extrapolando a organização individual para uma articulação coletiva, fortalecida por interesses econômicos e territoriais. No meio político, estima-se que os paramilitares tenham conseguido cooptar 35% dos membros do Congresso da República (Tojo, 2009). Daniel Jaramillo (2005, p. 57) também aborda as especificidades do paramilitarismo, destacando sua relação complexa com o Estado,

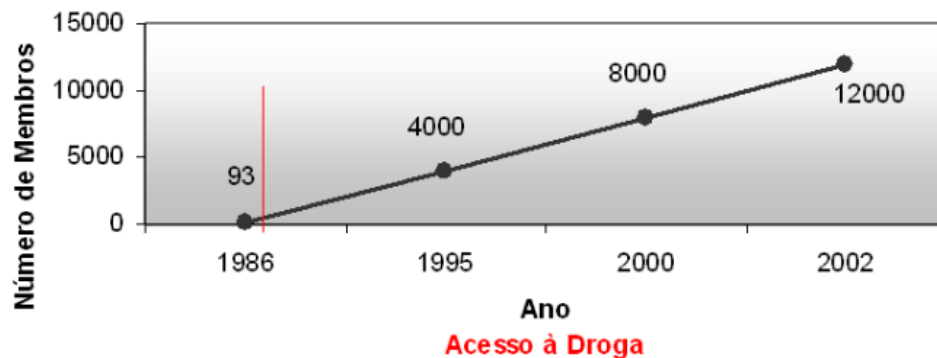
Uma das principais características do paramilitarismo é sua relação com o Estado. Para alguns, o paramilitarismo é uma política de terrorismo de Estado, enquanto para outros é a resposta de cidadãos desesperados confrontados com os abusos da guerrilha devido a um Estado ausente: curiosamente, para ambos os lados a responsabilidade do Estado é central, seja por ação ou omissão.

Embora os paramilitares tenham inicialmente se apresentado à opinião pública como um ator no conflito armado colombiano, com o propósito declarado de combater guerrilheiros e seus "simpatizantes", tornou-se evidente, que essa postura "contra-insurgente" ocultava um poder complexo, com múltiplas formas e dimensões. Organizações de direitos humanos e a mídia revelaram o profundo envolvimento desses grupos nos setores formais e informais da economia colombiana, em instituições estatais e nas elites políticas locais e nacionais, incluindo ocupantes de cargos eletivos. Em algumas comunidades e territórios, os paramilitares consolidaram seu domínio por meio de uma combinação de terror, medo, controle e oferta de segurança econômica, passando a controlar a vida cotidiana da população (Tojo, Bailey, Carbonell, 2009).

A estrutura política comum do grupo foi estabelecida em 1994, por meio da criação das Autodefesas Armadas da Colômbia (AUC). O projeto político do grupo seguia sendo conservador, autoritário e contrainsurgente, contando em seu discurso que o objetivo do grupo era suprir as debilidades do Estado na luta contra as guerrilhas. Isto é, o grupo passou a exigir do governo o reconhecimento como ator político, sob o argumento de que as Forças Armadas não tinham eficácia na luta contra as guerrilhas. Vale ressaltar que as ações do grupo iam além da luta contrainsurgente, atuando também no controle do comércio das drogas, na venda ilegal de gasolina e no roubo de terras, por exemplo (CMHC, 2013). Do ponto de vista econômico, o

crescimento do grupo durante a década de 1990 se relacionou com fim dos cartéis de Cali e Medellín, permitindo que os grupo se envolvesse em toda a cadeia empresarial das drogas (cultivo, processamento e exportação) (Santos, 2010). O gráfico a seguir demonstra a expansão dos paramilitares antes e depois do acesso aos recursos do narcotráfico.

Gráfico 1 – Expansão Paramilitar e Recursos do Narcotráfico



Fonte: Santos (2010, p. 35)

Em 2006, o grupo se dissolveu formalmente perante as negociações com o governo vigente, deixando um legado de massacres, intimidações, assassinatos seletivos, desaparecimentos e deslocamentos de milhões de pessoas.

Em comparação com os grupos guerrilheiros, os grupos paramilitares tinham em seus traços característicos a violência contra a integridade física do ser, em atos de extrema crueldade; enquanto os grupos guerrilheiros, agiam na violência contra a liberdade, como sequestros e contra a propriedade, por meio de roubos e chantagem (CNMH, 2013). O Centro de Memória Histórica da Colômbia indica o agravamento da violência com a entrada dos paramilitares no conflito armado. A organização documentou que, entre os anos de 1980 e 2012, os paramilitares perpetraram quase 60% dos massacres cometidos no conflito e os guerrilheiros cerca de 17%, como indica o gráfico 1 abaixo:

2.2.1 Inserção dos Membros na AUC

Nas noites amenas, eram os jovens paramilitares que povoavam a zona rosa de Apartado. As Autodefesas Unidas da Colômbia haviam alcançado o controle territorial da cidade, resultado de meses de “limpeza social” nos bairros pobres que circundam a cidade. Eles andavam por aí com suas listas de nomes, às vezes levando suas vítimas, às vezes matando-as bem na frente de suas famílias. No entanto, a zona rosa estava cheia de vida. Os bares, as discotecas, os restaurantes - todos eles estavam cheios, com

música tocando no volume máximo quase todas as noites da semana. Caminhei pela rua principal com meus amigos, surpresa com a quantidade de jovens em todos os lugares. Em cada estabelecimento, dezenas de jovens estavam sentados, um braço segurando uma arma e o outro envolvendo uma jovem com sombra neon nos olhos. Estávamos literalmente cercados por paramilitares com suas cabeças raspadas com cerdas de javali e roupas caras estampadas com a marca *Oxígeno* nos bolsos. Uma colega espanhola que trabalhava no ACNUR me garantiu que poderíamos andar tranquilamente; de fato, como ela explicou: “Desde que os muchachos assumiram o controle, não preciso mais trancar a porta da minha casa. Posso deixá-la aberta, sem problemas. Há tanta segurança agora que ninguém toca em nada.” (Theidon, 2009, p. 18-19).

A consolidação das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) em diferentes regiões não apenas redefiniu as dinâmicas de controle e segurança locais, mas também influenciou diretamente a inserção de jovens em suas fileiras. Os principais motivos para o alistamento incluíram: a influência de um conhecido que os convenceu a integrar o grupo (29%); a vivência em uma área sob domínio paramilitar, onde alistar-se era considerado algo "natural" (17%); o recrutamento por meio de coerção ou ameaças (14%); e razões econômicas (27%) (Theidon 2009, p. 17). A combinação de “vivia em uma zona controlada por um grupo armado” com “entrou por meio de um conhecido” demonstra que esses jovens cresceram em contextos nos quais as alternativas à guerra eram quase invisíveis (ibid). As motivações econômicas desempenharam um papel central nesse processo. Em meio a altas taxas de desemprego e um mercado de trabalho formal praticamente inacessível, o ingresso nas AUC representava uma oportunidade de renda fixa. Diferente de outros grupos armados, como as FARC, que não pagavam salários aos seus combatentes, as AUC ofereciam remuneração mensal aos seus soldados (Cruz, Olarte, 2020).

Kimberly Theidon (2009, p. 14-15) em sua pesquisa sobre reintegração de ex-combatentes na sociedade colombiana após o conflito traz alguns relatos que evidenciam essa dinâmica. Em tom de conversa, a autora aborda o relato de Vladimiro que após cumprir o serviço militar obrigatório, se viu desempregado em um bairro marcado pela pobreza. Enfrentando constantes suspeitas da comunidade pelo simples fato de não ter um emprego, em suas palavras “no meu bairro, quando falta alguma coisa - quando alguém é roubado - todos começam a olhar para as pessoas que não têm emprego. Eu odiava a sensação de que todos suspeitavam de mim”. O ex-combatente decidiu responder a um panfleto de recrutamento das AUC em uma loja local. A promessa de um salário “estável”, junto às dificuldades de reinserção no mercado de trabalho, reflete a busca contínua por espaços que sustentem os encargos de masculinidade associados ao provedor (Cruz, Olarte, 2020).

O salário mensal oferecido pelo grupo de 450.000 pesos — aproximadamente 225 dólares, era um valor consideravelmente superior ao salário mínimo da época. O pagamento

regular permitiu que ele ajudasse financeiramente sua mãe e até adquirisse uma casa para ela. Vladimiro ingressou nas AUC com esse salário devido ao seu treinamento militar prévio, passando a integrar o “campo educacional” do grupo, onde revisava armas, aprendia técnicas de interrogatório, de combate e sobre direitos humanos. Ao relatar esse treinamento, chamou atenção o modo como o conceito de direitos humanos era distorcido: “eles nos disseram que, quando vamos matar todos em um vilarejo, precisamos matá-los um a um em um período de alguns dias. Se matarmos todos de uma vez, eles chamam isso de massacre e teremos problemas com os direitos humanos”. “Fomos forçados a tomar medidas muito drásticas. Uma ordem é uma ordem”, concluiu, evidenciando a normalização da violência sob a justificativa da obediência e da disciplina militar (Theidon, 2009, p. 16).

Para muitos ex-integrantes das AUC, a associação do grupo armado como uma empresa e da guerra como um emprego representava a alternativa mais próxima de um trabalho "formal". A escassez de oportunidades de emprego fora do âmbito militar, somada ao treinamento em armamento, configurou-se como um fator decisivo para a entrada desses homens nas fileiras paramilitares. Cruz e Olarte (2020, p. 126) argumentam que a relação entre empregabilidade e a vida militar revelam a configuração do grupo armado como uma “tecnologia de gênero” com “a ancoragem de seu exercício bélico a um projeto de vida”. Isto é, o conflito se torna um "emprego", uma forma de alcançar um status e estabilidade econômica, ajudando a criar e reforçar uma ideia específica do que é ser homem.

Neste cenário, além do aspecto financeiro, o ingresso nas AUC proporcionava aos jovens uma forma de mobilidade social e pertencimento. Em regiões onde o Estado era ausente, os paramilitares assumiam o papel de autoridade local, controlando a vida cotidiana e oferecendo uma sensação de segurança — ainda que imposta pelo medo. Para muitos, portar uma arma simbolizava poder e respeito; Vladimiro relatou que, após se tornar membro do grupo, era tratado com deferência nas ruas de seu bairro, contrastando com a marginalização que vivia antes. Outro relato analisado por Theidon (2009, p. 17) é o de Ramon, que, ao ser questionado sobre os motivos que o levaram a se alistar no grupo, respondeu:

“Tédio. Mas, acima de tudo, porque onde eu cresci - eles tinham armas e todo mundo os respeitava de verdade. Eles pagavam muito bem e permitiam que você tirasse férias (...). Além disso, onde eu cresci, o Estado não existe. Montería [cidade capital do departamento de Córdoba] é puro *paraco* (sob controle paramilitar)”.

Essa experiência não era exclusiva: em diversas comunidades, os paramilitares se apresentavam como protetores e empregadores, estabelecendo uma relação de dependência com os moradores (Cruz, Olarte, 2020).

Há também um componente simbólico relacionado às masculinidades militarizadas. O domínio de armas e a capacidade de impor controle territorial não apenas elevavam o status social dos combatentes, mas também os aproximavam de um ideal de masculinidade construído em torno da força e do poder. Os relatos expostos por Theidon (2009) falam sobre “se sentir como um grande homem nas ruas de seus bairros”, “sair com as mulheres jovens mais bonitas” e “se vestir bem”, privilégios que, segundo eles, não seriam possíveis sem o porte de uma arma. Isto é, em contextos de pobreza extrema e marginalização social, o pertencimento a um grupo armado como as AUC conferia prestígio e reconhecimento — elementos escassos em outras esferas da vida. A figura do “homem armado” representava não só proteção, mas também respeito e desejo, como ilustrado pelo depoimento de “J.M.”, que afirmou que, na lógica local, ter uma arma era sinônimo de ter poder (Theidon, 2009, p. 18).

Em outros termos, para muitos jovens, ingressar nas AUC era também uma resposta à falta de perspectivas em suas comunidades. A ausência de oportunidades de educação e emprego tornava a adesão aos paramilitares uma espécie de rito de passagem. Em zonas sob controle das AUC, juntar-se ao grupo era quase natural, um caminho óbvio para aqueles que cresceram cercados pela presença paramilitar. Em alguns casos, o recrutamento ocorria por meio de redes sociais locais, ou mesmo por conhecidos que já faziam parte do grupo. Essa naturalização do ingresso revela como o controle paramilitar sobre os territórios moldava não apenas a vida cotidiana, mas também as expectativas dos jovens sobre o futuro.

A decisão de integrar as AUC, portanto, não se limitava a questões de sobrevivência econômica, mas envolvia também a construção de identidade e de masculinidade em um ambiente militarizado. A economia cultural da violência, que funde armas, poder e prestígio, contribuiu para que muitos homens encontrassem no grupo armado um sentido de pertencimento e reconhecimento social em meio à exclusão e marginalização (Theidon, 2009). Nesse cenário, o militarismo e a valorização de atributos bélicos — como o poder de matar, controlar os outros, exercer autoridade e intimidar — tornaram-se símbolos de prestígio em determinados setores da sociedade colombiana. As armas e os uniformes não apenas conferiam poder, mas também constituíam um dos poucos caminhos para se alcançar capital simbólico em contextos sociais, econômicos e territoriais periféricos (CNMH, 2017).

A figura do guerreiro, enraizada nas dinâmicas sociais do país, não emergiu de forma espontânea, mas foi moldada por processos contínuos de socialização de gênero. Desde a infância, meninos são incentivados culturalmente a adotar disposições guerreiras e a incorporar características como imprudência, crueldade, agressividade, competição, egocentrismo e desprezo pelo feminino, construindo a imagem do “herói da pátria”, do paramilitar ou do

rebelde (Muñoz, 2011). Esses processos revelam como a militarização se entrelaça com a formação de masculinidades violentas, reforçando estruturas que encontram nas armas e na violência um meio de obtenção de status e reconhecimento social. Assim, para compreender plenamente as dinâmicas do conflito armado na Colômbia, é fundamental analisar as estruturas de gênero que sustentam e potencializam as violências praticadas, ecoando padrões de dominação que atravessam séculos.

2.3 Masculinidades Colombianas e seus Impactos no Conflito

As desigualdades históricas apresentadas e seus desdobramentos dentro do conflito são reflexos de estruturas sociais e simbólicas que moldam e moldaram a sociedade colombiana ao longo das décadas. Tais assimetrias vistas nas violências do presente são heranças de um passado colonial que instituiu regimes de inferiorização racial e subordinação de gênero. Essas estruturas não apenas produziram relações de oposição entre colonizadores e colonizados, mas também de cumplicidade, sustentando um sistema que legitimava a violência como prática constitutiva das relações sociais (Vigoya, 2016). A persistência dessas desigualdades ao longo do tempo revela a maneira como o conflito colombiano se alimenta de um legado estrutural que atravessa os corpos e as experiências das populações historicamente marginalizadas.

No centro desse legado, a construção da masculinidade ocupa um papel decisivo. Como argumenta Vigoya (2016), a violência masculina contra as mulheres não é um fenômeno novo ou ocasional, mas um elemento fundacional na história da América Latina. Desde o período colonial, a violência foi um mecanismo essencial na organização das relações sociais, inclusive nas mais íntimas. Durante o processo de conquista e colonização espanhola, as relações sexuais entre homens europeus e mulheres indígenas e negras foram marcadas pela coerção, pela intimidação e pela força, evidenciando um padrão de dominação que transcende o âmbito privado. Esse tipo de violência não desapareceu com o fim do domínio colonial; ao contrário, foi ressignificado e mantido em novas formas de poder e exclusão que atravessaram o conflito colombiano (Mendonza, 2001).

A pesquisa acadêmica sobre masculinidades na Colômbia evidencia a articulação entre raça, classe social, gênero e sexualidade, explorando os processos de subjetivação e a construção das identidades masculinas em diálogo com as estruturas sociais de dominação (Vigoya, 1997; 2016; Hernandez, 2007; La Furcia, 2015). Tal abordagem revela o caráter múltiplo das masculinidades, destacando que não existe um só conceito nacional unívoco, mas

sim diferentes expressões construídas a partir de experiências sociais, culturais e econômicas específicas. A definição proposta por Connell e Messerschmidt (2005) — masculinidades como práticas sociais que variam conforme o contexto e as relações de gênero — contribui para reforçar a ideia de que essas identidades não são fixas, mas performativas e situadas historicamente. Homens e mulheres, em seu cotidiano, produzem etiquetas e classificações para distinguir as masculinidades, reforçando ou contestando normas sociais e imaginários coletivos (Viveros, 2002; Hernandez, 2007).

Strasser e Tinsman (2010) identificam três linhas analíticas principais nas teorias latino-americanas sobre masculinidades. A primeira concentra-se no período da conquista e colonização espanhola e portuguesa, destacando os contrastes entre os modelos de masculinidades dos colonizadores e dos colonizados. Nesse contexto, práticas de violência sexual e matrimônios forçados, difundidas sobretudo por figuras religiosas cristãs, configuraram formas de dominação patriarcal e racial que moldaram as relações de gênero. A segunda linha analítica explora as relações entre gênero e modernização, revelando como projetos políticos nacionalistas impulsionaram a construção de uma masculinidade heteronormativa dominante, centrada na figura do 'homem de família'. Esse modelo foi amplamente sustentado por grupos liberais e de esquerda, que promoveram a imagem do provedor responsável e do pai dedicado, idealizando um papel masculino baseado na autoridade e no controle econômico e social. Por último, a terceira linha teórica insiste na importância de analisar as masculinidades de forma relacional, integrando questões econômicas e reconhecendo as interações com a feminilidade.

No contexto colombiano, essas linhas teóricas são atravessadas por especificidades regionais e raciais. Peter Wade (2008) explora como, nas regiões costeiras do Atlântico e do Pacífico — especialmente em Chocó e Cartagena — as masculinidades negras se constroem de forma dominante por meio da apropriação da violência, das práticas culturais de festa e da mobilidade geoespacial e socioeconômica entre grupos de mulheres. Nessas regiões, os homens negros afirmam sua masculinidade por meio da conquista, da bebida e da dança, em que a música *vallenata*⁵ desempenha um papel central na consolidação de imagens de 'mulherengos' e 'festeiros'. Essas representações contrastam com o arquétipo do 'bom pai', valorizado pela dedicação ao trabalho e pelo sustento familiar, evidenciando tensões entre diferentes formas de masculinidade.

⁵ Gênero musical tradicional da região do Caribe colombiano. Originalmente associado às celebrações populares e festividades locais, a música vallenata tornou-se um símbolo de identidade regional.

Tais masculinidades são também atravessadas por construções raciais, nas quais a masculinidade negra é frequentemente desvalorizada em relação à branca/mestiça, que ocupa um lugar de hegemonia na ordem social colombiana. As análises de Viveros (1998, 2001a, 2001b, 2002) e Viveros e Cañón (1995, 1997) identificam, em regiões como o Pacífico colombiano e o Eixo Cafeeiro⁶, dois modelos distintos de masculinidade: o “quebrador”, relacionado aos homens negros e caracterizado pelo domínio esportivo e pela sexualidade ativa, e o “cumplidor”, associado aos homens brancos e identificado pela responsabilidade familiar e sucesso econômico. Essa construção estigmatizada da masculinidade negra também é afirmada por meio de atributos de virilidade e sexualidade potente, vistos como formas de resistência à dominação racial branca e mestiça. Nesse cenário, as possibilidades de certos homens desafiarem o uso da força e da heterossexualidade são restringidas, uma vez que tais práticas são interpretadas como desvios dos valores culturais hegemônicos mantidos regionalmente.

Streicker (1995) corrobora tal perspectiva ao identificar contrastes entre as masculinidades dos homens ricos colombianos, vistos como preocupados com a aparência e subordinados às esposas, e as masculinidades negras, consideradas selvagens e perigosas. Nesse cenário, o prestígio racial é associado à brancura, reforçando estereótipos que vinculam comportamentos específicos a determinados grupos sociais. Para La Furcia (2016) a masculinidade hegemônica na Colômbia é estabelecida a partir da avaliação social e cultural dos comportamentos masculinos em esferas como a escola, a família e o casamento, moldados pela ordem social e racial vigente. Designações como “provedores responsáveis”, “pais presentes” e “maridos monogâmicos” são atributos que elevam a masculinidade hegemônica branca ou mestiça, especialmente nos contextos *paisas*⁷. Em contraste, homens negros são rotulados como 'pais ausentes', 'maridos promíscuos e infiéis' e 'provedores irresponsáveis', reforçando estereótipos negativos e marcadores raciais que os excluem da norma heteronormativa.

No cenário do conflito armado colombiano, o grupo paramilitar Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) emerge como um espaço significativo para a expressão de masculinidades. As narrativas “heroicas” dos homens paramilitares estão profundamente ligadas ao discurso de defesa territorial e à segurança das comunidades, justificando a violência como uma forma de proteção e preservação de uma ordem moralmente superior (Cruz, Olarte, 2020). As AUC se apresentaram como uma organização composta por “maridos, pais, comerciantes e vizinhos”,

⁶ Região que inclui os departamentos de Caldas, Risaralda e Quindío no oeste da Colômbia.

⁷ Refere-se aos habitantes da região noroeste do país, Antioquia, Calda, Risaralda e Quindío. Os paisas são culturalmente reconhecidos por seu espírito empreendedor e pela forte identidade regional.

cuja masculinidade se fundamenta em traços hegemônicos, como a defesa da propriedade privada, o sacrifício pelo projeto nacional e a manutenção de uma ordem social controlada pela força (CNMH, 2017). Essa masculinidade hegemônica, no contexto armado, é atravessada por performances de uma heterossexualidade violenta, nas quais tudo o que é associado à feminilidade é desvalorizado ou visto como ameaça, criando um ambiente propício à reprodução de diversas formas de violência de gênero (Baaz, Stern, 2009).

Cruz e Olarte (2020) defendem que os grupos paramilitares se tornaram uma formação elitista, relacionada não apenas à posição socioeconômica de seus fundadores, mas também ao papel de destaque que estes se atribuíam dentro do país. Essa autoimagem foi sustentada por uma representação dual, que os posicionava simultaneamente como heróis e vítimas, justificando sua existência e criando um arcabouço discursivo que exaltava determinados traços considerados desejáveis para a masculinidade: a defesa de territórios, a proteção das famílias e da propriedade privada, o sacrifício e o comprometimento com um projeto nacional. Esses atributos estavam relacionados a uma masculinidade hegemônica, caracterizada pelo papel de provedor, trabalhador, racional, emocionalmente controlado, heterossexual ativo, forte e branco, com capacidade de dominar outros homens. Tais características buscavam, entre outras finalidades, subjugar outras formas de masculinidade, que eram infantilizadas, diminuídas ou feminizadas (CNMH, 2017).

Muñoz (2011) argumenta que no marco do conflito armado colombiano o surgimento das “masculinidades guerreiras” aparece como uma intensificação da masculinidade hegemônica, manifestada pelo controle das emoções, pela heterossexualidade compulsória e pelo domínio sobre os demais. A esses elementos, somam-se novas características, como agressividade, crueldade, invulnerabilidade, resistência, força e insensibilidade. Cabe ressaltar que essas formas de masculinidade não se limitam a corpos designados como homens ao nascimento, mas configuram um conjunto de disposições, maneiras de ser, perceber e agir que orientam os indivíduos segundo valores bélicos, como heroísmo, sacrifício, potência, combate e dominação.

A masculinidade guerreira emerge como parte das estratégias militares que estruturam o enfrentamento entre os atores armados no conflito analisado, situando-se dentro do "marco institucional dos exércitos – legais ou ilegais – das forças militares e das políticas bélicas e de segurança nacional" (Muñoz, 2011, p. 26). Tal construção não se restringe ao treinamento militar, sendo também fortalecida por discursos afirmativos e pela mídia, que exaltam a figura do guerreiro, do soldado ou do "herói" como símbolos da força viril da nação. Em um dos

relatos expostos pelo Centro Nacional de Memória Histórica da Colômbia (2017, p. 234), Jorge lembra de seus imaginários:

Ainda assim, mesmo sendo jovem, eu sempre quis pertencer a um grupo desses. Eu os via como heróis, entende? Mas era pela inocência que a gente tinha, os via como se fossem estrelas difíceis de alcançar, porque, na maior parte do tempo, a gente os via praticamente apenas na televisão. Depois, quando aconteceu comigo, eu percebi que não era algo difícil de alcançar, que eles estavam ali, cara a cara conosco, que podíamos tocá-los, e não só podíamos tocá-los, mas eles também nos faziam mal, aqueles heróis que eu imaginava que eram. E não eram heróis como eu os idealizava, mas sim os homens mais cruéis, que não vieram só para me machucar, mas também para ferir muitas das pessoas que estavam comigo.

Nuñez e Espinoza (2017) acrescentem que a consolidação desta subjetividade masculina tem como eixo estruturante a homofobia e a norma heterocentrada. No contexto do paramilitarismo, essa lógica se manifesta através de uma ordem discursiva que promove a correção moral de sujeitos feminizados ou a eliminação de sexualidades e corporalidades dissidentes. Relatos de homens que integraram grupos paramilitares mencionam a realização de "campanhas" ou "jornadas" em determinadas regiões, nas quais a ordem era reprimir, por diferentes meios, os "homens afeminados". Como em uma das entrevistas citadas por Cruz e Olarte (2020, p. 127):

Eu trabalhava na mineração. Curiosamente, eu usava brincos e tive muitos problemas por causa disso. Então me diziam: "Agora é marica e se acha muito homem". Um brinco não me faz mais homem do que ninguém.

Essa repressão muitas vezes se baseava unicamente no julgamento do responsável por conduzir a "campanha", fundamentada em critérios subjetivos, como "aparência" ou simples "suspeita".

A análise evidencia como o conflito armado se entrelaçou com o sistema sexo-gênero tradicional da sociedade colombiana, contribuindo para a construção de subjetividades masculinas militarizadas e subjetividades femininas – ou associadas ao feminino – objetificadas e interiorizadas. A relação entre o conflito armado e as violências heteronormativas também se manifesta na apropriação de territórios e, conseqüentemente, no exercício de uma "senhoridade" (Segato, 2019) sobre as mulheres que os ocupam. Nos relatos de ex-paramilitares, a ideia de "sucesso" e prestígio com as mulheres não se refere a uma relação de corresponsabilidade, mas sim à concretização de um simbolismo de gênero, onde poder, vitória, honra e conquista estão associadas à masculinidade que reforça a tríade homem-masculinidade-heterossexualidade. Essa lógica se sustenta pela ideia dominante de uma masculinidade coesa, autônoma, capaz de dominar, adentrar e controlar (Cruz, Olarte, 2020).

Considerações Finais do Capítulo

Ao longo do capítulo, foi explorado como as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) se consolidaram como um dos principais atores armados no cenário colombiano, utilizando a violência como instrumento de controle social e territorial. A análise demonstrou que a atuação dos grupos paramilitares não apenas reflete a precariedade do Estado em garantir a segurança, mas também reforça estruturas de gênero militarizadas que legitimam práticas opressivas e perpetuam um ambiente de dominação e controle sobre corpos e territórios. O pertencimento aos grupos armados não apenas reflete uma estratégia de sobrevivência, mas também uma forma de acessar um capital simbólico negado em outros espaços sociais, consolidando a figura do guerreiro como um modelo de poder e prestígio em territórios marginalizados.

Observou-se que as relações de poder dentro do conflito fortalecem uma masculinidade dominante, ao se opor às feminilidades, às masculinidades marginalizadas e à divisão racial entre brancos e negros na Colômbia (Vigoya, 2018). Em outros termos, a masculinidade militarizada emerge como um pilar central para a reprodução da violência, inserida em um sistema que naturaliza a guerra e a subordinação das populações mais vulneráveis. Dando continuidade a essa discussão, o próximo capítulo investigará como essas estruturas militarizadas e masculinizadas constituem diretamente o emprego das violências de gênero dentro do conflito armado. Busca-se compreender como a violência sexual, longe de ser um ato isolado, está inserida em um amplo contexto de militarização e controle, (re)afirmando a instrumentalização dos corpos como parte da guerra.

3 AUTODEFESAS UNIDAS DA COLÔMBIA: VIOLÊNCIA SEXUAL NO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO

A violência sexual no contexto do conflito armado colombiano não pode ser compreendida de forma isolada ou desvinculada das estruturas sociais, culturais e econômicas que moldam a vida cotidiana no país. Este capítulo parte do entendimento de que os arranjos de gênero historicamente construídos — marcados por masculinidades hegemônicas, militarismo e desprezo pelo feminino — foram intensificados durante o conflito, e contribuíram para a legitimação e perpetuação da violência sexual como prática recorrente. A militarização da vida, a hierarquização entre masculino e feminino, e a normalização da violência como expressão de poder, especialmente nos grupos armados como as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), transformaram corpos em territórios de dominação e controle, com base em lógicas de guerra que reforçam desigualdades estruturais e imaginários coloniais (CNMH, 2017).

Neste capítulo, três eixos de análise são desenvolvidos para compreender como essa forma de violência foi possível e disseminada. Na primeira parte, exploram-se as conexões entre masculinidades e violência de gênero no conflito armado, abordando a tolerância social à violência, a estigmatização das vítimas, e os processos de socialização que vinculam masculinidade ao poder bélico e à dominação. A segunda parte investiga os repertórios violentos das AUC, focalizando o papel da violência sexual como prática sistemática e multifacetada — usada para punir comportamentos, desarticular redes comunitárias e atingir o inimigo de maneira simbólica e afetiva. Por fim, a terceira parte se dedica aos usos da violência sexual relacionados a fatores econômicos e ao controle territorial.

A análise aqui proposta aponta a necessidade de compreender essa prática não como exceção, mas como expressão constitutiva de uma ordem violenta enraizada em desigualdades de gênero, classe e território, o que permite uma leitura crítica sobre o papel da violência sexual na (re)produção da guerra. Para tanto, este capítulo parte da análise de relatórios produzidos pelo Centro Nacional de Memória Histórica da Colômbia (2013; 2015; 2017), cujas narrativas locais permitem acessar como a violência sexual foi exercida de maneira sistemática por grupos paramilitares em diferentes regiões do país. Dialogando com autoras como Shepherd (2008) e Meger (2016), parte-se da compreensão de que tais práticas não são desvios patológicos de conduta, mas expressões vinculadas a construções e reproduções violentas de gênero. Nesse sentido, a violência sexual é tratada como linguagem de dominação e mecanismo de

(re)afirmação de uma masculinidade hegemônica, como aponta Segato (2016), o que a insere no escopo mais amplo da violência política (Valentino, 2014).

Os aspectos abordados apontam para o fato de que os fatores condicionantes — como a cultura patriarcal, a militarização da vida cotidiana e as dinâmicas econômicas de concentração fundiária — não apenas mobilizam a violência sexual no conflito armado colombiano, mas também favorecem sua instrumentalização relacionada a fatores econômicos. Contudo, é necessário reconhecer que a violência sexual nesse contexto não pode ser explicada apenas por razões imediatas do conflito. Em muitos casos, ela se inscreve em um continuum de violências que atravessa a história da sociedade colombiana.

3.1 Masculinidades e Violências de Gênero no Conflito Armado Colombiano

As pessoas de lá não são unidas, em vez de dizer: “ei, senhor, deixe essa garota em paz”, todo mundo fechou a porta. (Mulher vítima de violência sexual, CNMH, 2017, p. 210)

As memórias das vítimas do conflito armado colombiano revelam a existência de diversas vitimizações relacionadas a gênero. Essas experiências, atravessadas por agressões físicas, psicológicas e sexuais, demonstram como o corpo feminino foi reiteradamente utilizado como instrumento de controle, punição e dominação. A violência de gênero no conflito não se restringiu ao âmbito privado, constituiu também uma ferramenta de guerra, atravessada por estruturas de poder e desigualdade que antecedem e ultrapassam o cenário do combate. Nesse contexto, a violência sexual aparece como uma das formas cruéis e sistemáticas de agressão, funcionando como um mecanismo de disciplinamento social, imposição de autoridade sobre comunidades e à reafirmação de hierarquias preexistentes no tecido social colombiano.

Em outros termos, a dinâmica do conflito revela que a violência de gênero não operou apenas como uma tática de guerra, mas como parte de um sistema mais amplo que reforça a dominação masculina e exclui corpos historicamente marginalizados. As associações recorrentes entre masculinidade e agressividade, de um lado, e entre feminilidade e vitimização, de outro, sustentam uma estrutura patriarcal que legitima práticas violentas como expressões aceitáveis de poder (Shepherd 2008, Meger, 2016). Essa lógica não é recente: mulheres do Processo de Comunidades Negras denunciam a continuidade de violências sexuais herdadas do período colonial, quando homens brancos espanhóis impuseram essas práticas a mulheres negras e indígenas como forma de controle social (CNMH, 2017). A permanência dessa hierarquia racial e de gênero ao longo do tempo evidencia como o conflito e seus

desdobramentos reatualizam desigualdades enraizadas, afetando de maneira desproporcional os corpos que foram marginalizados no projeto hegemônico da nação.

No cerne dessa violência, o militarismo atuou como um elemento estrutural que permitiu que o patriarcado se radicalizasse violentamente contra a vida das mulheres dentro do embate. Sobre esta afirmação, a Mesa de Trabalho Mulher e Conflito Armado⁸ (2010) pontua:

No contexto da guerra, o corpo da mulher aparece como um território no qual se expressa o poder da cultura patriarcal (...) O corpo da mulher é um campo político definido, disciplinado para a produção, a reprodução e o domínio das forças armadas. As várias formas de militarização dos corpos das mulheres e sua realidade simbólica são coerentes com o patriarcado, por meio do qual se exhibe a supremacia do poder militar, a expressão máxima do poder masculino, do poder do “herói” que conquista, domina e reafirma o triunfo do guerreiro. **O patriarcado é indispensável para a transmissão e o desenvolvimento do militarismo e vice-versa**, porque ele não só afeta as relações sociais, mas é introduzido nas relações interpessoais e na família, gerando espaços permanentes para a socialização da subordinação e da obediência das mulheres, restringindo a liberdade e a capacidade de controlar suas próprias vidas e aumentando a espiral de violência nos cenários público e privado. O patriarcado promoveu a aprendizagem social da “propriedade” dos corpos das mulheres pelos homens na vida cotidiana, e a militarização reforçou essa aprendizagem ao transformar os corpos das mulheres em campos de batalha e despojos de guerra (Mesa de Trabajo Mujer y Conflito Armado, 2010, p. 22).

A ideia do corpo feminino como território a ser conquistado se associa à lógica expansionista e violenta do controle territorial por parte dos grupos armados, como apontado por Rita Segato (2016), ao analisar como o patriarcado se entrelaça com o militarismo e molda tanto as dinâmicas da guerra quanto as relações de gênero. Nesse contexto, a militarização funciona não apenas como estratégia bélica, mas também como um processo simbólico e cultural que mobiliza discursos patriarcais e colonialistas para justificar a dominação (Sjoberg, Via, 2010). Na Colômbia, essa associação ganha contornos específicos diante da interseccionalidade entre opressões: mulheres negras, indígenas e camponesas não apenas sofrem as violências da guerra, mas são também historicamente colocadas em posições de vulnerabilidade que intensificam sua exposição à violência sexual e outras discriminações de gênero.

Para Butler (2016), a vulnerabilidade é produzida por estruturas de poder que decidem quais vidas são reconhecidas como dignas de proteção e quais são passíveis de violação. A autora ressalta que os corpos não existem de forma isolada: para “ser”, isto é, para sobreviver, eles dependem de redes de apoio e reconhecimento que estão fora de si. Nessa lógica, toda vida é precária, mas nem toda precariedade é igualmente reconhecida. No contexto colombiano, essa

⁸Surge em 2001 como um espaço de coordenação, reflexão e análise para tornar visíveis os efeitos das múltiplas formas de violência que afetam mulheres, jovens e meninas em decorrência do conflito armado colombiano. É composta por 23 organizações de mulheres, sociais e de direitos humanos, além de pesquisadoras independentes.

produção seletiva da vulnerabilidade opera por meio da repetição de essencialismos de gênero, que associam a mulher à fragilidade, à domesticidade e à passividade, enquanto os atores armados assumem para si a figura da masculinidade ativa, dominadora e heteronormativa (Theidon, 2009). Tais representações não são apenas ideológicas: elas têm efeitos materiais concretos na forma como os corpos femininos são tratados, como os territórios são ocupados e como a violência é legitimada. O conflito, nesse sentido, não é apenas um campo de batalhas físicas, mas também um espaço de produção discursiva de gênero, raça e sexualidade, em que a violência sexual se torna um dispositivo central na demarcação do que pode ser conquistado, descartado ou controlado (Segato, 2014).

De acordo com o relatório produzido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2006), existem quatro principais manifestações da violência sexual que afetam as mulheres dentro do conflito aqui estudado: i) os atores do conflito armado utilizam diferentes formas de violência física, psicológica e sexual para "ferir o inimigo", seja desumanizando a vítima, prejudicando sua unidade familiar ou espalhando terror em sua comunidade, com a intenção de avançar no controle de territórios e recursos; ii) a violência destinada a causar o deslocamento forçado do território e o conseqüente desenraizamento de sua casa, de sua comunidade e família; iii) ligado ao recrutamento forçado de mulheres, com o objetivo de fazê-las prestar serviços sexuais a membros dos grupos armados; e iv) a violência com o fim de transformar as vítimas em objeto de controle social.

Nesta perspectiva, o informe produzido pelo Centro Nacional de Memória Histórica (2017), indica alguns fatores condicionantes que facilitam a emergência da violência sexual no contexto armado colombiano, sendo estes: (i) a tolerância social a prática; (ii) o sistema de normas socialmente aceito sobre gênero que promove as masculinidades guerreiras; e (iii) os fatores econômicos, ligados a economia legal e ilegal com a expansão da pobreza.

O documento aborda que a tolerância social à violência sexual está diretamente ligada a discursos que a colocam como menos grave ou menos urgente do que outras formas de violência associadas ao conflito armado, como os confrontos armados ou assassinatos. Essa hierarquização alimenta imaginários sociais que naturalizam as violações sexuais desde a esfera privada, tratando-as como questões íntimas ou inevitáveis, e não como crimes graves. Ao fazer isso, tais discursos produzem subjetividades específicas — como mulheres pobres, negras, indígenas ou camponesas — como corpos mais “violáveis” do que outros, ou seja, mais suscetíveis à violência e menos dignos de proteção. Essa naturalização reforça a aceitação social do crime e contribui para o silêncio das vítimas, que muitas vezes deixam de denunciar por

medo de sofrer discriminação, julgamento moral ou exclusão em seus próprios ambientes sociais (CNMH, 2017).

A violação sexual aparece como um ato constante tanto no conflito armado, quanto fora dele. Segundo dados levantados na pesquisa “Violaciones y otras violencias: saquen mi cuerpo de la guerra”, no período entre 2001 e 2009, cerca de 489.687 mulheres foram vítimas diretas de violência sexual nos 407 municípios ligados ao conflito, o que torna 54.410 a cada ano, 149 a cada dia e 6 a cada hora (Hurtado, 2014). Dentre as diversas formas em que a violência sexual surge, o número estimado de estupros no período citado pela pesquisa atinge a marca de 94.565 entre mulheres de 15 e 44 anos. Além disso, a pesquisa aponta que 4 em cada 10 mulheres não reconheceu ter sido vítima da prática antes de ser indagada por cada um dos tipos de violência sexual que permearam a investigação, evidenciando a naturalização do crime e como a linguagem e os discursos disponíveis moldam o próprio reconhecimento da violência (Shepherd, 2008).

Apesar da magnitude citada, a dimensão e sistematicidade do ato não são bem esclarecidas devido a sua impunidade perante os aparatos jurídicos estatais (CNMH, 2013). A impunidade para esses crimes serve para reforçar, em vez de desafiar, essas normas e padrões preexistentes de discriminação contra as mulheres dentro e fora do conflito. Ao dialogar sobre os efeitos perante o conflito, o silenciamento e a impunidade convertem as mulheres em uma posição passiva de vítimas ocultas do mesmo, o que gera um espiral de intensificação da violência e de tolerância ao crime (Céspedes-Báez, 2010).

Os imaginários produzidos culturalmente impulsionam esse processo ao gerar certa aceitação social sobre a violência contra certos grupos, como indicado por Butler (2019, p. 15) ao tratar sobre os motivos para potencialização da forma de violência, em que a “percepção da vulnerabilidade física de certo grupo de pessoas que incita o desejo de destruí-las”. Aplicado à realidade colombiana, essa lógica gera ataques contra os corpos marginalizados em face ao conflito.

Neste cenário, a falta de prevenção ao crime, a pouca importância das violências de gênero como tema no sistema educacional e as ideias de vergonha e culpa sentidas pelas vítimas levam à naturalização da violência sexual e à existência de altos níveis de tolerância em relação a essa prática (CNMH, 2017). Segato (2016) destaca a existência do discurso social amplo que tende a deslegitimar as violências de gênero. Tal desvalorização se sustenta, por um lado, por serem compreendidas como questões do âmbito privado, sobre as quais não se deveria falar, e, por outro, pela responsabilização das vítimas, frequentemente culpabilizadas por sua suposta conivência ou corresponsabilidade na violência sofrida. Nessa lógica discursiva, o silêncio das

vítimas é interpretado dentro de uma sociedade patriarcal como um sinal de aprovação dessa violência, como um indício de tolerância com o que aconteceu, invisibilizando a coerção e a normatividade que moldam o que pode ou não ser dito.

Além do que já foi mencionado, Falcão (2015) argumenta que, na sociedade colombiana, prevalecia uma tendência a silenciar determinados temas, especialmente aqueles relacionados a gênero, sexualidade e sexo, tratados como inadequados para o debate. Existe uma espécie de moralidade que favorece o silêncio em torno dessas questões, reforçando o estigma e promovendo a culpabilização daqueles que tentam romper esse ciclo. Essa dinâmica se intensifica quando a comunidade, ao invés de apoiar as vítimas, reproduz padrões de estigmatização, isolando-as em sua dor e dificultando seu acesso à justiça. Um exemplo é o caso de Lorena, que não apenas precisou enfrentar um longo processo judicial, mas também foi rejeitada por sua própria comunidade, que a responsabilizou pelo que lhe aconteceu. Em suas palavras:

Isso mudou minha vida, porque se as pessoas percebessem ou pensassem por um momento que eu não contei mentiras, mas ele sim, tudo seria diferente. Mas eles optaram por tirá-lo, mas as pessoas se uniram em torno daquela pessoa (...) Eles não me dizem nada, mas já ouvi comentários como: “Lá vai a mulher estuprada”, “Ela procurou aquele homem”. Eu não dou atenção a eles, mas eles dizem: “Coitadinha da negrinha”. E eles ficam na minha frente e eu sigo meu caminho. [Eles gritam: “Lá vai a mulher estuprada, lá vai a mulher estuprada”. Tem gente que sabe que eu não tenho nada a ver com isso, porque desde pequena sempre fui uma pessoa muito responsável, vou para onde for e não ando de *corrinche*, nunca fui *corrinche*⁹ nem nada. Houve momentos em que eles gritavam muitas coisas para mim e por isso eu não saía de casa, eles gritavam vulgaridades como “lá vai a puta, a preguiçosa”. Você fica cansada de tanto ouvir (Lorena, adolescente afro-colombiana vítima de violência sexual, Nariño, CNMH, 2017, p. 2013).

A imposição da culpa e o peso social da estigmatização fizeram com que Lorena se sentisse traída pelas pessoas mais próximas e acabasse se isolando, abandonando seus estudos e confinando-se em casa por um longo período. Esse relato revela um ambiente marcado por uma forma de tolerância social sustentada por discursos normativos que classificam quais mulheres são dignas de reconhecimento e quais podem ser descartadas ou culpabilizadas — uma lógica que revela como o gênero é construído e regulado por meio de padrões sociais que silenciam e marginalizam determinadas experiências (Segato, 2016). Na sociedade colombiana responsabilizar as mulheres por essas agressões, justificando-as por seu comportamento supostamente “inadequado” — seja por serem extrovertidas, rirem, usarem determinadas

⁹*Corrinche* é uma expressão coloquial em espanhol, especialmente utilizada na Colômbia, que designa grupos de pessoas fazendo barulho, tumulto ou fofoca. No contexto do relato de Lorena, o termo enfatiza que ela nunca foi parte de tais aglomerações ou comportamentos desordeiros, reafirmando sua postura responsável e discreta antes e depois do episódio de violência.

roupas, saírem à noite, estarem sozinhas, conversarem com desconhecidos, usarem maquiagem ou cuidarem da aparência (CNMH, 2013).

Lorena teve de lutar contra a estigmatização causada pela violência sexual e restaurar sua honra e dignidade apelando para os valores da feminilidade hegemônica, distanciando-se da figura estigmatizada da “prostituta” e controlando seu comportamento para não ser associada à *corrinche* (CNMH, 2017). O isolamento que viveu não deve ser lido como simples consequência do estigma, mas como parte de uma rede de normatividades que constrói a “mulher estuprada” como uma figura pública marcada, cujo corpo e comportamento passam a ser regulados socialmente. Neste sentido, Shepherd (2008) compreende que o feminino é performado por meio da repetição de normas sociais que delimitam o que é reconhecido como mulher legítima. No caso de Lorena, sua tentativa de escapar da marca da “mulher estuprada” revela a força dessas normas regulatórias que, ao mesmo tempo em que marginalizam, oferecem uma promessa de reintegração social à custa da conformidade.

O fator seguinte, se refere às relações raciais e de gênero que regem a sociedade colombiana, estabelecidas em meio ao sistema patriarcal hierárquico, excludente e violento. Neste contexto, diversas organizações feministas e defensoras dos direitos humanos, apontam como o conflito armado reforçou a dominação masculina e a subordinação das mulheres em seus territórios de maior incidência (Ruta Pacífica de las Mujeres, 2013; ABColombia, 2013; CNMH, 2017). O embate formou uma chave com a estrutura de gênero tradicional da sociedade colombiana, contribuindo para a formação de “subjetividades masculinas guerreiras e subjetividades femininas objetificadas” (CNMH, 2017, p. 156).

As formas de socialização masculina se intensificam em meio ao conflito, de modo que as demonstrações de virilidade por meio do militarismo se tornaram símbolos de prestígio em diversos setores do país. As armas e o poder gerado pelos uniformes se tornaram uma das poucas possibilidades de obter capital simbólico disponível para muitos homens em posições sociais, econômicas e territoriais marginalizadas (CNMH, 2017). Nesse cenário, como aponta Segato (2016), a masculinidade funciona como um mecanismo enunciativo, uma forma de violência expressiva, por meio da qual alguns homens afirmam sua autoridade e controle sobre outros e sobre seus territórios. Esse processo transforma mulheres e pessoas com identidades de gênero dissidentes em objetos de apropriação e consumo, amplificando o poder viril dos combatentes.

Neste contexto, a promoção das masculinidades guerreiras é impulsionada pelos estereótipos de gênero presentes na sociedade colombiana, os quais fomentam os valores de inferioridade, submissão e disponibilidade feminina, que circulam na mídia e nos setores sociais

(Meger, 2015). A figura de prestígio do homem guerreiro é resultado de um processo contínuo de socialização de gênero visto desde a infância. O Centro de Memória Histórica Nacional (2017, p. 157), indica exemplos alarmantes ao citar relatos na cidade de Buenaventura, em que algumas brincadeiras dos meninos consistiam em ser matadores de aluguel, proprietários das “casas de pique”¹⁰, além de serem “pegos ‘brincando’ de estuprar meninas. Nesse caso, os meninos perseguem as meninas com um pedaço de madeira que simula um pênis, as quais correm acompanhando o jogo para não serem ‘estupradas’”.

O exemplo evidencia o papel de guerreiro e detentor de poder atribuído ao homem, enquanto para as mulheres se reserva uma posição marcada pela sexualização, na qual são vistas como objeto das demonstrações viris impostas pela masculinidade (Shepherd, 2008; Theidon, 2009). Essa lógica do sistema de sexo e gênero no contexto do conflito armado colombiano tem sustentado a proliferação da violência sexual, operando não apenas por meio de processos de socialização, mas também por meio de imaginários e fantasias incorporados aos corpos (CNMH, 2017). Tais construções acabam por moldar formas de ser e estar no mundo, decretadas pela guerra e, ao mesmo tempo, desejadas tanto por homens quanto por mulheres. Nessa interação complexa entre estruturas, identificações e desejos, a violência, as desigualdades econômicas e as hierarquias de gênero influenciam de forma contínua a incorporação das subjetividades atreladas ao masculino e ao feminino (Theidon, 2007).

Entretanto, cabe ressaltar que a masculinidade guerreira, enquanto construção social, não é inevitável e nem imutável, mas sim uma performance que pode ser questionada e desestabilizada (Baaz, Stern, 2008). Neste sentido, nem todos os homens envolvidos no conflito armado incorporaram essa figura militarizada da masculinidade; muitos também foram alvos de sua lógica violenta (CNMH, 2015). Felipe, jovem que sofreu violência sexual por parte do pai, interpela os imaginários masculinos que observa ao seu redor, revelando as contradições e os custos dessa norma de gênero hegemônica:

Nunca gostei que desrespeitem as mulheres, porque os homens, não sei... a sociedade aqui em Villavicencio é muito machista; eles acham que, por ser homem, a mulher não vale nada e começam a dizer: “a mulher é vadia”. Então, nunca gostei disso. Afinal, eles também sabem que nasceram graças a uma mulher, então não gosto disso e, às vezes, brigo porque eles mexem com minha mãe ou minha irmã (CNMH, 2015, p. 261).

Os informes analisados não sustentam que a masculinidade seja, por natureza, violenta, mas indicam que essa vinculação foi intensificada em contextos de guerra como parte de estratégias militares específicas. A experiência de Felipe desafia noções monolíticas de

¹⁰Nomenclatura dos locais utilizados para torturas e assassinatos.

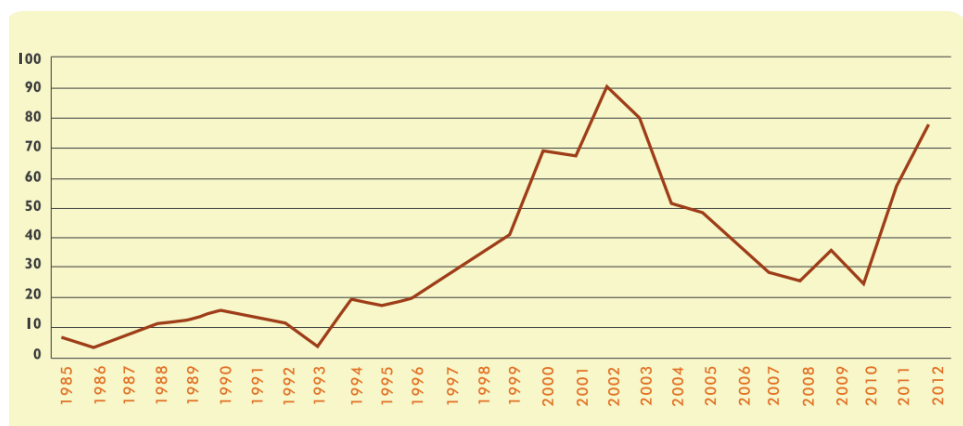
masculinidades militarizadas, mostrando que os sujeitos masculinos também vivenciam a guerra de forma ambígua (Baaz, Stern, 2008). Isso revela que tal associação não é inevitável, podendo ser desfeita, deslocada ou reconstruída de outras maneiras. Nesse processo, a criação de condições educacionais, econômicas e culturais para a juventude nos territórios afetados representa um passo essencial para desarticular os fundamentos da masculinidade guerreira. Simultaneamente, é necessário fomentar transformações sociais que fortaleçam o protagonismo das mulheres, combatam a misoginia e o heterossexismo e promovam uma crítica estrutural ao patriarcado (CNMH, 2017) — elementos indispensáveis para prevenir a violência sexual e a reprodução de violências de gênero.

As questões citadas referentes a ordem de gênero e as estruturas patriarcais se conectam aos fatores de fragilidade econômica, intensificando a vulnerabilidade e a exclusão social para a mulher. A maior parte das vítimas de violência sexual reside nas zonas rurais ou nas periferias urbanas colombianas, muitas provindas do campo em decorrência do deslocamento forçado e alocadas em trabalhos precários (Falcão, 2018). Tais mulheres convivem com a persistência da precariedade, com o limitado acesso à educação, o difícil acesso aos serviços básicos, a falta de oportunidades de emprego e a expulsão de suas terras (ABColumbia, 2013). Nessas regiões, conforme aponta a Defensoria do Povo (2014, p. 64), as desigualdades no acesso a serviços estatais e a persistência de fatores estruturais relacionados a pobreza — como o acesso restrito à educação, a precariedade dos serviços de saúde e a carência de infraestrutura básica — intensificam o risco de vitimização ao aprofundar os contextos de exclusão social e favorecer a reprodução contínua da violência.

Destaca-se que, nas zonas rurais, o conflito armado colombiano apresenta suas expressões mais violentas para a sociedade civil. As particularidades territoriais, geográficas e sociais dessas regiões intensificam a vulnerabilidade da população local, criando condições que favorecem a ocorrência dos crimes de gênero. Fatores como a concentração fundiária, as transformações nos modos de produção agrícola, os processos de ocupação camponesa e a constante reconfiguração do conflito — marcada pela presença dos grupos armados, do narcotráfico e por atividades econômicas ligadas a economias extrativistas — estão diretamente associados à violência sexual nesses contextos. Nesse cenário, mulheres adultas, jovens e meninas são submetidas a relações de subordinação e exploração que, muitas vezes, se associam a contextos de dependência econômica e/ou emocional (CNMH, 2017). Essas condições limitam a possibilidade de que expressem resistência, escapem das situações abusivas ou identifiquem alternativas para romper com o ciclo de violências.

Os dados produzidos na pesquisa “Violaciones y otras violencias: saquen mi cuerpo de la guerra” mostram que entre 2001 e 2009, cerca de 80% das vítimas de violência sexual pertenciam aos estratos sociais¹¹ 1 e 2, correspondentes a pobreza extrema e a vulnerabilidade social. Das vítimas de prostituição forçada 97% pertenciam também aos estratos citados, e este padrão segue constantes nas demais formas de violência sexual envolvidas ao conflito armado. Tais raízes estruturais criam um contexto permissivo para o uso da violência contra as mulheres ao longo de todas as décadas do embate, porém com mudanças significativas em sua intensidade ao longo do tempo. O gráfico 3 abaixo evidencia a presença constante da violência sexual em meio ao conflito, ao mostrar evolução do número de vítimas da prática entre 1985 e 2012.

Gráfico 2 - Evolução do número de vítimas de violência sexual no conflito armado colombiano (1985-2012)



Fonte: Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013, p. 78)

Como indica o gráfico, o pico no número de casos ocorreu no ano de 2002 e está diretamente relacionado com a intensificação da violência no conflito em decorrência de fatores políticos, como a ofensiva do Estado em promover a ‘caça’ às guerrilhas no interior do país e a expansão territorial paramilitar. Nesse contexto, observa-se que a militarização com fins de controle territorial e populacional, é um contexto que favorece o advento da violência sexual contra as mulheres. A relação que se estabelece entre homens armados e mulheres civis incorpora uma forma de violência contínua, convertendo a relação entre os sexos em uma imposição de condições e poder, entre vitimizador e vítima (CNMH, 2017).

¹¹Os estratos socioeconômicos são uma ferramenta utilizada pelo Estado para classificar a habitação, de acordo com o nível de pobreza e de acesso aos serviços públicos (energia elétrica, aqueduto e saneamento básico). A classificação se realiza entre 1 e 6, sendo o estrato 1 o de maior nível de pobreza e precariedade no acesso aos serviços públicos, e o 6 correspondente a elite.

A intensificação das violações sexuais no início do século 2000, atrelado a visibilidade que o debate sobre o tema adquiriu no cenário acadêmico internacional, trouxeram atenção para o conceito de uso estratégico da prática, e como aconteceu em meio ao conflito armado e gerou maior número de dados estatísticos. De acordo com a “Ruta Pacifica de Las Mujeres” (2013), o uso sistemático passa a ser reconhecido como um problema por diversas organizações e setores sociais, e qual tipo de relação possui com as questões agrárias e o empobrecimento generalizado.

Apesar das cifras oficiais não refletirem a real magnitude, principalmente devido ao fato de apenas 18% das mulheres denunciarem após serem vítimas da violência sexual, os dados se tornam relevantes para compreensão do crime (Abcolombia, 2013). O aumento de casos no período entre 1997 e 2005 está diretamente ligado ao maior período de intensificação da violência, com a expansão do grupo paramilitar em todo território nacional, a consolidação de suas alianças políticas e econômicas ligadas às atividades do narcotráfico. A investigação da ABColômbia (2013) estima que 53% do registro destes casos foram perpetrados por paramilitares, enquanto os grupos guerrilheiros estimam-se que perpetraram 24% casos no período citado. Dentre os dados, 1.761 foram classificados como propagados por autor desconhecido, 101 por grupos armados não identificados e 69 por agentes do Estado.

3.2 Repertórios violentos das Autodefesas Unidas da Colômbia: a violência sexual

Os relatos e narrativas contados por vítimas de violência sexual perpetrada pelos grupos paramilitares, em diferentes épocas, evidenciam que o crime não ocorreu de forma homogênea. Em vez disso, essas ações foram moldadas pelas distintas formas que o projeto paramilitar adotou em cada região e momento histórico, além das variadas conexões estabelecidas com os territórios e as mulheres que neles habitavam. As variações envolviam: se o território a ser retomado apresentava uma presença guerrilheira significativa; se a área já se encontrava sob domínio consolidado; ou se o objetivo era explorar o território para obter recursos que financiassem o aparato armado e garantissem o controle de corredores geográficos (Tojo, 2015). Em outros termos, a violência sexual praticada por esses grupos foi caracterizada por diferenças espaciais e temporais, sendo produzida e reproduzida de acordo com as condições locais e os recursos disponíveis.

Essa variação regional e temporal da violência sexual exercida pelos grupos paramilitares se deveu ao fato de que o conflito armado colombiano não se resume precisamente

a um debate entre amigos e inimigos claramente identificados, mas sua complexidade se origina em dinâmicas de diversa ordem, no meio das quais se desenrolam de maneira heterogênea as ações dos grupos paramilitares (Tojo, 2015). De acordo com a pesquisa¹² elaborada pela *Corporación Sisma Mujer* as regiões afetadas se concentram em 18¹³ dos 32 departamentos do país, com maior incidência nos departamentos de Antioquia e Santander, onde a presença ativa de organizações de mulheres pode ter contribuído para o maior número de denúncias.

O documento expressa que a violência sexual cometida pelos grupos paramilitares no país esteve diretamente relacionada aos territórios sob forte influência desses grupos e às áreas marcadas por disputas pelo controle territorial, populacional e de recursos estratégicos. Essa violência se manifestou especialmente em corredores geográficos que garantiam circulação armada, acesso a recursos e conexão entre zonas de refúgio e confronto. O eixo de atuação partia do norte do país, como nas regiões de Córdoba, Urabá Antioqueño e Chocóano — controladas pelos paramilitares — e se estendia por Antioquia e Magdalena Medio, regiões com presença guerrilheira em busca da retomada de seus territórios. Já no sudeste do país, os paramilitares consolidaram presença em departamentos como Meta e Putumayo, tradicionalmente dominados por grupos insurgentes. Em outras áreas, como Catatumbo e Casanare, o interesse estratégico esteve relacionado à disputa por recursos como royalties do petróleo e áreas de cultivo de coca (Tojo, 2015).

Neste cenário, duas investigações oferecem contribuições complementares sobre as dinâmicas da violência sexual cometida por grupos paramilitares no conflito colombiano. A pesquisa realizada por Tojo (2015) a partir da *Corporación Sisma Mujer* identifica cinco padrões recorrentes: punições por suposta ligação com a guerrilha (6%), ataques durante massacres ou incursões armadas (29%), seleções prévias das vítimas com base em identidades específicas (26%), práticas associadas ao controle social como escravidão sexual e prostituição forçada (6%) e casos de violência disseminada e desorganizada em nível nacional (30%). Esses dados revelam a utilização da violência sexual como instrumento estratégico e recorrente no

¹² O documento em questão é fruto do projeto “*Memória histórica de las mujeres: reconstrucción de la verdad, la justicia y la convivencia en el contexto de la desmovilización de los grupos paramilitares en Colombia*”, realizado com o apoio da *Fundació Catalana Desenvolupament Comunitari (FDC)* e cofinanciado pela *Agència Catalana de Cooperació al Desenvolupament*, no âmbito de seus programas de cooperação voltados à construção da paz. Publicado em 2008, o relatório apresenta os resultados de duas ações: a pesquisa intitulada “*La violencia sexual contra las mujeres por parte de los grupos paramilitares: estrategias, variantes e identificación de situaciones tipo*”, e a missão internacional de mulheres que visitou diferentes regiões da Colômbia (costa norte, região central e suroeste) para acompanhar os impactos da desmobilização paramilitar na vida das mulheres.

¹³ São eles: Bolívar, Sucre, Antioquia, Vale do Cauca, Norte de Santander, Putumayo, Nariño, Cesar, Meta, Casanare, Guajira, Cundinamarca, Chocó, Arauca, Santander, Córdoba, Tolima e Cauca (Tojo, 2015).

conflito, ainda que nem sempre visível nas estatísticas oficiais. Por sua vez, o relatório do Centro Nacional de Memória Histórica (2013) aponta que essas agressões ocorreram em múltiplos contextos e com finalidades diversas, como: atacar mulheres por status de liderança; destruir o círculo afetivo dos inimigos; “punir” comportamentos vistos como transgressores; para gerar coesão entre os integrantes do grupo; e também atrelado a práticas culturais

Nos casos em que o grupo atacou mulheres devido ao seu status de liderança, as principais vítimas foram: mulheres indígenas que ocupavam posições de autoridade, lideranças femininas que representavam coletividades específicas, forças políticas; ou mulheres que desempenhavam papéis centrais na reprodução da vida social e cultural, como professoras, parteiras e promotoras de saúde (CNMH, 2013). A liderança feminina, ao desestabilizar o modelo hegemônico de masculinidade passa a ser vista como uma ameaça dentro dos discursos militarizados. Está lógica as torna alvo da violência sexual não apenas como uma ferramenta de dominação, mas também como um ato performativo que inscreve e reinscreve as fronteiras de gênero (Shepherd, 2008). Essa dinâmica reflete o modo como a construção das masculinidades em contextos militarizados se estrutura em torno do controle do corpo feminino como símbolo de poder e domínio. Nestes contextos, a violência se propaga como uma mensagem pedagógica de controle, servindo para desencorajar a resistência coletiva e reafirmar o poder hegemônico e patriarcal (Segato, 2016).

O informe do Centro de Memória Histórica (2010) relata que, durante o massacre de Bahía Portete, o Bloco Norte das Autodefesas utilizou a violência sexual contra lideranças comunitárias como uma forma de subjugar e desestabilizar a comunidade. O objetivo era causar devastação física e moral, forçando o exílio das comunidades. Nesse contexto, os agressores atacaram recorrendo a tortura sexual, a mutilação de extremidades e órgãos ligados à sexualidade, além da incineração dos corpos das vítimas. Por meio desses ataques violentos e do assassinato de mulheres, seus corpos foram marcados como território, enquanto o território em si foi dessacralizado. Como consequência, os laços comunitários foram destruídos pelo terror e pelas ameaças, facilitando a tomada das terras pelas forças paramilitares e provocando o deslocamento forçado das comunidades afetadas.

Com o objetivo de destruir o círculo afetivo do inimigo, os paramilitares vitimaram namoradas e parentes próximos de seus adversários por meio de torturas físicas e sexuais, que incluíam práticas de violência e humilhação (CNMH, 2013). Nesses casos, a identidade do inimigo era projetada sobre as mulheres vítimas, acusadas de manter vínculos afetivos com os adversários. Ao atacar essas mulheres, os grupos armados buscavam desmoralizar, humilhar e

causar sofrimento aos homens adversários, estendendo a dor do “inimigo” por meio do sofrimento infligido aos seus entes queridos (CNMH, 2010).

Essa dinâmica se relaciona com o que La Furcia (2020) aponta sobre o feminicídio como um mecanismo que estrutura masculinidades em contextos de violências interligadas. Homens pertencentes a “grupos inimigos” — sejam pais, irmãos, maridos ou líderes políticos das comunidades — que não conseguem garantir a integridade de suas esposas, filhas ou conhecidas, uma função central na lógica da masculinidade hegemônica, veem sua honra fragilizada quando essas mulheres são agredidas. Assim, os agressores se apropriam dessas mulheres para despojar de poder e desonrar os homens adversários, ao mesmo tempo em que reafirmam sua própria “masculinidade”. Em contextos onde organizações armadas se entrelaçam com forças estatais ou paraestatais, essa violência assume um caráter simbólico e pedagógico (Segato, 2016), transmitindo uma mensagem de impunidade e dominação sobre vidas e territórios.

Meger e Saschder (2020) argumentam que a violência direcionada a civis pelos paramilitares também pode ser compreendida como uma estratégia de dominação física e simbólica do “outro”, na qual o inimigo é feminilizado por meio do uso da sexualidade como arma — simbólica ou fisicamente, como no caso do estupro. Essa dinâmica atinge homens civis, cuja masculinidade é desestabilizada pela incapacidade de proteger sua família, e também mulheres e crianças, cujos corpos são violentados e expostos como territórios de conquista. Tal prática não apenas reforça a masculinidade dos vencedores e subordina a dos vencidos (Sjoberg, 2013), como também produz, no próprio ato da violência, noções de honra masculina e da mulher como propriedade simbólica do inimigo. A “ordem” que se pretende instaurar, portanto, não preexiste à violência, mas é criada performativamente por meio dela — em gestos que não apenas expressam, mas constroem a realidade que pretendem representar (Segato, 2016).

Além destes motivos, os paramilitares também usaram a violência sexual para punir comportamento julgados inadequados pelos comandantes dentro da “boa ordem” que buscavam impor (CNMH, 2017). O corpo, a forma de se vestir e os ritmos de vida eram regulados pelo grupo. Tais práticas se ancoravam em mitos de gênero, que naturalizavam uma determinada configuração da ordem de gênero, específica ao contexto e tempo do conflito. Essa ordem era reiterada cotidianamente por meio de atos corporais de obediência ou transgressão às normas impostas, sendo regulada pelas noções culturalmente construídas do que seria “natural” (Shepherd, 2008). Esse processo foi utilizado como instrumento de controle social para disciplinar o comportamento das mulheres – seu direito de decidir livremente sobre suas emoções e relacionamentos, seu corpo e sua sexualidade –, reforçando os papéis tradicionais

de gênero e aprofundando as relações de poder desiguais entre homens e mulheres (Meger, Sascheder, 2020).

Uma mulher relatou: “Ele (*El Flaco*) me ofendia muito; dizia-me: ‘você está aqui para cuidar dos filhos, não para ir a festas’”. Como consequência, eles a levaram e raspam publicamente sua cabeça, juntamente com outras duas mulheres da aldeia. Essa violência não foi apenas física ou simbólica, mas também se estendeu a consequências emocionais e sociais duradouras: “Eu tinha que usar um lenço porque tinha vergonha de que me vissem assim, careca. [...] Eu não dormia, com medo, angustiada, desesperada” (CNMH, 2013, p. 81), refletindo como a vergonha e o medo tornavam-se parte da vida cotidiana.

O gesto de raspar cabelos articula discursos sobre vergonha, feminilidade e visibilidade pública num contexto onde o corpo feminino é simultaneamente controlado e exposto como espetáculo disciplinar (Segato, 2016). Shepherd (2008, p. 61) argumenta que os casos de violência são um dos locais onde as identidades de gênero são reproduzidas, em suas palavras: “a violência de gênero se torna a reprodução violenta do gênero”. Mais do que alvos, as mulheres se tornam elementos constitutivos das performances paramilitares de masculinidade, indispensáveis à sua legitimação simbólica. Tais situações atuam na (re)produção de ordens de gênero específicas, dividindo e controlando grupos de identidade de gênero por meio da violência em um cenário onde os transgressores, ou aqueles que se desviam dessa norma, podem ser punidos, como no exemplo citado. Para a autora as condições culturais que sustentam a violência de gênero são generalizadas e profundamente internalizadas. Não só a violência depende dessas condições culturais, mas, em certa medida, essas condições culturais também dependem da violência para sua (re)produção.

No contexto do conflito colombiano, esses atos corporais — como a exposição pública da vergonha — funcionam como elementos constitutivos das performances paramilitares de masculinidade, indispensáveis à sua legitimidade simbólica. A repetição desses gestos de controle, como o de raspar a cabeça em público, consolida um regime de normalização em que a violência atua como prática reguladora do gênero (Shepherd, 2008). O relato acima ilustra como o imaginário paramilitar se ancora na correção moral dos sujeitos por meio de uma pedagogia da crueldade, em que o corpo das mulheres se torna um terreno de disciplina e controle (Segato, 2016). Esse imaginário é atravessado por uma lógica androcêntrica que universaliza e valida o masculino, construindo um ideal de virilidade que se reafirma por meio da violência e da humilhação (Cruz, Olarte, 2020).

Frente a essa realidade, as mulheres não são alvos passivos, mas elementos essenciais na consolidação dessa masculinidade hegemônica: tornam-se testemunhas que conferem

autenticidade ao projeto identitário masculino, reforçando a posição de poder do agressor (Shepherd, 2008). A figura do homem heterossexual dominante se projeta e se fortalece através da aniquilação simbólica e física das mulheres, as quais representam um espaço privilegiado de demonstração e constituição dessa dominação. Os grupos paramilitares, portanto, não são apenas instâncias de violência armada, mas também espaços culturais de produção de gênero, onde os papéis masculinos e femininos encontram condições propícias para serem performados em suas expressões mais extremas (Enloe, 2000).

Neste sentido, Meger e Saschder (2020) abordam como as ansiedades masculinas individuais que tornam atraente a adesão a um grupo armado também contribuíram para a construção de relações de gênero que consolidam a masculinidade militarizada como forma dominante de masculinidade na Colômbia. Ao mesmo tempo em que portar uma arma e demonstrar propensão à violência satisfaz impulsos individuais de militarização da masculinidade, essa violência “opera simultaneamente para (re)construir relações hierárquicas, com base na identidade de gênero, estabelecendo a superioridade do perpetrador” da violência a partir da demonstração da masculinidade militarizada (Meger, 2014, p. 419). Muitos paramilitares foram, assim, socializados em contextos violentos e heterossexistas, que se baseiam na dicotomia de gênero dos homens como fortes e poderosos e na violência sexual e na subordinação das mulheres como algo natural (Sachseder, 2019).

3.2.1 A violência sexual e a economia da guerra

Bem, então já estávamos em 1998, ou melhor, em 1995, quando começaram a chegar pessoas estranhas aos territórios do departamento de Chocó para mudar essa dinâmica, essa solidariedade, tudo o que havia lá em Chocó. Porque lá em Chocó você não precisava de portas, porque as casas eram abertas e todos dormiam tranquilamente. Isso foi interrompido, essas pessoas começaram a se intrometer, a perseguir, a torturar, a violar. (...) Então havia esse conflito lá, havia essa disputa de fronteiras e de corredores. Então, alguns diziam que as pessoas já estavam começando a comprar televisores, que já tinham a ver com o narcotráfico, bem, com todas as suas histórias sobre isso. O camponês nativo continuava sendo seu camponês nativo. Então, nós lá vivemos o deslocamento, que talvez quando eu estava em Montes de María, como sempre digo: éramos indiferentes às pessoas do Pacífico. (...) nós fomos afetados por essas lutas pelas drogas, por tudo que envolvia os senhores do narcotráfico (...) **foi aí que os paramilitares entraram, bem ali, e isso foi o fim, porque houve a violação de meninas, de todas aquelas meninas** (CNMH, Yemayá, mulher afro-colombiana líder, Buenaventura, 2015). p. 256-257

O relato acima evidencia como a entrada das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) em territórios tradicionalmente pacíficos transformou profundamente o cotidiano das comunidades locais. A expansão do paramilitarismo, em conexão direta com o narcotráfico,

desestabilizou formas históricas de convivência coletiva e instaurou um regime de controle violento, no qual perseguições, torturas, deslocamentos forçados e agressões sistemáticas surgem como práticas de dominação (CNMH, 2017). A experiência narrada por Yemayá revela como essas práticas estavam inseridas em disputas territoriais ligadas ao narcotráfico, mas também lembra que a presença do narcotráfico e a chegada dos paramilitares intensificaram os ataques contra as mulheres, revelando o papel constitutivo da violência sexual como ferramenta de guerra, intimidação e fragmentação social.

Meger e Saschder (2020) argumentam que a violência sexual praticada por este grupo se insere em um arranjo mais amplo de dominação econômica, racial e de gênero, articulado à lógica do capital transnacional. As violências de gênero, nesse contexto, emergem como tecnologia política de apropriação de territórios e corpos, visando não apenas à subjugação de indivíduos, mas à (re)configuração material e simbólica das comunidades afetadas. Sachseder (2019) demonstra como tais atos foram frequentemente dirigidos a mulheres negras e indígenas, cuja presença em territórios férteis era percebida como obstáculo à implementação de projetos extrativistas por corporações transnacionais. Ao serem violadas, essas mulheres não apenas sofreram violência direta, mas foram também despojadas de sua agência política e social, provocando desintegração familiar e comunitária, e viabilizando, assim, a ocupação econômica desses territórios (Segato, 2016).

A capacidade dessa instrumentalização reside na sua forma de operar por meio de construções coloniais de gênero e raça. As mulheres racializadas foram posicionadas como sujeitos permanentemente disponíveis, marcadas pela “*rapeability*” (Maldonado-Torres, 2007), ou seja, como corpos que podiam ser violados sem que isso configurasse transgressão aos olhos da ordem dominante. Nesse processo, as mulheres não são apenas vítimas de uma estratégia, mas tornam-se lócus privilegiado da produção de normas sociais, de hierarquias raciais e de economias da guerra. Tal percepção não é incidental, mas herdeira de um sistema classificatório colonial que relega mulheres negras e indígenas à sub-humanidade (Sachseder, 2019). A violência sexual, nesse sentido reside menos em seu impacto individual e mais em sua capacidade de reorganizar o mundo vivido: dissolver vínculos, reconfigurar relações de pertencimento e inscrever nos corpos as fronteiras entre o que pode viver e o que pode morrer (Butler, 2015).

Indo além, o vínculo entre as AUC, o Estado colombiano, o narcotráfico e corporações multinacionais revela a funcionalidade econômica dessa violência. Ao agir como “terceirizadas da repressão”, as AUC executaram o trabalho sujo da modernização neoliberal: remover populações indesejadas para abrir caminho ao investimento direto estrangeiro (Sachseder,

2020, p. 165). A sexualização destas mulheres, ou feminilidades, atua, portanto, ao mesmo tempo como dispositivo simbólico de inferiorização e como uma forma de dominação. Isso permite aos atores econômicos se beneficiarem de territórios “liberados”, sem assumir responsabilidade direta pela violência necessária à sua obtenção (ibid). Na perspectiva de Segato (2016) essa violência constrói este território neoliberal como um espaço “disponível” para apropriação, apagando as epistemologias territoriais indígenas, afro e camponesas que ali existiam.

Neste sentido, as AUC operaram como agentes de limpeza territorial em regiões de interesse econômico, em especial aquelas ricas em recursos naturais e alocadas em zonas de disputa estratégica. A instrumentalização da violência sexual foi central nesse processo, não como prática aleatória, mas como tática eficiente de deslocamento forçado (Céspedes-Báez, 2010). De acordo com Falcão (2018), a ameaça ou a consolidação da violência, seja diretamente contra as mulheres ou contra membros da sua família, são as causas de outro ato vitimizante: a migração forçada para outros pontos do país (o deslocamento forçado), ou para outros países (refúgio). Dentre as justificativas para o abandono de tantas famílias de suas terras, bens e laços comunitários, estão o medo constante da violência, das ameaças e dos massacres, ou seja, do terror generalizado.

Em meio a este processo, um novo ciclo de violências se inicia na vida dessas mulheres frente aos novos desafios e incertezas que situações como essa provocam. A relação entre violência sexual e deslocamento forçado é uma via de mão dupla: enquanto a violência sexual é a causa central do deslocamento forçado para mulheres e da expropriação de suas terras, o deslocamento forçado insere as mulheres em uma situação de vulnerabilidade e empobrecimento, expondo-as ainda mais ao risco da violência sexual (Falcão, 2018). Este é um processo que gera instabilidade social e pouca segurança econômica, as vítimas acabam alocadas sob o jugo do mercado informal, com subempregos e superexploração, e sofrendo novamente com os efeitos da violência, da expropriação e da exploração (Ruta Pacífica de Las Mujeres, 2013).

Apesar das circunstâncias de origem e as diversas transformações do conflito serem extensas, é comumente aceito que o território e a terra apresentam um caráter estratégico no seu desenvolvimento (Céspedes-Báez, 2010). De acordo com a Ruta Pacífica de Las Mujeres (2013), a terra é o bem mais cobiçado na guerra, por seus objetivos estratégicos, por questões ligadas à economia do narcotráfico, por sua riqueza natural, por fornecer suprimentos, como produção agrícola ou das riquezas no subsolo. Através desta perspectiva, Céspedes-Báez (2010) aponta que as violações sexuais não são uma consequência indireta do enfrentamento entre os

grupos armados, mas sim uma violência que busca determinados fins, em meio a um plano para obter resultados específicos. A autora cita um relato de uma vítima que evidencia uma das formas desta engrenagem:

(..) uma cidade colombiana havia sido sitiada por um grupo paramilitar, ou como são chamados na mídia oficial, por uma gangue criminosa emergente (Bacrim). Sua estratégia tinha sido matar líderes, um após o outro, para intimidar a população. Um dia eles voltaram sem querer matar e disseram: “A morte de seus líderes não os machuca? Então vamos atingi-los onde dói mais.” Neste dia eles estupraram as mulheres da comunidade, neste dia eles disseram que voltariam para estuprar aquelas que não estavam lá, neste dia muitas deixaram suas terras (Céspedes-Báez, 2010, p. 2).

Compreender a ligação entre o deslocamento forçado, o roubo de terras e a violência sexual é essencial para compreender as questões que permeiam as mulheres no conflito armado colombiano. A inter-relação entre as violências é favorecida devido a informalidade da posse da terra nos setores rurais, a regulamentação jurídica que favorece a grande propriedade e a discriminação histórica perante o direito de propriedade a mulher. Céspedes-Báez (2010), indica dois principais obstáculos que as mulheres enfrentam na relação mulher-terra: i) a falta de visibilidade da relação entre mulher e terra, em decorrência das estruturas de gênero que privilegiam a titularização em favor do homem; ii) a centralidade do direito de propriedade na jurisdição colombiana, o que leva a desproteção de outras formas de relação com a terra como a posse e a ocupação – formas estas, que mulheres são mais propensas a estabelecer devido aos altos custos da formalidade, ou apenas por desconhecimento.

Neste cenário, não só existe a dificuldade de acesso à terra formalizada, mas também a redução de seus territórios a lógica da propriedade privada, apagando epistemologias territoriais afro, indígenas e camponesas. Verónica Gago (2019) propõe pensar como o neoliberalismo se territorializa através de múltiplas escalas em contextos atravessados pela militarização — não apenas via empresas estrangeiras, mas pela reorganização da vida, do desejo, da família. Na perspectiva da autora essa lógica atua na reconfiguração dos modos de vida e nas formas de existência coletiva, ao transformar o território em ativo econômico e elemento estratégico de controle. O extrativismo, nesse sentido, não se limita a uma prática econômica, mas opera como um regime político que articula violência, dominação e saqueio — inclusive através da violência sexual — como parte de uma engrenagem de despojo (Gago, 2019).

A instabilidade e a vulnerabilidade das mulheres em relação à terra se somam aos interesses dos grupos armados e daqueles que se beneficiam de suas ações violentas, como os grandes latifundiários do país e suas mineradoras. A violação sexual propicia o deslocamento forçado em decorrência do terror generalizado, e os fatores jurídicos e econômicos de

vulnerabilidade facilitam a aquisição de terras por parte dos grupos armados – seja por meio do roubo ou da venda por valores muito abaixo do real (CNMH, 2013).

No marco dessa conjuntura a violência sexual atua como instrumento de subjugação, expulsão ou eliminação das mulheres em territórios que os atores armados buscam dominar ou manter sob controle (CNMH, 2017). Como exemplo, em 2007, a Chiquita Brands International se declarou culpada de acusações criminais por ter feito pagamentos às AUC entre 1997 e 2004. O valor total doado ultrapassou US\$ 1,7 milhão, o que tornou a Chiquita a maior fonte de financiamento do grupo paramilitar. Um congressista norte-americano, William Delahunt, chamou a Chiquita de apenas a “ponta do iceberg” e afirmou: “Estou preocupado com a magnitude da participação das empresas norte-americanas” no conflito colombiano (TeleSUR, 14 de janeiro de 2008 apud Meger, 2016, p. 66). O apoio financeiro de empresas transnacionais ao grupo armado contribuiu diretamente para o fortalecimento de estruturas de violência que utilizavam o corpo das mulheres como instrumento de controle social e político, aprofundando a lógica de terror e silenciamento nas comunidades afetadas.

A Ruta Pacífica de Las Mujeres (2013), aponta que a expropriação de terras através do deslocamento forçado é o principal formato em que a violência sexual surge no conflito armado. É por esta razão que a organização expõe também, o fato de que muitas das mulheres violentadas eram lideranças políticas, as quais lutavam em prol da defesa de suas terras, da denúncia da concentração de terras no país e na luta por uma reforma agrária. Devido ao silenciamento na relação entre o deslocamento forçado e as vítimas de violência sexual, o número e a variedade de dados estatísticos se torna escassa. Autoras que debatem sobre o tema – como Falcão (2018) e Céspedes-Báez (2010) – o fazem por meio de testemunhos, nos quais as vítimas se sentem mais confortáveis para compartilhar suas dores.

Em 2005 sofri meu segundo deslocamento forçado, foi num domingo de agosto, quando por volta das cinco da tarde chegaram três homens encapuzados em nossa casa e eu estava com minha filha de 14 anos. Meus outros filhinhos não estavam na casa no momento. Foi quando chegaram os homens encapuzados e me levaram para fora, onde ficavam as bananeiras e eu fui violada... E a minha filha, quando eu voltei para a casa, também havia sido violada. No dia seguinte, juntamos nossas coisas e nos mudamos para um vilarejo rio acima.

O relato acima, citado por Falcão (2018, p. 177), demonstra que as narrativas de deslocamento forçado na Colômbia apresentam um caráter vicioso, que incide diretamente sobre os mais pobres e os mais vulneráveis. No caso citado, a autora indica que a vítima reconheceu seus violadores como membros de um grupo paramilitar e salienta a frequência destes relatos ao fazer um levantamento do conflito por meio do testemunho das vítimas. As

vítimas – por mais que não estejam diretamente ligadas ao conflito armado – são revitimizadas, permanecendo constantemente violadas pelos atores armados e em contínua fuga de um local para o outro. A maior parte das vítimas de deslocamento forçado são mulheres, e estima-se que 58% delas foram vítimas de violações sexuais, nas quais 55% tem menos de 18 anos (CNMH, 2017). Os números citados indicam os efeitos intensificados do deslocamento para mulheres e meninas, a qual é agravada por condições sociais, educacionais e econômicas: 30% das adolescentes deslocadas eram mães; 14,5% das mulheres deslocadas em prol do conflito não possuíam educação formal; e 48% delas estavam desempregadas quando sofreram a violência (CNMH, 2017).

O impacto desproporcional do deslocamento forçado foi reconhecido em 2008 pela Corte Constitucional da Colômbia. A Corte promulgou uma resolução judicial para proteger os direitos fundamentais das mulheres que sofreram com o deslocamento em decorrência do conflito armado, e para prevenir as violências de gênero. Neste, a violência sexual é reconhecida como um fator que gera vulnerabilidade e citada como:

(...) a violência sexual contra as mulheres é uma prática habitual, estendida, sistemática e invisível no contexto do conflito armado colombiano, assim como a exploração e os abusos sexuais, por parte de todos o grupos armados ilegais do conflito e, em alguns casos, por parte de agentes individuais da Força Pública. (Corte Constitucional Auto 092, 2008).

No documento, a Corte Constitucional reconhece o cenário de violações contra as mulheres motivadas por razões de gênero na sociedade colombiana como um todo, e principalmente em decorrência do conflito armado, no qual os objetivos – econômicos, políticos e militares – dos grupos armado são alcançados por meio da “materialização da violência contra a população civil”, com impacto desproporcional sobre as mulheres (Falcão, 2018, p. 180). Além de reconhecer as Forças de Segurança do Estado como um dos atores armados do conflito e seus atos criminosos perante as violências citadas.

Neste contexto, o Auto 092 abordou o estudo partindo de dois eixos: compreender a violência sexual como crime; e sobre a necessidade de políticas públicas de atenção e prevenção deste impacto desproporcional. O processo jurídico reconheceu dez riscos de gênero no marco do conflito armado, isto é, dez fatores de vulnerabilidade específicos que as mulheres estão expostas por sua condição feminina em meio embate. Os fatores não são compartilhados por homens e explicam o impacto desproporcional do deslocamento forçado sobre as mulheres, listando-se em:

Quadro 2 - Riscos de violência de gênero no conflito armado segundo o Auto 092/08.

Fatores de vulnerabilidade de gênero de acordo com o Auto 092/08	
I	Violência sexual, exploração sexual ou abuso sexual;
II	Exploração ou escravização para exercer trabalhos domésticos e papéis considerados femininos em uma sociedade com traços patriarcais, por parte dos atores armados ilegais;
III	Recrutamento forçado de seus filhos e filhas pelos atores armados à margem da Lei;
IV	Riscos derivados do contato ou das relações familiares ou pessoais - voluntárias, acidentais ou supostas - com os integrantes de algum dos grupos armados ilegais;
V	Pertencimento a organizações sociais, comunitárias ou políticas de mulheres, ou de seus trabalhos de liderança e promoção dos direitos humanos;
VI	Perseguição e assassinato através de estratégias de controle coercitivo;
VII	Assassinato ou desaparecimento de seu provedor econômico ou pela desintegração de seus grupos familiares e de suas redes de apoio material e social;
VIII	Desapropriação de suas terras e seu patrimônio com maior facilidade pelos atores armados ilegais;
IX	Condição de discriminação e vulnerabilidade acentuada das mulheres indígenas e afrodescendentes;
X	Perda ou ausência de seu companheiro ou provedor econômico durante o processo de deslocamento.

Fonte: A autora, 2025, a partir do Auto 092/08 (Colômbia, 2008).

Ao identificar os fatores de vulnerabilidade baseados no gênero, a Corte Constitucional reconheceu a gravidade do conflito armado para a vida e a integridade das mulheres. Com isso, a instituição identificou – a partir de informações apresentadas pelas próprias vítimas, por organizações que as representam, e por organizações dedicadas a sistematizar e divulgar os casos de violações sexuais praticados como arma de guerra pelos atores armados – um padrão de comportamento violentos por parte dos combatentes. Nesse padrão divulgado no Auto 092, a violência sexual cometida pelos grupos armados aparece como um componente preponderante em meio a todas as violações dos Direitos Humanos, cometidas em massacres, desapropriação de terras, pilhagens e destruições de povoados, executadas contra mulheres adultas, adolescentes e meninas das comunidades afetadas pelo conflito.

3.3 Desafios no Pós-Conflito

Não vamos resolver isso porque a violência sexual não surgiu com o conflito, e é uma pena, pois a violência sexual, assim como a violência física, sempre existiu contra as mulheres pelo simples fato de serem mulheres. Então, como podemos fazer um processo de reeducação pedagógica para homens e mulheres, não necessariamente dentro do contexto do conflito armado? Essa é a minha preocupação. Não devemos esperar que o conflito termine, isso vem de séculos e séculos atrás, enquanto a mulher não for respeitada, nada vai mudar (...) por isso é preciso tirar a violência sexual e torná-la visível, colocá-la no olhar institucional, tirá-la da esfera privada e colocá-la na esfera pública, isso é um problema de educação (...) Eu realmente peço que reflitamos sobre isso, estamos fazendo tudo no contexto do conflito armado, tudo!, e nós continuamos

acreditando nessa história. E quando o conflito armado acabar, o que faremos? (Mercedes, mulher afro-descendente líder, Buenaventura, 2015) (CNMH, 2017, p. 207-208).

Pensar sobre as condições que tonaram possível a ocorrência da violência sexual, como observa Mercedes, implica reconhecer a necessidade de mobilizar a sociedade colombiana e o Estado em processos educativos e culturais voltados à transformação das estruturas sociais. O encerramento formal do conflito armado, por si só, não foi suficiente para desarticular as práticas de violência historicamente legitimadas contra os corpos das mulheres, cujas raízes precedem e extrapolam o contexto da guerra (CNMH, 2017). Na memória das vítimas, a história da a história da violência sexual em seus corpos não começa com os abusos cometidos pelos atores armados. Algumas delas foram violentadas muito antes, sendo as famílias, as comunidades e suas redes próximas as primeiras a praticar a violência sexual.

As desigualdades de gênero presentes nas comunidades constituem um terreno propício à emergência da violência sexual, especialmente em contextos marcados pelo controle de atores armados. Nesses cenários, os corpos percebidos como femininos são convertidos em territórios sobre os quais se impõem normas patriarcais destinadas a punir, moralizar, higienizar e disciplinar. Se a violência opera como uma mensagem, ela não o faz de forma unilateral. Ela se entrelaça a dispositivos afetivos, coloniais, territoriais e estatais que produzem subjetividades e não apenas as violam. O corpo feminino indígena, nesse contexto, não é apenas território simbólico de dominação, mas também ponto de encontro de resistências, saberes e temporalidades insurgentes (Gago, 2019).

Considerações Finais do Capítulo

A partir das discussões propostas neste presente capítulo, foi possível compreender que a violência sexual no conflito armado colombiano não ocorreu de forma isolada, mas como parte de uma lógica mais ampla de dominação e controle. Essa violência se articula com o patriarcado, a militarização e os interesses econômicos sobre os territórios, afetando principalmente os corpos de mulheres negras, indígenas e camponesas. Os relatos analisados mostram como esses corpos foram transformados em alvos simbólicos e materiais, utilizados para impor medo, disciplinar comunidades e transmitir mensagens políticas. A impunidade, o silêncio e o estigma funcionam como mecanismos que permitem e perpetuam essas práticas, tratando certos corpos como naturalmente violáveis e descartáveis.

Além disso, os achados identificaram que a violência sexual também operou como uma tecnologia de guerra e de acumulação, permitindo a "limpeza" de áreas estratégicas para interesses econômicos e a reorganização de mercados ilícitos e lícitos. O crime levou ao deslocamento forçado, o controle territorial e a reorganização de mercados — tanto legais quanto ilegais — em benefício de grupos armados, empresas e, em alguns casos, agentes do Estado. No entanto, os limites impostos pela subnotificação e pelas normas de gênero que culpabilizam as vítimas reforçam a urgência de políticas públicas integradas. Tais políticas devem combinar justiça, reparação e prevenção, com atenção às realidades locais e às múltiplas formas de opressão.

CONCLUSÃO

Ao finalizar esta dissertação, retomo a questão central que orientou toda a pesquisa: de que forma as condições estruturais de gênero (re)produzem o uso da violência sexual no conflito armado colombiano como mecanismo de controle social? O argumento desenvolvido ao longo do trabalho demonstrou que essas condições — moldadas por séculos de colonialidade, racismo e patriarcado militarizados — deram origem a masculinidades hegemônicas capazes de transformar a violência sexual como forma de exercício e demonstração de poder. Essa problemática guiou cada etapa da investigação, gerando resultados que dialogam com debates mais amplos sobre guerra, gênero e economia política. Tal abordagem permitiu compreender o gênero como “substantivo, verbo e lógica” constitutiva das práticas de segurança e violência, deslocando o foco de explicações lineares de causa e efeito para uma leitura que evidencia como disposições socioculturais produzem e reproduzem a agressão sexual em contextos de guerra.

A pesquisa teve início com uma revisão crítica dos feminismos pós-estruturais e decoloniais, que serviu como lente para conectar experiências cotidianas de violência às lógicas macroestruturais de militarização, exploração de recursos e rearranjos territoriais. A Economia Política Feminista (True, 2010) estruturou o desenho metodológico, definindo os níveis de análise, as conexões entre eles e os limites de cada recorte. A escolha por fontes documentais decorreu do compromisso epistemológico feminista apresentado na introdução: partir de experiências situadas, dar centralidade às vozes e narrativas produzidas “de baixo” e reconhecer que os sentidos da violência são construídos socialmente. Ao longo do trabalho, essa perspectiva orientou a leitura de dados e relatos não como evidências isoladas, mas como indícios de relações estruturais — de gênero, classe, raça e território — que sustentam e legitimam a violência sexual no conflito armado colombiano.

A dissertação se estruturou em três movimentos analíticos distribuídos entre os capítulos. No primeiro, evidenciou-se que militarismo e militarização são processos complementares: o militarismo corresponde ao pacote de ideias que glorifica a guerra, enquanto a militarização traduz essas ideias em práticas sociais presentes no cotidiano — nos lares, nas escolas e nos mercados de trabalho —, reforçando hierarquias de gênero, raça e classe. Também se mostrou que os discursos militaristas se constroem e se manifestam por meio da associação entre virilidade, obediência e uso da força, consolidando masculinidades agressivas como modelo social e relegando feminilidades à subordinação e à vulnerabilidade sexual. Esse primeiro movimento estabeleceu as categorias que seriam rastreadas no caso colombiano: construções militaristas, arranjos de gênero e repertórios de violência.

No segundo movimento, a dissertação percorreu a história do conflito colombiano, mostrando como a disputa por terra, a concentração fundiária e a expansão do narcotráfico intensificaram a militarização do território e aprofundaram desigualdades estruturais. Ao analisar a ascensão das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), identificou-se a convergência de interesses entre elites agrárias, agentes estatais coniventes e o capital extrativista, criando um cenário em que a violência sexual passou a ser usada como instrumento de expropriação territorial e controle social das comunidades. Compreender essas especificidades locais — seus atores, escalas e dinâmicas econômicas — foi essencial para, no capítulo seguinte, abordar a violência sexual como uma prática sistemática, e não como um acontecimento isolado.

Deste modo, o terceiro movimento concentrou-se nos repertórios violentos dos grupos paramilitares, demonstrando que a violência sexual foi instrumentalizada tanto para objetivos militares — como intimidar “inimigos” e fortalecer a lealdade interna — quanto econômicos — como forçar deslocamentos populacionais, abrir rotas para o narcotráfico e viabilizar grandes projetos de mineração. Essa violência não apenas refletiu, mas também produziu e reproduziu a ordem social específica, constituindo-se como um crime que reforça e é reforçado por arranjos de poder e gênero. A conexão entre a metodologia adotada, seus níveis analíticos e as fontes documentais permitiu demonstrar que a violência sexual constituiu uma prática sistemática e estrutural, enraizada nos arranjos de gênero, e mobilizada com fins políticos e econômicos.

Dessa síntese emergem quatro contribuições principais. Primeiro, a pesquisa recoloca a América Latina no centro de debates ainda dominados por estudos de casos africanos, preenchendo lacuna apontada pela literatura sobre a regionalização dos estudos de violência sexual em guerra. Segundo, ao articular a Economia Política Feminista à perspectiva decolonial, demonstra-se que sexualidade, raça e classe não atuam como variáveis independentes, mas como dimensões co-constitutivas da economia bélica, o que implica repensar programas de desarmamento e reparação a partir de uma abordagem interseccional. Terceiro, evidenciou-se que a militarização cotidiana continua a moldar o pós-acordo colombiano, pois estruturas patriarcais não se desarmam com a assinatura de tratados, exigindo políticas públicas que combinem justiça de transição, reforma do setor de segurança e educação de gênero. Quarto, o estudo oferece um modelo capaz de inspirar pesquisas em outros contextos pós-coloniais onde economias extrativistas e conflitos armados se retroalimentam.

Não obstante, é imprescindível reconhecer os limites deste trabalho. A dependência de fontes secundárias privou a análise da vivacidade dos testemunhos diretos, ainda que tenha evitado riscos éticos inerentes à pesquisa de campo em zonas de conflito. O foco predominante nas AUC restringiu a comparação com outras facções, como FARC-EP, ELN ou forças estatais,

o que poderia aprofundar a compreensão de variações intra-conflito. O recorte temporal (1997-2002) privilegiou o auge da violência, mas silenciou continuidades no pós-acordo de 2016, quando dinâmicas paramilitares recrudesceram sob novos rótulos. Ademais, apesar de mobilizar a noção de interseccionalidade, as experiências de homens vítimas, pessoas LGBTQIA+ e comunidades afro-colombianas ainda apareceram de forma marginal, reforçando a necessidade de estudos que lhes concedam centralidade analítica. Por fim, a escala internacional foi abordada sobretudo pela ótica da Agenda “Mulheres, Paz e Segurança”, deixando em segundo plano o papel de redes latino-americanas de mulheres na produção de contranarrativas à violência.

Essas lacunas configuram agendas de pesquisas promissoras. Estudos feministas poderiam acompanhar, em longo prazo, trajetórias de sobreviventes em regiões onde grupos armados residuais seguem atuando sob as novas lógicas do paramilitarismo. Investigações comparativas sobre masculinidades insurgentes, estatais e paramilitares esclareceriam convergências e fraturas nos regimes de gênero da guerra. Análises quantitativas que cruzem bases de dados sobre expropriação fundiária, empreendimentos extrativistas e incidência de estupros coletivos contribuiriam para quantificar a “economia sexual” da guerra. Por fim, mapear redes transnacionais de resistência — da Ruta Pacífica de las Mujeres à Articulación Feminista Marcosur — ajudaria a compreender o potencial transformador de alianças regionais que articulam gênero, raça e território.

Em síntese, reencontramos a pergunta inicial com respostas que vão além da correta identificação de agentes e vítimas: demonstrou-se que a violência sexual é simultaneamente produto e produtora de uma ordem generificada que atravessa séculos de colonialidade. Desmantelar tal ordem exige muito mais que cessar-fogo. Ao desvendar os elos entre militarização cotidiana, masculinidades hegemônicas e economia extrativa, esta dissertação oferece evidências de que a paz sustentável depende de políticas que recusem a normalização da violência sexual e que reinstalem a dignidade dos corpos subalternizados no centro dos processos de reconciliação. Que este texto final, portanto, não seja um ponto de chegada, mas um convite à continuidade de um diálogo interdisciplinar e comprometido com a transformação de estruturas que, ainda hoje, fazem do corpo feminino a cartografia de uma guerra que insiste em não terminar.

REFERÊNCIAS

ABCOLOMBIA. *Colombia: mujeres, violencia sexual en el conflicto y el proceso de paz*. 2013.

BAAZ, Maria Eriksson, STERN, Maria. Why do soldiers rape? Masculinity, violence, and sexuality in the armed forces in the Congo (DRC). *International studies quarterly*, v. 53, n. 2, p. 495-518, 2009.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BROWNMILLER, Susan. *Against Our Will: Men, Women and Rape*. New York: Fawcett Columbine, 1993.

CENTRO NACIONAL DE HISTÓRICA DA COLÔMBIA. *¡Basta Ya! Colombia: Memorias de guerra y dignidad*. Bogotá: Imprenta Nacional, 2015.

CENTRO NACIONAL DE MEMÓRIA HISTÓRICA DA COLÔMBIA. *La guerra inscrita en el cuerpo: informe nacional de violencia sexual en el conflicto armado*. Bogotá: Imprensa nacional, 2017.

COHEN, Dara Kay, GREEN, Amelia Hoover, WOOD, Elisabeth Jean. *Wartime sexual violence: Misconceptions, implications, and ways forward*. Washington: United States Institute of Peace, 2013.

COLOMBIA. *Corte Constitucional: Auto 092 de 2008*.

CONNELL, Robert, MESSERSCHMIDT, James. Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. *Gender & Society*, v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005.

COPELON, Rhonda. *Gender Crimes as War Crimes: Integrating Crimes Against Women into International Criminal Law* McGill Law Journal, vol. 46, no.1, p. 218-240.

CRUZ, Andrea; OLARTE, Andrea. “Hombres de verdad”: urdimbres y contrastes entre masculinidades paramilitares y farianas. *Nómadas*, n. 53, p. 123–139, jul.–dez. 2020.

DAVIES, Sara, TRUE, Jacqui. Reframing conflict-related sexual and gender-based violence: Bringing gender analysis back in. *Security dialogue*, v. 46, n. 6, p. 495-512, 2015.

DOTY, Roxanne Lynn. Foreign policy as social construction: A post-positivist analysis of US counterinsurgency policy in the Philippines. *International studies quarterly*, v. 37, n. 3, p. 297-320, 1993.

DRUMOND, Paula, MESOK, Elizabeth, ZALEWSKI, Marysia. Sexual violence in the wrong(ed) bodies: moving beyond the gender binary in International Relations. *International Affairs*, v. 96, n. 5, p. 1145-1149, 2020.

ENLOE, Cynthia. *Does khaki become you? The militarisation of women’s lives*. London: Pluto Press, 1983.

ENLOE, Cynthia. *Maneuvers: the international politics of militarizing women's lives*. Berkeley: University of California Press, 2000.

ENLOE, Cynthia. *The curious feminist: searching for women in a new age of empire*. Berkeley: University of California Press, 2004.

ENLOE, Cynthia. *Seriously! Investigating crashes and crises as if women mattered*. Berkeley: University of California Press, 2013.

ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches and Bases: making feminist sense of international politics*. Berkeley: University of California Press, 2014.

FALCÃO, Ana Taisa. "Eu só desejo que meus filhos não sofram o que eu sofri": Memórias de dor e resistência de mulher sobreviventes do conflito armado colombiano. *Revista Eleuthera*, São Paulo, v. 19, p. 168-185, 2018.

GAGO, Verónica. *La potencia feminista: o el deseo de cambiarlo todo*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2019.

GRECCO, Gabriela. Feminismos y género en los Estudios Internacionales. *Relaciones Internacionales*, Madrid, España, n. 44, p. 127–145, 2020.

GREY, Rosemary, SHEPHERD, Laura J. "Stop rape now?" Masculinity, responsibility, and conflict-related sexual violence. *Men and Masculinities*, v. 16, n. 1, p. 115-135, 2013.

HARDING, Sandra. *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*. 2ed. Nova York: Cornell University Press, 2016.

HIGATE, Paul. *Military Masculinities: Identity and the State*. London: Praeger, 2003.

HOOPER, Charlotte. *Manly States: Masculinities, International Relations, and Gender Politics*. Nova York: Columbia University Press, 2001.

HRISTOV, Jasmin. *Paramilitarism and neoliberalism: Violent systems of capital accumulation in Colombia and beyond*. London: Pluto Press, 2014.

JABRI, Vivienne. Shock and awe: Power and the resistance of art. *Millennium*, v. 34, n. 3, p. 819-839, 2006.

JARAMILLO, Daniel. La relación del Estado colombiano con el fenómeno paramilitar: por el esclarecimiento histórico. *Análisis Político*, v. 18, n. 53, p. 58–76, 2005.

KACOWICZ, Arie. *Zones of peace in the Third World: South America and West Africa in comparative perspective*. New York: Suny Press, 1998.

KALDOR, Mary. *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Cambridge: Polity Press, 2012.

KALYVAS, Stathis N. "New" and "old" civil wars: a valid distinction?. *World politics*, v. 54,

n. 1, p. 99-118, 2001.

KIRBY, Paul. How is rape a weapon of war? Feminist international relations, modes of critical explanation and the study of wartime sexual violence. *European Journal of International Relations*, v. 19, n. 4, p. 797-821, dez. 2013.

KREFT, Anne-Kathrin. (2020). Civil society perspectives on sexual violence in conflict: Patriarchy and war strategy in Colombia. *International Affairs*, 96(2), 457–478.

LA FURCIA, Ange. Los colores de las fantasías: estudios sobre masculinidades en Colombia, crítica feminista y geopolítica del conocimiento en la matriz colonial. *Revista Colombiana de Sociología*, v. 39, n. 1, p. 47-78, 2016.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-102, Dec. 2008.

LENINE, Enzo. Curiosidade Feminista nas Relações Internacionais: olhares, vozes e reflexões para além do cânone. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 67, n.4, 2024.

MACKINNON, Catharine A. *Toward a feminist theory of the state*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

MAHER, David. *Civil war and uncivil development: Economic globalisation and political violence in Colombia and beyond*. London: Palgrave MacMillan, 2018.

MARQUES, Ana Carolina. Crimes Sexuais Contra Mulheres em Situação de Conflito. *Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor*, online: Brasília, v. 4, n. 1, p. 324-341, 2017. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/REPATS/article/view/8209/pdf>> . Acesso em: 17 dez. 2021.

MAZUR, Amy. A feminist empirical and integrative approach in political science: breaking-down the glass wall? In: KINCAID, Harold (ed.). *The Oxford Handbook of Philosophy of Social Science*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

MEGER, Sara. *Rape loot pillage: The political economy of sexual violence in armed conflict*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

MEGER, Sara; SACHSEDER, Julia. Militarized peace: understanding postconflict violence in the wake of the peace deal in Colombia. *Globalizations*, v. 17, n. 6, p. 953-973, dez. 2020.

MENDOZA, Brenny. La desmitologización del mestizaje en Honduras. *Mesoamérica*, v. 22, n. 42, p. 256–279, 2001.

MESA DE TRABAJO MUJER Y CONFLICTO ARMADO. *III Informe sobre violencia sociopolítica contra mujeres, jóvenes y niñas en Colombia*. Bogotá, feb. 2003.

MESA DE TRABAJO MUJER Y CONFLICTO ARMADO. *IV Informe sobre violencia sociopolítica contra mujeres y niñas en Colombia*. Bogotá, out. 2004.

- MESA DE TRABAJO MUJER Y CONFLICTO ARMADO. *X Informe sobre violencias contra mujeres, jóvenes y niñas en Colombia en el contexto de la violencia sociopolítica y el conflicto armado interno 2000-2010*. Bogotá: Ediciones Ántropos, 2010.
- MUÑOZ, Dário. Masculinidades bélicas como tecnología de gobierno en Colombia. *La Manzana*, n. 9, 2011.
- NORDÅS, Ragnhild, COHEN, Dara Kay. Conflict-related sexual violence. *Annual Review of Political Science*, v. 24, p. 193-211, 2021.
- NÚÑEZ, Guillermo; ESPINOZA, Claudia. El narcotráfico como dispositivo de poder sexo-genérico: crimen organizado, masculinidad y teoría queer. *Estudios de Género*, n. 5, p. 90-128, 2017.
- ODIO, Elizabeth. De la violación y otras graves agresiones a la integridade sexual como crímenes sancionados por el derecho internacional humanitario (crímenes de guerra). *Órgano Informativo de la Comisión de Derechos Humanos del Estado de México*, p. 98-112, 2001.
- OLIVEIRA, Susane. Memórias, subjetivação e educação no tempo presente: como as representações de violência sexual são abordadas nos livros didáticos de História? *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 466-502, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.5965/2175180311282019466>> Acesso em: 28 dez. 2024.
- OTTO, Dianne. Beyond stories of victory and danger: resisting feminism's amenability to serving security council politics. In: *Rethinking peacekeeping, gender equality and collective security*. London: Palgrave Macmillan UK, 2014.
- PARASHAR, Swati. What wars and 'war bodies' know about international relations. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 26, n. 4, p. 615-630, dez. 2013.
- PRATT, Nicole. Reconceptualizing gender, reinscribing racial-sexual boundaries in international security: the case of UN Security Council Resolution 1325 on 'Women, Peace and Security'. *International Studies Quarterly*, v. 57, n. 4, p. 772-783, dez. 2013.
- PURNELL, K. *Rethinking the Body in Global Politics: Bodies, Body Politics, and the Body Politic in a Time of Pandemic*. 1a ed. Abngton, Inglaterra: Routledge, 2021.
- RAMÍREZ, Sonia. *Forcibly urban: Internally displaced persons' experiences of Bogotá's neoliberal transformation*. 2017. Tese (Ph.D. em Comparative Gender Studies) – Central European University, Budapeste, 2017.
- RICHANI, Nazih. *Systems of Violence: The Political Economy of War and Peace in Colombia*. 2. ed. Albany: State University of New York Press, 2013.
- RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES. *La verdad de las Mujeres: Víctimas del conflicto armado en Colombia (tomo I)*. Bogotá: Organización Feminista por la paz Ruta Pacífica de las mujeres, 2013.
- RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES. *Nuevas Formas de Resistencia Civil de Lo Privado a Lo Público*. Bogotá: Organización Feminista por la paz Ruta Pacífica de las mujeres, 2019.

ROQUE, Sílvia. Violência sexual e segurança internacional: despolitização, descontextualização e colonização de uma agenda. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. especial, p. 165-188, 2018.

SACHSEDER, Julia. Cleared for investment? The intersections of transnational capital, gender and race in the production of sexual violence and internal displacement in Colombia's armed conflict. *International Feminist Journal of Politics*, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/14616742.2019.1702473>.

SANABRIA-GOMEZ, Segundo Abrahán; CARO-MORENO, Julio Cesar. Economía política de la política agraria en Colombia: de la Ley 200 de 1936 al Acuerdo de Paz de 2016. *Entramado*, v. 17, n.1, p. 30-42, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.18041/1900-3803/entramado.1.7089>>. Acesso em: 2 jan. 2025.

SANTOS, Marcelo. O Conflito Colombiano e o Plano Colômbia. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011. 131 p. (Coleção Relações Internacionais, vol. 3).

SCHULZ, Philipp, TOUQUET, Heleen. Queering explanatory frameworks for wartime sexual violence against men. *International Affairs*, v. 96, n. 5, p. 1169-1187, 2020.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficante de Sueños, 2016.

SEIFERT, Ruth. War and Rape. Analytical Approaches. Geneva: *Women's International League for Peace and Freedom (WILPF)*. 1993.

SEIFERT, Ruth. The Second Front: The Logic of Sexual Violence in Wars. *Women's Studies International Forum*, Pergamon, v. 19, n. ½, p. 33-43, 1996.

SHAW, Martin. Twenty-first century militarism: A historical-sociological framework. In: Stavrianakis, Anna; Selby, Jan (eds). *Militarism and International Relations*. London: Routledge, 2013.

SHEPHERD, Laura. Gender, violence and security: Discourse as practice. London: Bloomsbury Publishing, 2008.

SILVA, Ana Carolina. *A questão agrária na Colômbia: expansão capitalista e conflitos sociais (1961-1972)*. 190 f. São Paulo, 2016. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

SISMA MUJER. *Mujeres en conflicto: Violencia sexual y paramilitarismo*. Bogotá, 2009. Disponível em: <https://www.sismamujer.org/wp-content/uploads/2021/08/2009-Mujeres-en-Conflicto-Violencia-Sexual-y-Paramilitarismo.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2025.

SJOBERG, Laura. *Gender and International Security: Feminist Perspectives*. 1 ed. London: Routledge, 2009.

SJOBERG, Laura; VIA, Sandra. Gender, War and Militarism: feminist perspectives. California: Praeger, 2010.

STAVRIANAKIS, Anna; STERN, Maria. Militarism and security: dialogue, possibilities, and limits. *Security Dialogue*, v. 49, n. 1-2, p. 318, jan./fev. 2018.

STRASSER, Ulrike; TISMAN, Heidi. It's a man's world? World history meets the history of masculinity, Latin American studies, for instance. *Journal of World History*, v. 21, n. 2, p. 75-96, 2010.

STREICKER, Joel. Race, class and gender in Cartagena, Colombia. *American Ethnologist*, v. 22, n. 1, p. 54-74, 1995.

THEIDON, Kimberly. Transitional Subjects: The Disarmament, Demobilization and Reintegration of Former Combatants in Colombia. *International Journal of Transitional Justice*, v. 1, n. 1, p. 66–90, mar. 2007.

THEIDON, Kimberly. Reconstructing masculinities: The disarmament, demobilization, and reintegration of former combatants in Colombia. *Human Rights Quarterly*., v. 31, p. 1-34, 2009.

TICKNER, Arlene. Hacia una lectura crítica del militarismo y la militarización. *Análisis Carolina*, Madrid, n. 4, p. 1-20, 2022.

TICKNER, J. Ann. Feminism meets international relations: some methodological issues. In: Ackerly, Brooke; Stern, Maria (eds.) *Feminist Methodologies for International Relations*, p. 19-41, 2006.

TRUE, Jacqui. The political economy of violence against women: a feminist international relations perspective. *Australian Feminist Law Journal*, v. 32, n. 1, p. 39-59, 2010.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTION (UNSCR). Resolution 1820, S/RES/1820, 2008. Disponível em <<http://unscr.com/en/resolutions/1820>>. Acesso em: 10 mai. 2024

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTION (UNSCR). Resolution 1888, S/RES/1888, 2009. Disponível em <<http://unscr.com/en/resolutions/1888>>. Acesso em: 10 mai. 2024

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTION (UNSCR). Resolution 1960, S/RES/1960, 2010. Disponível em <<http://unscr.com/en/resolutions/1960>>. Acesso em: 10 mai. 2024

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTION (UNSCR). Resolution 2106, S/RES/2106, 2013 Disponível em <<http://unscr.com/en/resolutions/2106>>. Acesso em: 10 mai. 2024

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTION (UNSCR). Resolution 2467, S/RES/2467, 2019. Disponível em <<http://unscr.com/en/resolutions/2467>>. Acesso em: 10 mai. 2024

UNITED NATIONS TEAM OF EXPERTS ON THE RULE OF LAW AND SEXUAL VIOLENCE IN CONFLICT (TEAM). Annual Report 2013. Disponível em:

<<https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/wp-content/uploads/report/team-ofexperts-annual-report-2013/TOE-ANNUAL-REPORT-2013.pdf>> Acceso em: nov. 2023

UNITED NATIONS TEAM OF EXPERTS ON THE RULE OF LAW AND SEXUAL VIOLENCE IN CONFLICT (TEAM). Annual Report 2016. Disponível em: <<https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/wp-content/uploads/report/team-of-experts-annual-report-2016/TOE-ANNUAL-REPORT-2016.pdf>>. Acesso em: nov. 23

UNITED NATIONS TEAM OF EXPERTS ON THE RULE OF LAW AND SEXUAL VIOLENCE IN CONFLICT (TEAM). Annual Report 2022. Disponível em: <<https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/wp-content/uploads/2023/08/report/team-of-experts-annual-report-2022/Annual-Report-TOE-2023lowresspread.pdf>>. Acesso em: nov. 23

VALENTINO, Benjamin. Why we kill: The political science of political violence against civilians. *Annual Review of Political Science*, v. 17, p. 89-103, 2014.

VIGOYA, Mara. Los estudios sobre lo masculino en América Latina: una producción teórica emergente. *Nómadas*, n. 6, 1997.

VIGOYA, Mara. Quebradores y cumplidores: biografías diversas de la masculinidad. In: OLAVARRÍA, J.; VALDÉS, T. (eds.). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago de Chile: FLACSO, 1998. p. 36-56.

VIGOYA, Mara. Dionisios negros: corporalidad y orden socio racial en Colombia. In: FIGUEROA, M.; SANMIGUEL, P. (eds.). *¿Mestizo yo? Diferencia, identidad e inconsciente. Jornadas sobre mestizaje y cultura en Colombia*. Bogotá: CES, Universidad Nacional de Colombia, 2000. p. 95-130.

VIGOYA, Mara. Contemporary Latin American Perspectives on Masculinity. *Men and Masculinities*, v. 3, n. 3, p. 237-260, 2001a.

VIGOYA, Mara. Masculinidades, diversidades regionales y cambios generacionales en Colombia. In: VIGOYA, M.; OLAVARRÍA, J.; FULLER, N. (eds.). *Hombres e identidades de género: investigaciones desde América Latina*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2001b. p. 35-152.

VIGOYA, Mara. *De quebradores y cumplidores: sobre hombres, masculinidades y relaciones de género en Colombia*. Bogotá: CES, Universidad Nacional de Colombia, 2002.

VIGOYA, Mara. Perspectivas latinoamericanas actuales sobre la masculinidad. In: TOVAR, P. (ed.). *Familia, género y antropología: desafíos y transformaciones*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia (ICANH), 2003.

VIGOYA, Mara. El machismo latinoamericano: un persistente malentendido. In: VIVEROS VIGOYA, M.; RIVERA, C.; RODRÍGUEZ, M. (comps.). *De mujeres, hombres y otras ficciones: género y sexualidad en América Latina*. Bogotá: Tercer Mundo, 2006. p. 111-128.

VIGOYA, Mara. La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual. *Revista Latinoamericana de Estudios de Familia*, n. 1, p. 63-81, 2009.

VIGOYA, Mara. Género, raza y nación: los réditos políticos de la masculinidad blanca en Colombia. *Maguaré*, v. 27, n. 1, p. 71-104, 2013.

VIGOYA, Mara; CAÑÓN, Wilson. Biografías, representaciones y prácticas sociales de la masculinidad: el caso de los sectores medios colombianos. Bogotá: CID, Universidad Externado de Colombia, 1995. (Proyecto de investigación).

VIGOYA, Mara; CAÑÓN, Wilson. Pa'bravo... Yo soy candela, palo y piedra: los quibdoseños. In: OLAVARRÍA, J.; VALDÉS, T. (eds.). *Masculinidad/es: poder y crisis*. Santiago: Isis Internacional, 1997. p. 125-138.

VIGOYA, Mara. Masculinities in the continuum of violence in Latin America. *Feminist Theory*, v. 17, n. 2, p. 229–237, abr. 2016. DOI: 10.1177/1464700116645879

WADE, Peter. El hombre cazador: género y violencia en contextos de música y bebida en Colombia. *La Manzana de la Discordia*, v. 3, n. 1, p. 85-100, 2008.

WILCOX, Lauren. *Bodies of violence: Theorizing embodied subjects in international relations*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

WOOD, Elisabeth. Variation in sexual violence during war. *Politics & Society*, v. 34, n. 3, p. 307-342, 2006.

WOOD, Elisabeth. Armed groups and sexual violence: When is wartime rape rare?. *Politics & Society*, v. 37, n. 1, p. 131-161, 2009.

WOOD, Elisabeth. Variación de la violencia sexual en tiempos de guerra: la violación en la guerra no es inevitable. *Revista Estudios Socio-Jurídicos*, Bogotá, vol. 14, n. 1, p. 19-57, 2012.

WOOD, Elisabeth. Conflict-related sexual violence and the policy implications of recent research. *International Review of the Red Cross*, v. 96, n. 894, p. 457-478, 2014.